



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO
FREDERICO SAVEGNAGO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Silveira Martins, RS
2022

SUMÁRIO

1	CONCEPÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	5
2	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	7
3	CONTEXTUALIZAÇÃO, HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA JOÃO FREDERICO SAVEGNAGO.....	9
	3.1 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO	9
	3.2 CONTEXTO EM QUE A ESCOLA ESTÁ INSERIDA	11
	3.3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS	12
	3.4 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA	14
	3.5 TRAJETÓRIA DA ESCOLA	18
4	ANÁLISE DAS CRISES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	21
	4.1 DIFICULDADES GENERALIZADAS, VIVIDAS EM QUASE TODO O PAÍS	21
	4.2 DIFICULDADES APONTADAS PELA UNDIME, MINISTÉRIO PÚBLICO E ESCOLAS DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO DO RS	21
	4.3 FRAGILIDADES APONTADAS PELA ESCOLA FREDERICO SAVEGNAGO, DE MODO RESUMIDO.....	22
5	MANIFESTAÇÕES DA COMUNIDADE DE SILVEIRA MARTINS, PÓS PANDEMIA, NO ANO LETIVO DE 2022	23
	5.1 MANIFESTAÇÕES DOS PROFESSORES.....	23
	5.2 MANIFESTAÇÕES DOS PAIS DOS ALUNOS	25
	5.3 MANIFESTAÇÕES DOS ALUNOS	26
	5.4 O QUE DISSERAM OS SERVIDORES DA ESCOLA	27
6	FILOSOFIA DA ESCOLA	31
7	OBJETIVOS DA ESCOLA.....	33
8	FUNÇÃO DA ESCOLA	35
9	PRIORIDADES, METAS E OBJETIVOS	37
	9.1 AÇÕES.....	37
	9.2 PROPOSTA EDUCATIVA.....	38
	9.2.1 Anos iniciais: primeiro ao quinto ano	38
	9.2.2 Saber tudo até o final do segundo ano?	40
	9.3 COMPETÊNCIAS BÁSICAS DA BNCC E DO PPP DESTA ESCOLA ..	40
	9.3.1 Conhecimento	40
	9.3.2 Pensamento crítico e criativo	41
	9.3.3 Repertório cultural	41
	9.3.4 Comunicação.....	41
	9.3.5 Cultura digital	41
	9.3.6 Trabalho e projeto de vida.....	41
	9.3.7 Argumentação	41
	9.3.8 Autoconhecimento e autocuidado.....	42
	9.3.9 Empatia e cooperação	42
	9.3.10 Responsabilidade e cidadania	42
	9.3.11 Responsabilidade e empatia com nosso planeta (nossa casa comum)	42
	9.3.12 O uso das tecnologias na escola.....	43
10	PLANO DE AÇÕES E METAS	47
	10.1 AÇÕES NECESSÁRIAS PÓS PANDEMIA DA COVID 19.....	52
	10.1.1 Ações	54

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	55
11.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	61
11.2 DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL ...	63
11.3 COMPOSIÇÃO CURRICULAR	66
11.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO...	67
12 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO	71
12.1 ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO PARALELOS AO PERÍODO LETIVO	72
12.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO	73
12.3 PROGRAMAS E PROJETOS - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS - PAE	75
13 MATRIZ CURRICULAR DA ESCOLA	77
13.1 PLANO DE TRABALHO DOCENTE	77
13.1.1 Elementos do Plano de Trabalho Docente	78
14 ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA	81
14.1 CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR	81
14.2 ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES	84
15 SERVIÇO DE SUPERVISÃO ESCOLAR	87
16 PROFESSORES	89
17 FUNCIONÁRIOS	91
18 ALUNOS	93
18.1 DIREITOS DOS ALUNOS	93
18.2 DEVERES DOS ALUNOS	94
19 ÓRGÃOS COLEGIADOS	97
19.1 CONSELHO ESCOLAR	97
20 NORMAS DE CONVIVÊNCIA	99
21 DEFINIÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDOS	101
22 FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: OBJETIVOS, PRIORIDADES E METAS	103
23 AVALIAÇÃO DO PPP	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO A - CONCEPÇÕES E ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA	109
ANEXO B – O QUE PENSAMOS	111
ANEXO C – REFLETINDO SOBRE A INFÂNCIA	115
Anexo D – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	123
ANEXO E – LEI MUNICIPAL PARA ESCOLHA DE DIRETOR DAS ESCOLAS ..	129
ANEXO f CPM	137
ANEXO G – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL	139
ANEXO H – Resolução CME/SME nº 04/2022	141
ANEXO I - Resolução CME/SME nº 05 /2022	145
ANEXO J – ANAMNESE AEE	151

1 CONCEPÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Silveira Martins é resultado de uma construção coletiva permeada de reflexões e fazeres. Este documento se configura como um instrumento orientador, que traduz objetivos, anseios e metas da Escola Municipal.

O PPP é um documento importante para a escola, sendo um documento organizador e orientador das práticas pedagógicas e assim está ligado à gestão, acompanhando as modulações existentes na instituição, sempre pautado pelas intenções, objetivos e propósitos reais da educação das crianças, comunidade educativa e especificidades da instituição.

Portanto, este documento contém o percurso educativo da Educação Infantil e Ensino Fundamental por meio de aproximações, conformidades e convergências de perspectivas, ideais e diálogos entre a teoria posta nos documentos legais e a prática que se deseja oportunizar. Tal articulação visa alcançar o desenvolvimento integral da criança, objetivo instituído pela Lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns do seu sistema de ensino” terão a incumbência de elaborar seu Projeto Político-pedagógico. Em outros trechos, esclarece que cada instituição tem autonomia na idealização de seu PPP, considerando suas particularidades, respeitadas as prerrogativas comuns a todos os sistemas de ensino.

A construção de um PPP compreendido de forma ampla e processual caracterizou-se por um movimento tendo a colaboração de toda a comunidade escolar, e constituiu-se também a partir das reflexões empreendidas, tornando-se um documento para expressar e materializar as concepções pedagógicas de toda uma comunidade de Ensino. A LDB/96 especifica a construção do PPP como uma forma de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política, estética, ética e pedagógica, a partir da gestão participativa dos segmentos da comunidade escolar (administrativo, pedagógico, estudantes, pais e comunidade externa), num processo dinâmico e articulado. Portanto, é por esse viés participativo que a Secretaria de Educação, Diretora Pedagógica, Equipe diretiva, Professores, profissionais da Escola e a comunidade escolar se engajaram para elaborar este PPP, documento e guia prático, mutável e estruturante que deixa visível o percurso

educativo e pedagógico para todos os envolvidos.

Veiga, com seu texto “Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva”, de 1998, traz que a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é importante que se fortaleçam as relações entre a escola e as crianças. Para que essa construção social ocorra, é indispensável a reflexão sobre os princípios norteadores e elementos básicos da organização do trabalho pedagógico, tão necessários para a criação de um documento orientador das práticas, que dialogue com o contexto, como este que documento que se caracteriza como Orientador das Práticas Pedagógicas.

Historicamente, estudos dizem que o Projeto Político Pedagógico é um mecanismo eficiente e capaz de proporcionar à escola condições de planejar, buscar meios e reunir pessoas e recursos para a efetivação desse projeto.

Desse modo, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade (VEIGA, 1998, p. 2).

Assim, compreendemos que o currículo é um processo de reflexão, buscando melhoria em prol de nossas práticas; com isso, cabe citar que o processo de ensino é uma construção, ou seja, a epistemologia do currículo está relacionada à prática, ao norteamento das práxis. Portanto, nesta construção pensamos, investigamos e temos muito a discutir, refletir sobre o tema “currículo” e suas indagações, começando por pequenas atitudes, por nossas práticas e ações no espaço educativo, tornando esse um espaço de pesquisa desse ambiente, no qual entendemos que o Projeto Político Pedagógico é fundamental para a qualidade do ambiente educativo.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola Municipal de Ensino Fundamental “João Frederico Savegnago”

Estrada Geral, s/nº - Vila Cattani
Silveira Martins – RS
Cep 97195 - 000
Fone: (055) 3224-1090 e 3224-4890
escolamunicipal@silveiramartins.rs.gov.br

PATRONO:

João Frederico Savegnago

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO E VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES:

CEE Nº 699/83 Regularização conforme parecer 835/79 CEE – Diário Oficial 02/12/1984. Portaria SEC nº 55.655/84 – Diário Oficial 02/10/84.

AUTORIZAÇÃO FUNCIONAMENTO 6ª, 7ª E 8ª SÉRIES:

CEED NÚMERO 347/94 – Diário Oficial 25/01/1994.

PARECER DE AUTORIZAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA:

CEED Número 374/94 19/01/1994.

PARECER CME/SME nº 03/2021 NOVAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

DENOMINAÇÃO:

Escola Municipal de Ensino fundamental João Frederico Savegnago

ENTIDADE MANTENEDORA:

Prefeitura Municipal de Silveira Martins

ÓRGÃO:

Secretaria de Município da Educação

NÍVEIS E MODALIDADES:

Ensino Fundamental

TURNOS DE FUNCIONAMENTO E HORÁRIOS:

Manhã: 7h e 40 min às 11h e 40 min.

Tarde: 13h e 10 min às 17h e 10 min.

NÍVEIS DE ENSINO OFERTADOS:

Ensino Fundamental

Atendimento Educacional Especializado

NÚMERO DE ESTUDANTES: 276

NÚMERO DE DOCENTES: 28

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS: 18

3 CONTEXTUALIZAÇÃO, HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA JOÃO FREDERICO SAVEGNAGO.

3.1 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

No mundo globalizado, todos os sujeitos do processo educacional são atingidos, de alguma forma, pelos acontecimentos que ocorrem no mundo, seja nas questões econômicas, ambientais, sociais, culturais ou epidemiológicas, como testemunhamos durante mais de dois anos com a Covid-19.

Precisamos ter presente, no processo formativo de nossa escola, os principais avanços e dificuldades do mundo contemporâneo. Nesse sentido, não há dúvida de que vivemos tempos de grandes conquistas tecnológicas: na área das comunicações, na velocidade em que circulam as informações, no acesso que se estende à grande parte da humanidade os meios digitais de conexão, de comunicação e de informações em tempo real.

A inteligência artificial expande-se em todos os setores da vida: da agricultura à medicina, citando dois exemplos apenas.

As capacidades produtivas, graças às pesquisas científicas, em todos os setores dos processos produtivos, inclusive na produção de alimentos, permitiriam resolver todos os problemas de fome do mundo.

Esses são apenas alguns aspectos de nossos avanços civilizatórios. Inegavelmente tivemos outros no campo das conquistas sociais, dos direitos humanos, do direito das crianças e adolescentes, dos idosos, das mulheres, do público LGBTQIA+, dos indígenas, afrodescendentes, povos migratórios, entre outros. Avanços que, parece, estão sendo ameaçados de diversas formas e em diversos países.

No Brasil, podemos destacar os avanços que a Constituição de 1988 (Constituição Cidadã) nos garante, entre eles a universalização do direito à educação básica, o Sistema Único de Saúde (SUS) que, em que pese as deficiências, mostrou-se fundamental durante a pandemia da Covid-19.

Entretanto, nenhuma conquista da sociedade é definitiva e suficiente, pois as realidades vão se transformando e vão aparecendo as necessidades de transformações. Por isso, a educação tem a tarefa de formar pessoas capazes de agirem nos processos de transformações da realidade.

Vivemos tempos de violência e de medo provocados pelas “guerras híbridas” em toda a parte. Isso significa um conjunto de ações que agredem a vida. Guerras tradicionais, com armamentos e processos altamente tecnológicos e com grande poder de destruição. Embora não tenhamos esse tipo de guerra aqui no solo brasileiro, temos muitas vidas ceifadas por desavenças entre milícias, traficantes e outros, em que muitas pessoas vivem com diferentes formas de ameaças à vida e ao bem-estar.

Desses enfrentamentos morrem, todos os anos, centenas de pessoas: criminosos, mas também inocentes, inclusive crianças.

Testemunhamos, também, as guerras de informações, entre elas as FAKES NEWS, que produzem ódio e afetam a vida de todos, provocando medo, discórdias e desesperança nos nossos jovens. As famílias são afetadas pelas informações machistas, homofóbicas, racistas. Cresce a violência, os feminicídios e até os infanticídios. O número de mutilações e suicídios infanto juvenil tem crescido em todo o mundo, segundo informações da OMS (Organização Mundial de Saúde). Não dá para ignorar a violência contra a natureza: a extinção de espécies, a devastação das florestas, a morte dos rios e das vertentes e o genocídio dos povos originários que continua acontecendo e é crescente pelo aparente descumprimento das leis, desmonte dos órgãos de fiscalização e da impunidade.

Além dessa realidade sombria, constata-se que os avanços tecnológicos não têm sido capazes de reduzir a pobreza e a fome, que tem crescido no mundo e no Brasil, nas últimas décadas. A desigualdade de renda, de acesso às propriedades de solos urbanos e rurais, bem como de moradia digna e de saneamento básico, é assombrosa.

No Brasil, a insegurança alimentar atinge aproximadamente 33% dos brasileiros e, em que pese os avanços tecnológicos, e talvez por causa deles, o país tem, aproximadamente, 11% de desempregados em idade de trabalhar. Além disso, o poder de compra do Salário Mínimo diminuiu drasticamente. Isso pode estar relacionado com o processo educacional, pois está atingindo as famílias. Faz-se necessária, portanto, uma política econômica, social e educacional que atue para alterar essa realidade.

Temos convivido com fundamentalismos obscurantistas de parte significativa de nossa sociedade que defendem ou ficam indiferentes frente à negação da ciência, ao desinvestimento em educação e pesquisa, frente à segregação, ao racismo, ao ódio e à brutal desigualdade.

Nossos jovens percebem tudo isso, sem dúvida, e por isso também perdem o interesse pelos conhecimentos que a escola oferece, pois, sem dúvida, há uma profunda defasagem entre o que ensinamos e o que o atual processo produtivo estão a demandar, baseado no Mercado e no Lucro.

Neste momento histórico, estamos vivendo no país e no mundo as consequências da Pandemia Covid-19, com grandes repercussões nos processos de aprendizagens.

Nossas crianças e jovens, principalmente na educação básica, precisam da presença dos professores, sendo muito salutar o convívio comunitário que a escola oferece. Dois anos com aulas remotas, trouxeram, sem dúvida, perniciosos prejuízos emocionais e nas aprendizagens. Prejuízos difíceis de serem mensurados e que vão aparecendo aos poucos, cotidianamente, em todas as dimensões da vida escolar, atingindo todos os segmentos da comunidade escolar e não se sabe ainda estimar por quanto tempo.

Apesar da complexidade dos grandes problemas que identificamos e testemunhamos, acreditamos que a escola pode continuar sendo um lugar de encontro, de acolhimento e cuidado, de liberdade e não de confinamento, e podendo ser um lugar de produção de conhecimentos e de exercícios de cooperação, de comunidade, de solidariedade e de liberdade, fatores essenciais para a construção de formas de vida libertárias.

3.2 CONTEXTO EM QUE A ESCOLA ESTÁ INSERIDA

O Município de Silveira Martins/RS está localizado na região fisiográfica denominada encosta da serra de São Martinho, com uma área territorial de 119.285KM quadrados, apresentando a altura de 520m de altitude, a latitude 29°38'30"S e a longitude 53°34'30"N. O município possui uma população de 2.365 habitantes, sendo que aproximadamente metade residem na área urbana.

A população descende de imigrantes italianos e afro-brasileiros, entre outros que já viviam na época da colonização e construção do atual município ao longo do tempo histórico de sua constituição.

A língua predominante é a Língua Portuguesa, apresentando vários dialetos italianos, entre eles o vêneto, mantuanos, furlam. As religiões predominantes são as

Católicas e Evangélicas, tendo ainda adeptos a outras religiões.

O município de Silveira Martins é constituído por pequenas comunidades distribuídas por todo o seu território. A área não possui distritos e sim linhas, como consta a seguir: Linha Base; Linha Um; Linha Dois Norte; Linha Três Sul; Linha Quarta; Linha Seis Sul; Linha Seis Norte e Linha Sete. Dentro dessas Linhas, temos as seguintes localidades: Val Feltrina; Val de Buia; Linha dos Mantuanos; Vila Cattani; Val Veronez; Pompéia; Vale dos Panos; Linha do Rosário; Linha dos Granzzottos; Linha Rapacchi ou Segatto; Marco 50; e Linha dos Piasentim.

Quanto à economia do Município, o setor primário é o que mais se destaca com relação à participação ativa da população municipal, como agricultura e pecuária, agroindústrias, indústrias de pequeno porte, comércio e funcionalismo público (municipal, estadual e federal), oferece uma bela região turística que gera emprego e renda, bem como a exuberante gastronomia, importante no desenvolvimento econômico do município.

Em relação às questões culturais e educacionais, o município conta com uma extensão da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), que promove espaços e oportunidades para atividades artísticas, formativas e educacionais. O município participa, também, das atividades regionais do Geoparque, que está em processo de avaliação pela UNESCO, para ser reconhecido como Geoparque Quarta Colônia, num processo que envolve a comunidade dos 9 Municípios associados através do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia-CONDESUS e Univerdidade Federal de Santa Maria – UFSM que apresenta crescimentos de empreendedores em diversas áreas da economia regional e de atividades educacionais, patrimoniais, de meio ambiente e culturais na região.

3.3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS

A “Colônia de Silveira Martins” foi fundada em 19 de maio de 1877, por imigrantes italianos. Em janeiro do ano de 1877, foi enviada para Santa Maria a 1ª expedição de imigrantes destinados a colonizar o núcleo colonial de Silveira Martins.

Os primeiros imigrantes pararam no Barracão de Val de Buia, onde ficaram vários meses aguardando a distribuição e medição de lotes coloniais, para construir neles as suas próprias habitações. Eles dormiam num barracão e outros abrigados em barracas feitas com ramos e com os próprios lençóis.

Não estando ainda completa a medição dos lotes, muitos imigrantes foram obrigados a juntar-se em barracas, de modo que esta aglomeração de famílias deu motivo a uma epidemia, pois muitos dos que chegaram estavam doentes e contaminaram os demais, o que dizimou muitas pessoas que foram enterradas no cemitério dos italianos, em Val de Buia.

Nesse tempo, chegava do Rio o Coronel Conrado Niemayer, enviado pelo Governo Imperial para inspecionar a colônia, o qual vendo a precária situação vivida pelos italianos deu logo ordem para a distribuição de terras, pagamento de 30 mil réis para construírem suas casas de madeira e apressou a formação do plano topográfico da região, para a distribuição de terras por lotes e por número, para cada família. Os imigrantes foram deixando o barracão de Val de Buia e foram abrindo estradas morro acima, se transferindo para a sede que recebeu o nome de CITTÀ NUOVA.

Em 19 de agosto de 1882, pelo Decreto Nº 8641/1882, cria-se a então Colônia de Silveira Martins, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passando ao regime comum às outras povoações do Império, sendo emancipada do regime colonial, passando a chamar-se a 4ª Colônia de Imigração Italiana, a 1ª a emancipar-se da província.

Felizmente, após diversos diretores da Comissão Imperial da distribuição das terras, os quais se mostraram indolentes, assumiu o posto o Dr. Manuel da Siqueira Couto, que foi o verdadeiro fundador desta colônia. Então, a localidade foi denominada Silveira Martins, para honrar o célebre tribuno gaúcho Gaspar Silveira Martins.

O Monumento do Imigrante, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal, o qual representa a fé e a religiosidade dos italianos, foi revitalizado pela Prefeitura Municipal em 2014. No seu espaço, cada município da Quarta Colônia tem sua bandeira representada. Atualmente, o Monumento representa um novo momento. O núcleo da 4ª Colônia, em sua origem, foi formado por descendentes de imigrantes italianos, porém, hoje diferentes culturas formam a nova Quarta Colônia, composta pelos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

3.4 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Frederico Savegnago está situada a 2,5km da sede do Município de Silveira Martins/RS, na localidade da Vila Cattani.

A Instituição é uma escola núcleo, formada pela aglutinação de várias escolas multisseriadas que funcionavam na zona rural do município. Recebemos alunos com necessidades especiais e ofertamos os atendimentos a que têm direito.

A grande parte das famílias se mantém atualizada quanto ao rendimento de seus filhos através de reuniões de entrega de boletins ou visitas periódicas à escola. A escola promove encontros formativos, de escuta e de participação com a comunidade escolar, que sugere e celebra junto em diversos momentos das atividades durante o ano letivo.

A Escola promove eventos, tais como: Giro Ciclístico, Feira do livro, Feira de Ciências, Arte e Cultura, Aniversário da Escola, Apresentações culturais, Atividades desportivas, Atividades recreativas e lúdicas, visitas de estudo, bem como passeios, buscando desenvolver o conhecimento e a integração. Também a escola tem oferecido turmas extras de alfabetização e letramento para recuperar aprendizagens provenientes de dois anos de pandemia, em que os alunos tiveram raros momentos de aulas presenciais.

A escola funciona num prédio de alvenaria, conta com 11 salas de aula, ginásio para práticas esportivas, biblioteca, refeitório, sala de educação especial, sala de direção, sala de professores, secretaria, cozinha, banheiros para professores e alunos, sala de jogos e sala de acolhimento e um parque infantil.

Quanto aos recursos humanos, o corpo docente é formado por 29 (vinte e nove) professores, todos habilitados e sua maioria é especializada com curso de pós-graduação a nível de especialização, mestrado e doutorado para sua devida função. Quanto à qualificação, foi ofertada a qualificação em letramento digital dentro dos espaços de formação continuada dos profissionais (em decorrência da pandemia), bem como Educação Patrimonial nas perspectivas GEOPARQUE Quarta Colônia a fim de suprir as demandas do ensino híbrido, metodologias ativas da educação e educação patrimonial.

A Escola conta com uma Educadora Especial, para oferta da Educação Inclusiva, que diz respeito à capacidade das escolas de atender a todas as crianças, sem qualquer tipo de exclusão. Ou seja, inclusão significa criar recursos na escola que acolham a todos os alunos, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais (RESOLUÇÃO AEE- CME/SME 10/2021). É um desafio, no sentido de tornar a escola mais compreensiva e acolhedora, que qualifique todas as crianças e, ao mesmo tempo, reconheça as diferenças individuais como um valor a

ser levado em conta no desenvolvimento e na materialização dos processos de ensino e aprendizagem. A Escola busca adaptar-se à diversidade de características, capacidades e motivações de seus alunos, a fim de responder às necessidades educacionais de cada criança, para que todas progridam em sua aprendizagem e participem desse processo em igualdade de condições.

A escola possui o serviço de supervisão escolar contando com um profissional especializado para a área, e há demanda para orientador educacional e/ou psicóloga(o).

Conforme a lei da gestão democrática do ensino, de acordo com a Lei Municipal n 1.627 de 13 de Setembro de 2022, que trata da Gestão da escola, equipe diretiva eleita diretamente pela comunidade, assim como a escola realiza eleição direta para o Conselho Escolar e Associação/Círculo de Pais e Mestres.

Além dos profissionais do magistério, o quadro de servidores da educação conta ainda com 6 funcionários que desenvolvem com competência suas funções, sendo uma de secretaria, e cinco de serviços gerais (limpeza e merenda) e 7 monitores educacionais que atualmente dão suporte permanente à educação inclusiva e às atividades escolares, conforme atribuições do cargo e necessidade da Escola.

A escola tem no seu quadro de colaboradores uma Nutricionista do Município que cumpre jornada parcial na Escola, sendo responsável pela elaboração do cardápio da merenda que é oferecida diariamente aos alunos.

O corpo discente é formado por 276 alunos, conforme Censo Escolar de 2022. As turmas que a escola atende e pode atender incluem Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e adultos. Na sua maioria, são crianças oriundas de famílias que residem no município. A maioria dos estudantes utiliza o transporte escolar. Após dois anos de pandemia e de ensino remoto, muitos apresentam defasagens nas aprendizagens e a escola está oferecendo turmas de recuperação de aprendizagem, realizando busca ativa constantemente e está providenciando diversas modalidades de recuperação de aprendizagens, para evitar retenções. Para que não ocorra evasão escolar e muitas retenções, a escola mantém contato com os pais e órgãos competentes buscando dar apoio aos alunos com baixo rendimento e/ou situação de vulnerabilidade social. Nas estratégias de mediação de conflitos, usamos o diálogo restaurativo, comunicamos aos pais quando necessário e solicitamos suporte ao Conselho Tutelar e da Rede de Apoio a Escola-RAE sempre que esgotadas as ações da escola, priorizando o protagonismo educativo dos

educadores da escola. Na RAE, atuam as escolas do território municipal, o Conselho Tutelar, A Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Assistência Social, podendo ser solicitada também a participação dos órgão de segurança quando necessário. As atividades da Rede são acompanhadas e incentivadas pela Promotoria de Educação Regional de Santa Maria, que também oferece cursos de Práticas Restaurativas.

Com relação aos recursos materiais e financeiros, a escola conta com a verba do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), sendo o órgão executor o Círculo de Pais e Mestres e o Órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo o Conselho Escolar.

A Escola não possui rubrica própria de recursos para movimentação financeira pela gestão escolar, sendo a atribuição da gestão solicitar todo o necessário para seu funcionamento à Secretaria de Educação, que é responsável pela execução das despesas e investimentos demandados pela escola, conforme a lei de Escolha de Diretor e o Plano de Carreira do Magistério Municipal.

A Associação do Círculo de Pais e Mestres também realiza promoções para pequenas necessidades e custear projetos e ações educativas constantes do Plano de Ação da Escola.

A escola busca a conscientização por parte dos alunos em relação à aquisição de hábitos e atitudes família-escola-comunidade, através de ações coletivas e soluções de problemas para o crescimento do grupo.

As regras de convivência, respeito mútuo, preservação do patrimônio público e privado, respeito aos preceitos éticos, morais e legais, devem ser as mesmas da sala de aula e deverão ser debatidas com os pais, servidores e principalmente com os alunos, ficando expressos no regimento escolar inclusive sobre o uso adequado dos meios de comunicação digitais.

Os colegiados em funcionamento da escola são a Associação do Círculo de Pais e Mestres, o Conselho Escolar, estando em construção a formação de agremiação Estudantil.

A nível de rede Municipal de ensino, os órgão regulatórios e normativos são a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Ensino.

Anualmente, os professores realizam projetos dentro de suas áreas de estudo. Estes são desenvolvidos através de temáticas voltadas para a realidade dos alunos, tornando as aulas mais atrativas.

Para garantir uma melhor qualidade da educação, a escola conta Programas, Projetos e Ações Pedagógicas como:

- Programa Nacional Dinheiro Direto na Escola – PDDE Interativo, e através dele dos programas em que a Escola está cadastrada;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Programa Nacional do Livro Didático;
- Programa Nacional do Transporte Escolar;
- Projeto Expressando Arte da Fundação Angelo Bozzetto: oferta de aulas de dança e Artes Circenses;
- Recuperação paralela para os alunos que necessitam um complemento na aprendizagem escolar, com aulas presenciais, de acordo com as necessidades de cada um e cada uma.
- Progressão Parcial, com aulas presenciais, trabalhos e pesquisa em suas residências e de acordo com suas necessidades.
- Projeto Letramento Digital;
- Projeto letramento e leituras literárias nos anos finais.
- Turmas de recuperação em alfabetização.
- Turmas de aceleração de aprendizagens, conforme necessidades e outras formas de inclusão, recuperação e adaptação, previstos em lei.
- Projeto de Ensino e Pesquisa: Desenvolvido pelos professores dos Anos Finais e Colaboradores.
- Inclusão Digital: através do laboratório de Informática e utilização de recursos midiáticos como filmadora, máquina fotográfica, data show, lousa digital, aparelhos de som entre outros que estejam disponíveis.
- A escola mantém convênios e interação com a UFSM, saberes da comunidade, interação com projetos da 4ª Colônia, viabilizando encontro e outras formas de aprendizagens, através de um eficiente serviço de transporte escolar.
- Tem oferecido aulas de reforço na alfabetização, através do Projeto “Nenhum a menos”.
- Fez ampliação de cargas horárias e novas contratações de professores e monitores, a fim de viabilizar aprendizagens que ficaram defasadas em virtude dos dois anos da pandemia Covid-19.

- Conta com um quadro de professores com formação de alto nível e muito dedicados.

Os professores da escola participam de cursos de aperfeiçoamento e de atualização, seminários nacionais e internacionais, palestras e outros encontros para estudos, formação em serviço, troca de experiências, entre outras. Todos os profissionais do magistério em regência de classe cumprem 1/3 (um terço) da sua carga horária no planejamento de atividades.

3.5 TRAJETÓRIA DA ESCOLA

Esta escola começou suas atividades em 05 de maio de 1960, quando o Município ainda era distrito de Santa Maria, sendo o primeiro local uma casa da Família Savegnago. Em 1966, foi construído o prédio atual, na administração do então prefeito municipal de Santa Maria Miguel Sevi Viero. A inauguração contou com o Prefeito, bem como da Secretária de Educação da época Agueda Brazale Leal e o Subprefeito de Silveira Martins, Galileu Francisco Guerino. O prédio foi construído com a colaboração de famílias da comunidade da Vila Cattani, mas não apenas. Houve um somatório de esforços de muitas pessoas de diversas localidades. Contribuíram com serviços e ou materiais, sendo o terreno doado por João Frederico Savegnago.

A Escola iniciou suas atividades com o nome de Escola Divino Espírito Santo, nome derivado do dia 05 de maio, data consagrada como dia do Divino Espírito Santo. A primeira professora foi a Senhora Rosa Pigatto.

Em 03 de novembro de 1972, pelo decreto lei nº 1600, a Escola passou a denominar-se Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Professor Ângelo Branco. Ângelo Branco era professor no município e era encarregado de aplicar as sabbatinas nas linhas (comunidades) do município.

Em 03 de novembro de 1983, a escola passou a denominar-se Escola Municipal João Frederico Savegnago, segundo a lei municipal 2522/83 sancionada pelo então prefeito municipal de Santa Maria José Haidar Farret.

Em 02 de outubro de 1984, através da portaria SE nº 55.055, a denominação foi alterada para E.M. de 1º Grau Incompleto João Frederico Savegnago.

O parecer CEE, nº 1.037/89 (ficha III), cita a regularização de funcionamento da Escola com seriação de 1ª a 5ª séries.

O parecer nº 347/94, processo SEE nº 81.041/19.00/93.3 autorizou o funcionamento de 6ª série, 7ª série, 8ª série e jardim de infância, a partir do início do ano letivo de 1994.

O nono ano passa a ser implantado a partir da Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

EJA....

O PARECER CME/SME nº 03/2021 dispõe sobre a autorização de turmas de 02 e 03 anos, denominadas de Maternal 1 e Maternal 2, respectivamente;

Para atender todas as modalidades, a escola ampliou suas dependências com a construção de um ginásio de esportes em 1999, e em 07 de março de 2008 a Escola inaugurou sua última ampliação de estrutura física.

Atualmente (novembro de 2022), a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Frederico Savegnago atende uma clientela de 276 alunos desde a Educação Infantil – Maternal e pré-escola (nível A e B), ao Ensino Fundamental de 1ª ao 9ª ano, nos turnos da manhã e da tarde, conforme dados extraídos do Censo Escolar 2022.

A escola, localizada na Vila Cattani, município de Silveira Martins/RS teve na direção da escola as professoras: Rosa Pigatto (1960); Ieda Maria Sorio Dal forno (1966); Celia Maria Zorzi Juliani (1980); Tereza Juraci Maffin Rigo Zanini (1987); Verena Dellamea Weber (1983); Maria Lena Lucion (1997). Em 2003, com a lei municipal 686... deu-se início as eleições para direção da escola. A partir dessa lei foram eleitas as professoras Sílvia Maria Fioreze (1999); Maria Lena Lucion (2004), Sílvia Maria Fioreze (2006), Edair Moretto (2008), Marfiza Nascimento Batista Avila (2008), Sílvia Maria Fioreze (2009), Patricia Colpo (2011), Susana Irion Dalcol (2013) e Sílvia Maria Fioreze (2014, 2016 e 2018), Débora Ferreira Lerina (2019), Carolina Maffini Cerezer (2020) e Thaynara Luiza de Vargas (2022).

Em 13 de setembro de 2022, com a Lei Municipal 1627, foi alterada a Lei de Gestão Democrática da Escola, conforme condicionalidades do FUNDEB VAAR com novas determinações sobre a Gestão Democrática prevista no Plano Nacional de Educação 2024-2024 e regradas em 2022 pela normativa federal.

4 ANÁLISE DAS CRISES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

4.1 DIFICULDADES GENERALIZADAS, VIVIDAS EM QUASE TODO O PAÍS

Sabemos e falamos que a educação brasileira precisa ser prioridade. No entanto, apesar dos avanços em alguns aspectos, continuamos com muitas dificuldades:

- Precarização da educação em todos os níveis: cortes orçamentários, estruturas precarizadas, insuficientes ou desatualizadas, redução de direitos, cortes de vantagens, atrasos nos repasses e aumento do grau de demanda sobre os educadores e a instituição escolar, principalmente após a Pandemia da Covid 19.
- Educação pouco adaptável às necessidades de cada geração e das diferentes realidades.
- Aumento da pobreza, da fome, das doenças e da violência.
- Retrocesso nas práticas democráticas.
- Preparo insuficiente das escolas e comunidade para receber os alunos depois de 2 anos de pandemia.
- Fraco apoio institucional em estruturas de acolhimento e suplementação de recursos para dar suporte às gestões e educadores e para programas vigorosos de acolhimento e recuperação aos discentes.

Os números da realidade educacional brasileira falam dessa realidade: Entre 2019 e 2020 aumentou em 66% (sessenta e seis por cento) o número de crianças de 6 a 8 anos que não conseguiram aprender a ler e escrever; em novembro de 2020, mais de 5 milhões de crianças não tiveram acesso à educação. Destes, mais de 40 por cento tinham entre 6 e 10 anos. Nos dois anos de pandemia, 3,7 milhões não tiveram acesso às atividades escolares e aprenderam muito pouco em casa (informações da UNDIME).

4.2 DIFICULDADES APONTADAS PELA UNDIME, MINISTÉRIO PÚBLICO E ESCOLAS DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO DO RS

- Dificuldades com a busca ativa, monitoramento da frequência e participação de algumas famílias. Entre as causas da infrequência foram apontadas as

dificuldades de aprendizagem, a distorção idade-série, situação de vulnerabilidade, maus tratos e abusos, trabalho infantil, bullying e a fome.

- Dificuldades de detectar as causas do abandono da escola;
- Não localização dos alunos;
- Carência de diagnóstico da realidade e planejamento da REDE na busca ativa;
- Inexistência de alerta preventivo de abandono;
- Tímidas estratégias de chamamento público e acompanhamento dos que retornam;
- Dificuldades de as escolas seduzirem os estudantes para que gostem da escola;
- Problemas de saúde, emocionais e de relações afetivas, inclusive no ambiente escolar;
- Aumento dos traumas provocados pelas tentativas das instituições escolares e de professores de acelerar os processos de ensino;
- Ansiedade e baixa autoestima;
- Dificuldades de a escola acolher as manifestações espontâneas e de entender o amadurecimento neuronal das crianças e adolescentes;
- Dificuldade de respeitar o tempo de cada criança para as aprendizagens;
- Professores sobrecarregados, pressionados, desconsiderados e mal remunerados.

4.3 FRAGILIDADES APONTADAS PELA ESCOLA FREDERICO SAVEGNAGO, DE MODO RESUMIDO

- Cumprimento do 1/3 de hora atividade;
- Questões remuneratórias, com a perda da gratificação de unicência dos professores da Educação Infantil e Anos Iniciais;
- Questões de relacionamento interpessoal;
- Dificuldades pós-pandemia: defasagens nas aprendizagens;
- Dificuldade de autocrítica por parte de alguns sujeitos do processo escolar;
- Questões éticas;
- Organização dos tempos e de espaço;
- Outras apontadas nas manifestações em assembleias com os segmentos, como veremos a seguir.

5 MANIFESTAÇÕES DA COMUNIDADE DE SILVEIRA MARTINS, PÓS PANDEMIA, NO ANO LETIVO DE 2022

A organização do ano letivo de 2022 não foi tarefa simples. Os alunos ficaram dois anos em casa, sem aulas presenciais e em que pese o enorme esforço do corpo docente em ofertar ensino à distância, em diversos formatos (virtual e com material escrito), constatou-se, nos diagnósticos realizados com os alunos, a enorme defasagem nas aprendizagens, principalmente nas alfabetizações e no processo de letramento, de modo geral, mas não apenas. Em todas as áreas do conhecimento, as dificuldades são preocupantes.

Depois de dois anos de afastamento, a escola de modo geral, principalmente os discentes, resistem ao modo de funcionamento da escola: horários, regras, voltar a ter hábitos de estudos, respeitar hierarquias, conviver com as diferenças, entre outros. Ressalta-se que os problemas são ainda mais graves para os anos iniciais, porque as crianças que não tiveram pré-escola têm tido enormes dificuldades de iniciarem ou continuarem os processos de alfabetização, pois não desenvolveram as habilidades e competências necessárias a esse tão importante processo da vida escolar.

Temos tido problemas com a infrequência e com a não realização das tarefas de estudos. A escola continua fazendo busca ativa, cotidianamente. As dificuldades atingem toda comunidade escolar, inclusive as atividades docentes, que precisam lidar com condutas que não aconteciam de forma tão intensa antes da pandemia, entre elas alunos que perderam familiares e por isso vivem situações de traumas e alguns de quase abandono.

A escola tem implementado diversas formas e momentos de escuta da comunidade escolar. No dia 21 de junho de 2022, realizou duas plenárias: com os professores e com os pais. Também reuniu servidores. Dessas reuniões iniciais, registramos os principais aspectos levantados, através de duas perguntas: O que está bem na escola e o que pode melhorar.

5.1 MANIFESTAÇÕES DOS PROFESSORES

Primeiramente, no quesito “o que está bem”, ressaltaram o bom relacionamento com a equipe diretiva, supervisão e colegas. Enfatizaram a empatia da equipe diretiva

com o trabalho dos colegas e professores. Em relação à parte administrativa, avaliaram como boa, destacando a boa qualidade da merenda e do transporte escolar.

No quesito “o que pode melhorar”, citaram as questões de saúde de alguns alunos, como a necessidade de fonoaudióloga, de avaliações neurológicas, do desconforto das máscaras para os alunos em processo de alfabetização, entre outros.

Apontaram a necessidade de melhorar as tecnologias, nos equipamentos da escola, principalmente no que se refere ao uso da internet como ferramenta de aprendizagem, bem como da necessidade de implementar práticas de educação digital nos aprendizados, por ser uma demanda de nosso tempo. Apontaram problemas no prédio e na falta de espaços adequados. Realçaram a necessidade de ofertar oficinas de interesse dos alunos no turno inverso, tais como grafite e oficinas de música.

Tornaram a mencionar os problemas decorrentes da pandemia: “os alunos não querem aprender, falta interesse e sonho para a vida, por parte da maioria dos alunos”. Desacreditam nos estudos como possibilidade de se realizarem na vida e alguns manifestam intolerância e rejeição à escola.

Verificaram que frequentemente alguns alunos apresentam condutas de desrespeito e agressividade durante as aulas e nos espaços a escola.

Enfatizaram a necessidade da REDE DE APOIO (Secretaria da Saúde, de Assistência Social, Conselho Tutelar, CRAS, entre outras) de ser mais eficiente nas ações em relação às buscas ativas, problemas de saúde, de violência, de drogadição e pobreza. Solicitaram psicóloga na escola, além de orientação educacional. Reivindicaram tempo e espaço para se reunirem com os pais dos alunos dos anos iniciais. Sugeriram que a escola providencie agasalhos para alguns alunos, devido ao rigor do inverno e às dificuldades financeiras de algumas famílias.

Os professores indicam, a fim de melhorar a aprendizagem, que o número de alunos por turma se componha da seguinte maneira: Maternal 1: máximo de 10 alunos com monitor; Maternal 2: máximo de 12 alunos; Pré Escola Nível A: máximo 15 alunos com monitor; Pré Escola Nível B: máximo 18 alunos com monitor; 1º ano: Máximo de 18 alunos. Do 2º ao 9º ano: máximo de 25 alunos por turma. Pedem ainda que nesses limites se leve em conta o aluno em atendimento AEE que é acompanhado por monitor, uma vez que o monitor também fica dentro da sala de aula.

Também enfatizaram que estão sobrecarregados com as determinações que precisam cumprir e que vêm de cima. Sentem-se desvalorizados. Mostraram-se muito

ressentidos com a redução de suas remunerações em decorrência da perda de 20% sobre a unicodência.

5.2 MANIFESTAÇÕES DOS PAIS DOS ALUNOS

No quesito “o que está bem”: Iniciaram falando da alegria deles e dos filhos pela volta às aulas presenciais. Elogiaram a boa qualidade da merenda, do transporte, dos cuidados que a escola oferece através dos monitores nos transportes e nos espaços da escola, elogiaram a pracinha, a boa estrutura da escola e a mostra cultural que a escola realizou.

Em relação ao “que pode melhorar”, citaram: O desempenho do pessoal de apoio em algumas situações; Sugeriram capacitação aos servidores; Solicitaram alguns cuidados nos transportes dos alunos, na chegada e saída da escola; Pontuaram a necessidade de ter regras mais claras em relação à disciplina e à autoridade dos professores em sala de aula; Enfatizaram a importância de melhorar a relação com a comunidade escolar: mais diálogo, melhor funcionamento do Conselho Escolar e CPM (Círculo de Pais e Mestres); Desejariam que, se possível, a escola oferecesse oficinas diversas no turno inverso, como horta, culinária, informática, dança, música etc., que sejam aprendizagens importantes para a vida e motivadoras para os alunos; Também foi solicitado que se tenha psicóloga na escola, com ações preventivas com alunos e professores;

Apontaram diversas questões de caráter PEDAGÓGICO, que envolvem aprendizagens e formação humana e, nesse sentido sugeriram: Melhorar ambiente para a educação infantil, no que se refere ao prédio; Disponibilizar aos pais ou responsáveis o calendário de saídas dos alunos para estudos, eventos, avaliações e também os programas de cada ano; Recuperar conteúdos, quando o aluno precisar faltar por motivo de doença; Identificar defasagens de aprendizagens e ofertar aulas de recuperações; Superar fragmentação dos conteúdos nos anos iniciais, em decorrência da implantação da Lei das Horas Atividades; Ampliar recuperações durante as aulas e em turmas especiais no turno inverso, em decorrência da Pandemia da Covid-19; Oferecer mais atividades de pesquisa e problematizações para que os alunos aprendam com as experiências e menos memorizações; Avisar os pais, com antecedência, sobre as dificuldades dos alunos e não apenas na entrega dos pareceres; Respeitar escolhas, crenças e não crenças das crianças; Estimular

ações de cooperação e ajuda mútua e menos de comparações e competições nas turmas; Pactuar com os alunos sobre normas, condutas e disciplina na escola.

5.3 MANIFESTAÇÕES DOS ALUNOS

Em diversos momentos, a escola tem desenvolvido processos de escuta com os alunos, inclusive nos Conselhos de Classe.

Em relação às condutas deles na escola, mencionaram: Infrequência, atitudes de agressividade com colegas e professores, ansiedade, inquietação, desrespeito, desatenção, bullying nas aulas; Quanto aos estudos, reconhecem que: não se concentram, usam o celular na sala de aula durante as explicações dos professores, desorganização com seus materiais de estudos, desatenção, não realizam atividades nem na aula e nem em casa, não entregam atividades solicitadas, não fazem pesquisas, faltam demais, falta de responsabilidade; Não querem vir à escola, desanimados pelas defasagens acumuladas. Precisam de reforço, faltam aos reforços oferecidos.

Também apontam a necessidade de relações embasadas no respeito com todas as pessoas da escola; sugerem necessidade de maior cooperação; preconizam melhorar o diálogo entre todas as partes; reivindicam não serem tratados com gritos; apontam a necessidade de melhorar as relações com os monitores; pedem aulas de informática.

Além das avaliações e sugestões nos Conselhos de Classe, a escola elaborou um roteiro específico para este PPP. Após explicar do que se trata este documento, perguntamos aos alunos: Para que serve a escola? Solicitamos que conversassem sobre os procedimentos para melhorar o relacionamento entre os colegas e dos alunos com seus professores. Debateram sem a presença de nenhum professor, mas apenas duas turmas entregaram por escrito.

No sexto ano, escreveram o seguinte: Em relação à finalidade da escola afirmaram que a escola serve para alfabetizá-los, aprender conhecimentos, aprender a conviver com harmonia e com respeito entre eles, com os professores, com os motoristas do transporte, com as tias da cantina. Também disseram que a escola vai ajudá-los a escolher uma profissão e ser alguém na vida.

Solicitamos que anotassem, também, sugestões para melhorar a qualidade das aulas e dos aprendizados, assim: Solicitaram aulas práticas, materiais diversificados

em tecnologias, projetores em todas as salas de aula, realizarem mais projetos fora da escola e para todos os alunos, sem selecionar alguns; Pediram aulas de informática, educação financeira, aulas de judô, organizar laboratório de ciências, organizar mais passeios como museus, feiras e bibliotecas. Fazer quadra ao ar livre; liberar a informática para quem quer escrever, desenhar pela internet; ter uma enfermaria, oferecer alimentos quentes em dias frios e mais frios em dias quentes; oferecer teatro, música, dança e xadrez; Reforço para lerem e escreverem melhor.

No sétimo ano, sugeriram o seguinte: Melhorar a limpeza no transporte escolar; melhorar os equipamentos de educação física. Pintar as marcações da quadra. Melhorar o pátio; utilizarem práticas pedagógicas que despertem mais interesse nos alunos; rever os horários das aulas. Colocar mais aulas de educação física; diversificar os conteúdos para despertar mais interesse nos alunos; elaborar provas diferentes para os alunos não colarem; mais liberdade artísticas e atividades diferenciadas (nas aulas de artes); mais atenção e explicações nas aulas de matemática; pedem laboratório de Ciências; criar ambiente e horário especial para que os alunos exercitem a leitura; passeios de estudos para diversos lugares; ter reforço continuamente e não apenas quando os alunos estiverem abaixo da média; ter aulas de recuperação e provas em turno inverso para não perturbarem as aulas; ter aulas para alfabetizar melhor os alunos; melhorar o sistema de filmes e som para cada sala de aula; pelo menos uma vez por semana ter filmes e documentários para fazerem trabalhos.

Sobre o convívio apontaram: Mais respeito, empatia e consideração entre alunos e professores, tanto de um lado quanto de outro; professores terem mais diálogo, junto com os limites necessários; a equipe diretiva precisa ter pulso firme;

O oitavo ano assim se manifestou: Em relação às aulas de reforço deveriam ser ministradas apenas para quem fica com notas abaixo da média; ter projetos para melhorar a escola; oferecer cursinho, com aulas específicas para alunos que querem ingressar na universidade ou acompanhar o ensino médio; Criar Grêmios Estudantis.

5.4 O QUE DISSERAM OS SERVIDORES DA ESCOLA

Aos servidores da escola foram elaboradas 4 perguntas:

1- O que você acha do trabalho desenvolvido na escola e quais suas sugestões para melhorar o fluxo e o andamento do mesmo?

Resumidamente, as respostas foram: Trabalho muito bom, ambiente saudável. Foi um ano difícil e percebe-se que todos estão se empenhando muito e que há uma interdependência e união de todos para o bom funcionamento das atividades da escola.

É bom, mas pode melhorar e para isso é preciso ouvir os colaboradores. Sugerem prever as atividades para não sobrecarregar ninguém. Solicitam apoio à saúde dos monitores, com acompanhamento psicológico para orientá-los no trato com o contexto escolar. Mais união e diálogo. Melhorar as relações humanas em geral. Evitar assuntos inconvenientes (ética).

2- O que você sugere para melhorar a relação com a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos)?

Continuar oferecendo reunião e atendimento individual; os pais precisam entender que a escola Ensina e não educa; valorizar professores e funcionários; aproximar os pais da escola; informar melhor os pais e demais sujeitos da comunidade escolar sobre seus objetivos e ouvir mais a comunidade.

Melhorar a comunicação entre os setores: direção, monitores, professores. Esclarecer aos professores as escalas dos monitores para que estes, nos seus intervalos, consigam descansar.

3- O que gera desconforto no seu trabalho? O que pode melhorar?

Ouvir mais e criticar menos o próximo, de modo geral; O desconforto maior é a desvalorização dos profissionais por parte do poder público; Também falta capacitação em reuniões mensais ou semestrais; Existem várias pessoas que não sabem a que vieram e como trabalhar no ambiente escolar; Causam desconforto as frequentes fofocas, que geram mal entendidos e atrapalham quem está trabalhando.

4- Como você avalia nossas crianças e adolescentes, passados quase um ano letivo de retorno presencial de atividades escolares: no transporte, no recreio, no refeitório, nas atividades extracurriculares que acompanham? Que mudanças observam?

Estão cada dia mais sociáveis, interagindo melhor com colegas e professores. No transporte os monitores devem estar mais atentos, ajudar os pequenos a subir e descer dos ônibus. Há necessidade de capacitação para entender sobre crianças, principalmente com os alunos especiais, que precisam de mais ajuda. Às vezes, o monitor fica sobrecarregado, ficando sozinho para cuidar do recreio. No refeitório observa-se muita gritaria.

Saem demais das salas de aula. Muita coisa depende dos pais, que delegam tudo à escola; observam uma melhoria significativa em relação ao início do ano, a maioria aprendeu a se portar nos diferentes ambientes; as máscaras são inúteis e só atrapalham; em alguns casos acontecem bullying e baixa tolerância em resolver pequenos conflitos. Algo que cabe aos pais a responsabilidade.

6 FILOSOFIA DA ESCOLA

Escola: espaço comunitário de conviver, de ser, de aprender e de fazer.

Isso significa que nesse espaço institucional, convivem todos os dias crianças e adolescentes, professores e servidores de apoio e às vezes os pais e responsáveis. Pessoas de diferentes realidades e situações de vida, o que possibilita a riqueza de oportunidades de aprendizagens, em relação a costumes, atitudes e ações tais como o respeito à diversidade, a aprendizagem da cooperação, da empatia, de acolhimento e de solidariedade, que devem envolver todos os sujeitos da comunidade escolar. Convivem nesse espaço crianças com deficiência que são acolhidas e que necessitam de atendimento especializado. Nesse ambiente tão rico da diversidade humana, a escola promoverá a construção dos conhecimentos fundamentais para contribuir na formação de sujeitos participativos, emancipados intelectualmente, responsáveis em relação ao meio em que vivem e solidários.

A Escola enquanto instituição social propõe-se a contribuir para a construção de um sujeito participativo, consciente, reflexivo e atuante no ambiente em que vive, capaz de intervir para transformá-lo e melhorar sua qualidade de vida como cidadão. Com referenciais nos saberes naturais, científicos, filosóficos e históricos da humanidade, a fim de que possam ser transformados em saberes e fazeres para a emancipação intelectual do aluno, e que estimulem o domínio de conteúdos que ganharão significação, tanto para o educador como para o educando. Proporcionar ao educando a formação integral e humana, resgatando e vivenciando os valores no dia a dia, desenvolvendo competências e habilidades, respeitando sua individualidade e promovendo o acesso à cultura, desenvolvendo a formação integral do aluno, necessário ao desenvolvimento de suas potencialidades.

O Atendimento Educacional Especializado-AEE é um serviço da Educação Especial, que complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola comum e fora dela. O AEE apoia o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades; Disponibiliza o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização; Oferece tecnologia assistiva (TA); Adéqua e produz materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos; Acompanha o uso desses materiais e recursos em sala de aula, sem, contudo,

interferir no ensino dos conteúdos curriculares.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica e do ensino superior, o AEE é organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação dos alunos com deficiência e dos demais que são público alvo da Educação Especial, nas turmas das escolas comuns; constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

7 OBJETIVOS DA ESCOLA

Nos processos formativos da escola e atendendo aos preceitos da filosofia da escola, esta procurará contribuir com as possibilidades de acréscimo à formação dos mesmos, por meio do desenvolvimento dos conteúdos, projetos, encontros e ações, orientadas pelo DOM e Plano Municipal de Ensino, que proporcionem uma leitura mais ampla e científica do mundo em que vivemos e que venha a constituir uma estrutura de conhecimentos e vivências capazes de torná-los mais autônomos e ao mesmo tempo solidários, responsáveis e comprometidos com seu papel na sociedade.

Também enfatizar aos educandos a importância do ato da leitura, como fonte de conhecimento, vocabulário, cultura e criatividade.

[...] a capacidade crítica e criativa se desenvolve pelo estudo dos conteúdos e pelo desenvolvimento de métodos de raciocínio, de investigação e de reflexão. E, atitude crítica é a habilidade de submeter aos fatos, as coisas, os objetos de estudo a uma investigação minuciosa e reflexiva, associando a fatos sociais que dizem respeito a vida cotidiana, aos problemas do trabalho, da cidade, da região (LIBÂNEO, 1994, p. 125).

Durante os percursos formativos e respeitando os níveis de aprendizagens e as idades dos alunos, a escola planejará suas atividades, nas unidades temáticas e nos arranjos dos objetos do conhecimento, de forma a construir as 10 competências básicas indicadas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), elencadas nas propostas educativas deste PPP, além daquelas específicas, de acordo com os contextos das realidades locais e regionais, orientando-se, também, pelo DOM (Documento Orientador Municipal) e pelo Plano Municipal de Educação.

Entre os objetivos e metas da escola, de acordo com nossa realidade e entendimento de nossa comunidade, mencionados nas diversas formas de consulta, estão: Desenvolver, com auxílio dos educadores, de especialistas e da REDE de Apoio Institucional, atividades que ajudem os discentes, os docentes e também os servidores, a estabelecerem formas e atitudes de estarem juntos, nos percursos formativos, de forma harmoniosa, empática, cooperativa e de bem-estar.

8 FUNÇÃO DA ESCOLA

A BNCC aponta que a educação básica brasileira deve promover o desenvolvimento humano global dos alunos, potencializando-os para que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

São inspiradoras as palavras do Papa Francisco, por ocasião da Campanha da Fraternidade de 2022 e pensamos que contemplam o que objetivamos nesta escola:

“A educação será ineficaz e seus esforços estéreis se não se preocupar também em difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza”.

Portanto, a escola deve promover uma educação integral, buscando o desenvolvimento de crianças e jovens em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Por isso a legislação fala em saberes, capacidades de aplicar os saberes na vida (habilidades), resiliência e aptidão para agir com base em valores como direitos humanos, justiça social e consciência ambiental.

O que a criança e os adolescentes conhecem/sabe/adquirem e que foi construído por ela, passa a fazer parte de um patrimônio próprio, fruto de suas experiências. Desta forma deve ser salientada a importância das interações sociais que ela estabelece na relação com o outro. Esta interação possibilita também a apropriação do conhecimento científico elaborado pela humanidade, na medida em que os significados das coisas do mundo passam pelos conhecimentos espontâneos de uma e de outras pessoas.

Apointa-se a relação da coletividade na construção da subjetividade. Entretanto se faz necessário compreender que a apropriação dos valores do grupo a que pertencemos não é feita de forma linear, isto porque temos como característica eminentemente humana a singularidade. Nesta se inclui a capacidade peculiar a cada sujeito de refletir sobre o contexto em que se insere, um dos objetivos primordiais da prática pedagógica reside na construção da criticidade do sujeito de modo que se busque autonomia através de um olhar próprio sobre a realidade, e nos processos de formação escolar, exercitar práticas de cooperação e solidariedade.

Cabe então, uma proposta pedagógica consciente no sentido de fomentar a transformação dos conhecimentos espontâneos em científicos, promovendo um trabalho onde os estudantes desenvolvam atividades em grupo, desafiando as

capacidades cognitivas para debater, acerca de suas impressões sobre os fatos, levantando hipóteses a partir de seus conhecimentos prévios, respeitando as posições divergentes e concomitantemente, se constituindo enquanto sujeito cooperativo.

Por isso, a organização do trabalho pedagógico na escola por todo o coletivo escolar, principalmente na elaboração do Projeto Político Pedagógico, é de fundamental importância para que, a partir do PPP, o planejamento das ações pedagógicas sejam de prioridade no ato de ensinar saberes elaborados, a fim de que a escola cumpra a sua real função e o trabalho do professor seja considerado na sua totalidade.

9 PRIORIDADES, METAS E OBJETIVOS

As escolhas feitas pela comunidade escolar, pautaram-se pelas necessidades concretas dos nossos discentes, já mencionadas anteriormente neste PPP. Necessidades evidenciadas na volta presencial à escola, após dois anos de ensino remoto.

Toda a comunidade escolar viveu um período de isolamento, perda de renda, ansiedade, medo e afastamento de pessoas e ambientes. Para algumas famílias as perdas foram muito dolorosas e muitas vivem, ainda, o luto.

Sabemos que as crianças se mantiveram isoladas para não se tornarem vetores do vírus e doaram seu tempo de escola presencial, para que nós, adultos, não ficássemos contaminados. Devemos muito a elas.

Agora, na volta presencial, precisamos de muita escuta, paciência, respeito ao tempo de cada um, atenção individual, cuidados, para com nossos alunos e também para com os educadores. Precisamos nos curar das experiências emocionais de dor, de isolamento. Precisamos nos conectar novamente, sem pressa, sem atropelos. Precisamos planejar momentos de escuta docente. Desacelerar as cobranças e dar tempo para o diálogo, para voltarmos a estar juntos, a exercer relações de acolhimento e cuidado.

Precisamos combinar junto com toda a comunidade escolar formas cooperativas de recuperar a saúde, a alegria de estarmos juntos, de sermos felizes e de aprendizagens que ficaram defasadas.

Urge reorganizar nossos currículos, planejar considerando o tempo de permanência de nosso aluno na escola, pactuar com as famílias e com os alunos, buscar ajuda das instituições e da comunidade.

9.1 AÇÕES

Implementar ações pedagógicas e institucionais, com investimento em recursos humanos e materiais, para uma contínua prática de recuperação de defasagens nas aprendizagens, com especial atenção às referentes a alfabetização e letramento nas linguagens e na matemática, em decorrência do período da Covid 19 e também como consequência da evidente crise no modelo institucional de escola em relação às mudanças tecnológicas nos processos produtivos e nas alterações dos modos de vida

da infância e adolescência.

Em decorrência dos fatores acima apontados, outro objetivo é construir um programa de formação continuada de professores e também da comunidade escolar, que visem aperfeiçoar as práticas educativas, na escola e fora dela, que devem constar no Calendário Escolar.

Entre os percursos formativos locais, incluir a Educação Ambiental, a Educação Patrimonial, Educação Fiscal e Educação para o Trabalho, com oficinas de fazeres concretos, buscando parcerias com a comunidade e com a UFSM e outras entidades e recursos da comunidade local e regional, sem descuidar da formação cultural e dos cuidados com a saúde.

Currículo – incluir técnicas agrícolas, agroecologia, horta (como abordagem em ciências, geografia, química). Produção ecológica. Atividades artísticas como maneira de abordar expressividade – tempo, música, língua, dança, pintura, escultura.

Implementar diversos tipos de tecnologias digitais e, para isso, estruturar o laboratório de informática.

Superar a fragmentação dos conteúdos, na construção dos planejamentos, em especial entre os professores titulares das turmas dos anos iniciais e dos professores das Horas Atividades.

Evitar a simples transmissão de conteúdos, centrada no professor explicador e na memorização. Priorizar práticas de leituras, pesquisas, problematizações, em que o aluno é o sujeito principal das aprendizagens; conhecer os contextos dos alunos e considerar os conhecimentos prévios que trazem de suas vidas e das aprendizagens anteriores.

Para garantir a aprendizagem, principalmente nos anos iniciais, deve-se fazer acompanhamento individual de cada aluno, sendo que para isso é necessário reduzir o número de alunos por turma.

9.2 PROPOSTA EDUCATIVA

9.2.1 Anos iniciais: primeiro ao quinto ano

Abordagem pedagógica: Principal abordagem será a de articular o trabalho pedagógico com as experiências anteriores (da educação infantil e dos dois anos de pré-escola), valorizando as situações lúdicas e a importância do brincar como

elemento de aprendizagem e integração. A criança deverá crescer em autonomia e afirmação de sua identidade, desenvolver novas formas e possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de discordar. Ou seja: atitudes ativas de construção do conhecimento. Percurso contínuo de aprendizagens e maior integração entre as duas etapas do Ensino Fundamental.

A BNCC não fala mais em currículo ou disciplinas nem nos anos iniciais e nem nos anos finais. Fala em áreas do conhecimento, componentes curriculares e unidades temáticas.

A anterior forma de organizar o currículo em inúmeras disciplinas, agora busca favorecer a comunicação entre os componentes curriculares das áreas do conhecimento que, de acordo com a BNCC são:

- a) Linguagens, cujos componentes curriculares serão: língua portuguesa, língua inglesa, artes e educação física.
- b) Matemática, cujo componente curricular é a própria matemática.
- c) Ciências da natureza, cujos componentes curriculares são a diversidade de conhecimentos dessa área.
- d) Ciências Humanas, cujos componentes curriculares são a história e a geografia.
- e) Ensino Religioso.

Cada área do conhecimento terá suas competências específicas, decorrentes das dez competências gerais da BNCC e do DOM.

Anos iniciais: A partir das orientações da BNCC, toda a criança deverá estar alfabetizada até o final do segundo ano. É necessário atentar para as competências e habilidades no processo de alfabetização:

- Compreender as diferenças entre escrita e outras formas gráficas (ou sistemas de representação);
- Dominar as convenções gráficas (letras- maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
- Dominar as relações entre grafemas e fonemas; Grafemas enquanto registros escritos e fonemas enquanto som das letras;
- Saber decodificar palavras e textos escritos;
- Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;

- Ampliar o olhar para porções maiores do texto, que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez na leitura.

9.2.2 Saber tudo até o final do segundo ano?

Não, após o segundo ano, deverá ser complementado o processo de alfabetização, para continuar desenvolvendo as habilidades linguísticas e ortográficas do estudante. Deverá melhorar a oralidade, a compreensão das leituras, a apreensão de novos vocabulários e a organização dos textos de diversas modalidades.

A orientação da BNCC, nos anos iniciais, em relação à forma com que os conteúdos deverão acontecer serão em unidades temáticas. As unidades vão aparecer em quase todos os componentes curriculares ao longo de todo o ensino fundamental. As unidades temáticas serão o arranjo dos objetos do conhecimento, adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática terá uma variada gama de objetos do conhecimento e de habilidades e competências. Importante lembrar a necessidade de realizar a transição entre os anos iniciais e finais, bem como as situações concretas da realidade da escola e de seu público: situação socioeconômica e cultural, bem como o tempo de cada aluno.

Nos percursos formativos deverão ser abordados os focos de estudos de cada região ou da escola, tais como a Educação Patrimonial, o Geoparque da quarta colônia, a Educação Fiscal, entre outros. Esses processos de adequações à BNCC acontecerão gradativamente, evitando rupturas abruptas e lineares e em consensos construídos com os professores e comunidade escolar.

Importante considerar a grave situação de defasagens nos componentes curriculares, em decorrência da Covid 19, principalmente na alfabetização (leitura e escrita). Assim, no anexo 04 refletimos questões sobre letramento.

Nos percursos formativos é fundamental a reflexão sobre a infância e a adolescência nos atuais modos de vida na contemporaneidade e a implicações desses fatores na educação escolar, neste contexto pensando sobre a infância temos reflexões pertinentes no anexo 03.

9.3 COMPETÊNCIAS BÁSICAS DA BNCC E DO PPP DESTA ESCOLA

9.3.1 Conhecimento

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo para entende, explicar a realidade e colaborar com a construção de uma sociedade justa.

9.3.2 Pensamento crítico e criativo

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências visando investigar causa, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas).

9.3.3 Repertório cultural

Valoriza e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais e, também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

9.3.4 Comunicação

Utilizar diferentes linguagens, bem como conhecimento das linguagens artísticas, matemática e científica, a fim de expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos.

9.3.5 Cultura digital

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

9.3.6 Trabalho e projeto de vida

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas o exercício da cidadania e ao seu projeto de vida.

9.3.7 Argumentação

Argumentar, com base em fatos, dados e informações confiáveis, buscando formular e defender ideias que respeitem e promovam os direitos humanos, a ciência, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.

9.3.8 Autoconhecimento e autocuidado

Conhecer-se, valorizar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo a si mesmo na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9.3.9 Empatia e cooperação

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade.

9.3.10 Responsabilidade e cidadania

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

As competências básicas da BNCC são perfeitamente coerentes com os princípios e objetivos deste PPP. Além destes, nossa realidade local, regional, brasileira e mundial requer outras competências, entre elas queremos incluir:

9.3.11 Responsabilidade e empatia com nosso planeta (nossa casa comum)

Compreender, a partir das práticas pedagógicas dos conhecimentos escolares, quem somos, de onde viemos, o que nos identifica com todos os outros seres vivos, o que nos diferencia e a importância de todos na manutenção dos ecossistemas e da vida, de modo geral, assumindo nossa responsabilidade e adotando atitudes sustentáveis e de cuidados com todas as formas de vida.

Exercitar deliberadamente ações concretas de exercícios da democracia, refletindo sobre ela, com os discentes e com toda comunidade escolar.

9.3.12 O uso das tecnologias na escola

A escola é um espaço potencializador para essa inclusão, podendo possibilitar aos alunos um uso consciente e saudável das tecnologias digitais, estimulando o aprendizado por meio dela e, desse modo, levar os alunos a tomarem consciência das infinitas possibilidades de acesso ao conhecimento que eles podem desenvolver.

Considerando esse indicativo, Silveira (2005) aponta que existem três pontos a serem considerados quando pensamos em inclusão digital:

“A inclusão voltada para a cidadania, no sentido da busca do direito de interagir e do direito de se comunicar por meio das redes; a inclusão voltada para inserir as camadas mais pauperizadas ao mercado de trabalho - neste caso seria uma inclusão com um foco mais tecnicista, de ações que estão voltadas a meros “cursos de informática”; e por último a inclusão voltada à educação, na perspectiva da importância da formação sociocultural dos jovens, na sua formação e orientação diante do dilúvio informacional. Sendo assim, a definição da inclusão digital se dá com a universalização do acesso ao computador conectado à internet, bem como, ao domínio da linguagem básica para manuseá-lo com autonomia (Silveira, 2005, p. 434).”

Com base na citação de Silveira (2005), começa a ficar claro para nós a importância de termos professores preparados pedagogicamente para desenvolver suas aulas com uma didática interativa, dinâmica e que dialogue com a realidade da maioria de seus alunos, que, por sua vez, geralmente já chegam à sala de aula imersos em uma cultura digital, onde as tecnologias da comunicação e informação (TCI), como o uso de celulares e acesso à internet ocupam um espaço significativo em sua rotina diária.

Além disso, cabe destacar que professores preparados para atuar pedagogicamente e didaticamente com o uso das tecnologias digitais é uma competência exigida pela própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quando aborda a competência geral, que, por sua vez, está colocada da seguinte forma:

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal

e coletiva (BNCC, 2017).”

Diante disso, fica claro para nós que o uso de tecnologias digitais em sala de aula é um direito do aluno e do professor, além de caracterizar-se como uma importante competência trazida pela BNCC e que deve ser cumprida nos espaços escolares para a promoção de um processo de ensino-aprendizagem mais qualitativo e significativo, tanto para os docentes quanto discentes.

É diante da importância de tal discussão, que cabe falar em alfabetização e letramento digital, que, por sua vez, são ações pedagógicas que visam tornar acessível o conhecimento para os alunos por meio de tecnologias e da cultura digital que se configuram como uma importante ferramenta para compor o aprendizado.

O uso de computadores nas escolas, é geralmente realizado através de uma sala de informática, onde os alunos têm a oportunidade de vivenciar experiências de aulas num formato diferenciado, podendo acessar a internet para fazer pesquisas interativas com a aula, precisa ser avaliado, pois historicamente foi de pouco uso na instituição.

Este formato de aula precisa de estímulo interativo e dinâmico estimulando a participação dos alunos e guiando os momentos de investigação podendo se tornar momento da apropriação do conhecimento mais agradável, tanto para os alunos quanto para o professor, como também um momento de dispersão pelas diversas possibilidades na navegação online.

Outras ferramentas são valorosas. O uso de datashow, projetor multimídia, ou até mesmo a lousa digital, são grandes exemplos de outras ferramentas tecnológicas digitais que podem fazer toda a diferença no desenvolvimento de uma aula, como, por exemplo, na exibição de filmes, documentários, assim como a exibição de outros conteúdos, como pinturas, gráficos, etc., que podem ser usados em sala de aula a partir da utilização dessa ferramenta.

É importante destacar que o uso de tecnologias digitais nos espaços escolares em nada diminui as tecnologias não digitais que também compõem os espaços escolares, sendo um importante aliado na educação, tendo um uso absolutamente relevante nas aulas, como aparelho DVD, televisão, o rádio, a calculadora, o aparelho microscópico, dentre muitos outros equipamentos que, sendo no formato digital ou não, devem ser considerados importantes recursos tecnológicos que possibilitam um ensino-aprendizagem de maior qualidade.

Entre os principais representantes e mais comuns recursos da tecnologia no

nosso cotidiano, estão os tablets, os smartphones, os retroprojetores, os sistemas de som, que são recursos que possuem a possibilidade de serem empregadas dentro da sala de aula, com o desenvolvimento do aluno como meta fundamental.

Algumas tecnologias mais avançadas e menos utilizadas, como projeções em três dimensões, teleconferências e aparelhos de impressão 3D, podem logo tornar-se comum após o adepto de recursos tecnológicos na sala de aula, de modo que espere-se o uso da maior diversidade possível para o aprendizado, de forma a tê-lo como foco. Nesse sentido, o educador precisará mediar estes elementos de modo que os mesmos venham a facilitar, auxiliar e contribuir no processo de ensino aprendizagem de maneira que não venha a causar um resultado inverso.

Como ainda há limitações para o uso destas tecnologias, prováveis consequências são inevitáveis, e são significantes em instituições que já desfrutam desta ferramenta, como ressaltado em um estudo da M.I.T., (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), estudo qual feito dentro da própria universidade, exemplifica problemas sobre o quanto e para quê os alunos usam estes recursos, como dito neste trecho da notícia do Washington Post:

“À data, os investigadores explicaram que os alunos que usam os computadores tendem a transcrever as aulas e não processam a informação, o que prejudica o desenvolvimento do seu raciocínio e da sua aprendizagem, diminuindo a capacidade de resposta e os resultados acadêmicos.”

Estudar o uso das TICs dentro de uma proposta de Metodologia ativa, integrando vários recursos, inclusive os mais tradicionais, pode de maneira simples, se tornar conjunto de estratégias de ensino em que o aluno se torne protagonista, ativo e construtor do seu próprio conhecimento.

10 PLANO DE AÇÕES E METAS

A proposta educativa, suas prioridades, metas e ações deste PPP seguem as diretrizes do DOM (Documento Orientador Municipal), que foi fruto de estudos da comunidade de Silveira Martins, para adequar-se à Base Nacional Comum Curricular, atendendo também às necessidades e peculiaridades do município e região.

O documento, além de cumprir com os preceitos legais, orienta o conjunto das aprendizagens essenciais (conteúdos e habilidades e competências), fornece as bases para as diretrizes deste PPP, do Regimento Escolar e é o Plano de Estudos detalhado de cada percurso formativo das atividades escolares.

Para atender às peculiaridades locais e regionais, se faz presente no DOM e neste PPP, ações de relevância na formação de nossa comunidade: Educação Patrimonial, Paisagens da Quarta Colônia, Festas Religiosas, Georreferenciamento, e Educação Fiscal. Somam-se a esses propósitos o Programa do Geoparque e do Condesus.

Dando consequência ao que destacamos neste PPP em relação às novas demandas em decorrência da Pandemia Covid 19, será necessário adaptar os tempos e os conteúdos de cada ano da vida escolar. O DOM é um documento orientador, construído antes da Pandemia, deve orientar os processos de formação e de conteúdos de nossa escola, mas precisa adequar-se às necessidades e condições de exceção da comunidade escolar.

Entendemos, também, que se faz necessário, nos percursos formativos, os estudos sobre as etnias: de origem italiana, pois somos a Quarta Colônia de imigração italiana no Estado e também a afrodescendente presente em todo o país, inclusive em nossa região.

Por outro lado, em decorrência de mais de dois anos da Covid 19 torna-se prioritário nos anos letivos de 2023 e 2024, pelo menos, processos e investimentos intensos de recuperação das aprendizagens, altamente defasadas, constatadas nos diversos processos de avaliação durante o ano letivo de 2022, bem como tratamento adequado e multidisciplinar em relação aos traumas e ausência presencial na escola, causados pela Pandemia.

Para isso, neste PPP procuramos apontar os recursos necessários para implementação de um Plano Especial e Sistemático de aulas e metodologias adequadas, bem como apoio institucional da REDE (saúde, atendimento psicológico,

etc.). Será necessário, também, formação aos professor e servidores da escola e apoio psicológico e obviamente, recursos humanos suplementares. Sem isso, teremos uma geração de pessoas que terão enormes dificuldades de trabalhar e integrar-se na sociedade.

As propostas metodológicas para o desenvolvimento das atividades docentes estão especificadas no DOM e Plano Municipal de Educação, que, evidentemente, deverão ser flexíveis para garantir o atendimento às realidades que vão surgindo na dinâmica da vida, concretamente.

Nos debates com os docentes, discentes e comunidade, buscamos propostas educativas que apresentem relações que garantam crescimento humano e de Direitos Humanos com toda a comunidade escolar e nas ações pedagógicas o eixo é deslocado do professor transmissor de conhecimentos para alunos construtores de seu próprio conhecimento.

Para que tal aconteça, é fundamental que o cotidiano da vida sejam problematizações para estudos, baseados na pesquisa, na investigação, na comunicação oral e escrita, no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, nos recursos existentes na comunidade.

As mencionadas tecnologias deverão ser acessíveis a professores e alunos durante s aulas, nos diferentes espaços de aprendizagens.

Desejamos uma educação básica que contribua para construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, não violenta, cooperativa, em que todos vivam com dignidade, sustentável nos cuidados com o meio ambiente e com todas as formas de vida.

Para atingir a nossa proposta desenvolveremos as seguintes ações:

- Investir em recursos humanos e técnicos, com prioridade para alfabetizar completamente todo os alunos e dar continuidade ao letramento do primeiro ao nono ano.
- Incentivar diversidades de leituras, para conhecer as diferentes realidades e assim, posicionar-se.
- Proporcionar situações problematizadoras, que demandem pesquisa e aplicação da diversidade de conhecimentos para a busca de soluções alternativas, contribuindo, assim, para a construção dos conhecimentos.
- Ampliar o acesso a diferentes formas de expressão cultural;

- Garantir, em todas as etapas dos percursos formativos, exercícios da oralidade, de leituras individuais e em grupo, tendo para isso livros com diversos estilos literários e diferentes enfoques, dentro da sala de aula.
- Romper com as pedagogias silenciadoras;
- Educar para viver em comunhão. A formação humana é fundamental. A pergunta deve ser: qual educação pode contribuir para a paz, para a felicidade de nossos alunos? Certamente esses seres humanos vão buscar o Mercado, algum dia, mas levarão consigo uma forte formação humana, que os tornem fortes e fraternos.
- Proporcionar ações diversas para exercitar a solidariedade, a criatividade e a cooperação;
- Realizar celebrações nas datas significativas da nossa história, estudando e refletindo sobre as mesmas;
- Construir com a comunidade escolar, especialmente entre professores e alunos, relações embasadas no respeito, no cumprimento dos direitos e deveres, tendo como base a participação ativa e responsável dos sujeitos e o diálogo.
- Desenvolver práticas de cuidados com os outros e com a natureza;
- Incluir nos percursos formativos dos alunos e na formação dos professores, estudos sobre legislações fundamentais para a cidadania, entre elas as Garantias Individuais previstas na Constituição Federal, os Estatutos da Criança e Adolescente, dos idosos, da Igualdade Racial, entre outros.
- Estimular estudos e ações para a promoção da melhoria da qualidade de vida, tais como a alimentação saudável, atividades físicas, relacionamentos sociais saudáveis, arte, lazer, senso de humor, respeito e cuidados consigo com os outros.
- Garantir os recursos humanos previstos as diferentes legislações e de acordo com as necessidades da escola, bem como cursos de aperfeiçoamento e formação continuada para os professores e os servidores da escola, priorizando a formação dos educadores em vista do letramento.
- Realizar reuniões pedagógicas regulares com os professores, troca de experiências entre eles e com outras escolas, em conformidade com os

direitos e deveres das legislações pertinentes, tendo como eixo orientador o essencial: EDUCAR E CUIDAR.

- Garantir o cumprimento do DOM, do Plano Municipal de Educação, deste PPP e Regimento da Escola e do ECA;
- Proporcionar formação aos demais servidores da escola;
- Transformar em conteúdos formativos toda a rede de ações que envolvem o acesso e permanência dos alunos na escola, desde o transporte, o trabalho dos monitores, da merenda, da limpeza, da gestão, das instalações, das aulas e, enfim de tudo o que compõem um currículo. Aspectos fundamentais para debater a cidadania dos alunos em coisas concretas de seu cotidiano: estar na comunidade escolar.
- Garantir a participação do pais, nas formações sobre seus filhos, no seu envolvimento em todas as dimensões das tarefas de educar.
- Incluir, com relevância, ações educativas sobre a preservação do meio ambiente.
- Garantir avaliação curricular, em relação aos planos de estudos desenvolvidos com o aluno, em relação à gestão escolar, ao cumprimento do DOM e deste PPP, às ações dos diversos Conselhos ligados à educação e em relação às participações das famílias de nossos educandos. Também deve ser avaliado as contribuições do Conselho Tutelar e sua relação com a Escola e da REDE de apoio.
- Após as avaliações registrar sugestões de melhorias e afirmar as ações que obtiverem bons exultados;
- Nos processos de ensino-aprendizagem: as avaliações precisam ser coerentes com os processos trabalhados durante as aulas. Neste PPP encontram-se maiores detalhamentos sobre as avaliações escolares.
- Implementar ações de reforço escolar, acompanhamento psicossocial e outras medidas concretas para que os alunos dos anos iniciais se alfabetizem, de preferência, na idade recomendada pela legislação e que todos progridam. Evitar evasão, realizar busca ativa constante, dialogar sempre com os familiares, buscar todas as formas de ajuda para que tenham êxito. Nos anos finais, garantir que consigam atingir, pelo menos, a média de desempenho necessária para a sua aprovação.

- Para reduzir as retenções, a escola fará, em cada componente curricular, revisão de conteúdo, aulas de apoio pedagógico, aplicação de metodologias alternativas e novas avaliações.
- Durante todo o percurso formativo dos alunos, dos anos iniciais aos anos finais, deverá ser considerado, nas relações com os alunos e nos processos de ensino, nas salas de aula e no ambiente escolar, a fase da vida em que se encontram nossos alunos. Estes vão adotar comportamentos compatíveis com o desenvolvimento cognitivo chamados por alguns autores de neuro- compatíveis: maturidade e imaturidade correspondente a cada idade. Isso significa reconhecer os comportamentos de cada fase, a imaturidade e capacidades cognitivas e emocionais dessas pessoas, que estão em processo de formação.

Há uma desigualdade de capacidades entre a imaturidade dos discentes, em processo de formação e dos educadores adultos, que já possuem capacidade de manter a calma, acalmar seu discentes, com paciência, compaixão, acolhimento, para estabelecerem diálogo, escuta e depois a devida orientação. Nesse processo de amadurecimento, considera-se que algumas características das pessoas são da genética, mas muito mais fruto das condições histórico sociais de cada sujeito. Por isso os processos padronizados não são adequados. O tempo de cada ser humano precisa ser respeitado.

Adotar a Educação como processo libertador é considerar, sempre, a legitimidade do ser de cada um, nas suas circunstâncias e diferentes realidades, por isso não devam ser aplicadas práticas adestradoras e de condicionamento. Os limites devem vir junto com orientações respeitadas, amorosas e de acolhimento.

Vale citar algumas reflexões de Humberto Maturana e Sima Nisis de Rezepka, ele biólogo e professor e ela professora, alfabetizadora e psicopedagoga: (livro: formação Humana e capacitação. Ed. Vozes)

Aceitar a legitimidade da criança na biologia do amor não consiste em não ver essas características particulares, mas, ao contrário, em vê-las e relacionar-se com a criança desde a sua legitimidade, embora o propósito do professor ou da professora seja mudar ou ampliar as capacidades de ação e reflexão dessa criança". Pensamos que a tarefa educativa deve realizar-se de uma só maneira, isto é, na biologia do amor na correção do fazer e não do ser da criança.

“As distintas e moções têm efeitos distintos sobre a inteligência. Assim, a inveja, a competição, a ambição...reduzem a inteligência; Só o amor amplia a inteligência.”

Temos preocupações em ensinar valores. Sobre isso os autores nos falam: “Não se deve ensinar valores, é preciso vivê-los a partir da biologia do amor. Não se deve ensinar cooperação, é preciso vivê-la desde o respeito por si mesmo, que surge no conviver, no respeito mútuo”.

Após um período tão sofrido, que vivenciamos na pandemia, precisamos ficar atentos à biologia do amor.

10.1 AÇÕES NECESSÁRIAS PÓS PANDEMIA DA COVID 19

Reflexões: Mesmo tendo percorrido um ano letivo presencial, precisamos continuar nos perguntando: Como vivemos, nos relacionamos, trabalhamos, aprendemos, ensinamos, cuidamos...durante esse tempo não presencial e após esse período? O que perdemos? O que aprendemos? Desenvolvemos empatia e solidariedade? Escutamos a comunidade? Investigamos como cada pessoa dos nossos alunos, retornou? Identificamos as perdas, os lutos, as dores? Identificamos com que bagagem de conhecimentos eles retornaram à escola? E os educadores, como retornaram?

Algumas informações precisam ser abordadas sobre a situação da educação no nosso país, para que se tenha presente o tamanho da tragédia da qual fazemos parte certamente. Apesar das instituições oficiais não terem realizado pesquisa da realidade, nem levado a sério, suficientemente, a dimensão das novas necessidades, algumas ONGs e institutos de pesquisa nos forneceram algumas informações.

Primeiro é fundamental reconhecer que o país tem dívida histórica com os setores mais empobrecidos, de modo geral, inclusive com a educação. No entanto o país, nas últimas décadas avançou na oferta de vagas, com transporte, merenda e outras conquistas da educação.

Mas o problema crônico da qualidade da educação ofertada avançou pouco. A pandemia recolocou o tema do acesso e permanência e trouxe prejuízos imensos à aprendizagem, piorando situações que já eram difíceis.

Segundo pesquisa, da UNDIME: Em 2020, 23 milhões de alunos do Ensino Fundamental, estudaram em escolas municipais e 92% desses alunos, não tiveram aulas presenciais. Dos alunos que não tiveram aulas presenciais, a grande maioria

recebia os conteúdos em material impresso. A maioria não contava com os recursos de tecnologias adequados para as aulas online e, portanto, não tinha acesso às explicações necessárias.

Ainda agora não há levantamento sério e aprofundado sobre evasão, dificuldades de aprendizagem, exposição das crianças em situação de vulnerabilidade. Sabemos que em vez de aumentarem os recursos para educação, para suplementar recursos humanos e materiais, a educação teve cortes em todos os sentidos, inclusive na merenda escolar.

Iniciamos a pandemia com grandes problemas. Segundo o IBGE em 2018 havia 1,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais no Brasil. Obviamente essa situação se agravou muito.

Neste ano de 2022 a Escola Municipal Frederico Savegnago, com o suporte da Secretaria Municipal de Educação adotou diversas medidas de diagnósticos e de tentativas de recuperação de aprendizagens. Em junho de 2022, foi constituída a Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de apoiar os profissionais da educação, os alunos e seus responsáveis na busca da superação das defasagens de aprendizagem, quando foi diagnosticado pela equipe gestora a escolar ações de recuperação de aprendizagem. Foram organizadas turmas extras, com alunos de todas as séries para processos de recuperação no que tange ao letramento: ler e escrever. Entendemos que isso sendo superado, cria condições de aprendizagens em todas as áreas dos conhecimentos, que também se mostram muito defasadas. Temos, certamente, problemas de desadaptação de alguns alunos ao ambiente escolar. Rebeldia, desinteresse e evasão são alguns sintomas. Também houveram projetos de iniciativas de professores como o Letramento digital nos anos iniciais e oficinas de estímulo a aprendizagem e vínculo escolar nos anos finais.

Superamos algumas dificuldades com alguns alunos, mas constatamos que teremos uma longa caminhada pela frente para superar as defasagens de aprendizagens e voltar a ter bem-estar no ambiente escolar.

Por isso, para não criarmos traumas de muitas retenções e garantirmos efetivas aprendizagens nos próximos anos letivos, precisamos garantir uma eficiente estrutura de possibilidades de sucesso nas aprendizagens, para a grande maioria de nossos alunos.

10.1.1 Ações

- Levantamento sobre a situação de letramento: quem está com idade de ler e escrever e não conseguiu em 2022 ou avançou, mas não o suficiente. Precisa continuar aprendendo, sem ser retido. É pertinente lembrar que são alunos que não tiveram aulas presenciais na pré-escola, ou nos mais diversos anos iniciais. A maioria precisa recomeçar quase todos os percursos formativos, as habilidades e competências não desenvolvidas no ensino remoto. Avaliação do nível de aprendizagem com testagens ao final do ano letivo com o objetivo de definir as ações para o ano letivo vindouro.
- Para garantir que avancem poderemos ofertar turmas específicas de alfabetização, para os segundos e terceiros anos, no turno inverso.
- Para alunos de quarto e quinto ano, poderemos ofertar turmas de Aceleração. Para isso será necessária ampliação de carga horária para professores com formação em pedagogia, avaliando constantemente as tentativas metodológicas para as diferentes dificuldades.
- Em relação aos anos finais, que também identificamos grande defasagem em diversas disciplinas, a escola deverá adotar processos de reforço durante todo o percurso formativo, com aulas presenciais no turno inverso, nas recuperações paralelas e nas turmas de Progressão parcial, que entendemos, devam ser, pelo menos, em duas disciplinas. Também nos anos finais, se faz necessário, oferecer Aceleração de Aprendizagens, garantindo, assim, efetiva aprendizagem e evitar retenções e evasão escolar.

A escola já tem autorização de funcionamento de EJA e poderá implementar aulas nessa modalidade para pessoas da comunidade, inclusive ex alunos, se houver demanda.

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta metodológica abordada para o desenvolvimento das atividades dos docentes, é uma proposta crítica estruturada no diálogo, no vínculo teoria prática e experiências cotidianas, reflexão, criticidade e análise dos assuntos/conteúdos apresentados em aula. Esta metodologia tem como objetivo principal contribuir para a construção do conhecimento na formação de um cidadão crítico/consciente, onde nós como educadores buscaremos estabelecer a relação dos conteúdos à realidade, a fim de despertar assim o interesse dos alunos para a aprendizagem na construção do conhecimento.

Para atingir as propostas deste PPP, para além das ações apontadas em decorrência da pandemia, desenvolveremos as seguintes metas e ações:

- a) Assegurar o compromisso com a formação da cidadania, de pessoas que exerçam as capacidades de crítica, cooperação, participação e capazes de refletir sobre a realidade.
 - Realizar pesquisas na realidade local, entrevistas, divulgar, realizar debates com diferentes temáticas;
 - Incentivar a leitura para conhecer a realidade e assim posicionar-se;
 - Proporcionar situações que envolvam as situações concretas da vida com as aprendizagens;
 - Visita a cinema, teatros e museus;
 - Ampliar o acesso a diferentes formas de expressão cultural;
 - Exposição de trabalhos realizados pelos alunos, valorizando suas produções;
 - Proporcionar ao aluno meios para que ele possa fazer diferentes leituras da realidade, desenvolvendo a habilidade na fala e trato com o outro;
 - Buscar uma perspectiva de vida mais solidária;
 - Demonstrar atitudes adequadas no ambiente escolar: respeitando os direitos e deveres;
 - Buscar parceria com o Programa Municipal de Educação Fiscal.

- b) Sugestões de projetos integradores nos percursos formativos:

Das reuniões com os segmentos da comunidade escolar surgiram algumas sugestões de projetos:

1- Projeto Gastronomia aproveitando estrutura da unidade da UFSM e saberes da comunidade.

2- Projeto fotos do Geoparque da Quarta Colônia ou de Silveira Martins, com oficinas de fotografia, integrado com aspectos ambientais, paisagísticos e de turismo, com atenção especial à Mata Atlântica.

3- Projetos culturais e artísticos que foram possíveis, com parcerias com a comunidade e instituições.

4- Projetos que envolvam economia, ecologia, tecnologias, filosofia, saúde, entre outros.

Assim, assegurar que o aperfeiçoamento dos conhecimentos, atitudes e habilidades seja elemento de promoção da valorização da vida;

Proporcionar atividades que desenvolvam além dos conhecimentos os valores;

As atividades poderiam ser visitas, feiras, encontros, debates, pesquisa de campo, entre outras.

Valorizar e incentivar as habilidades de cada aluno;

Despertar a curiosidade, desafiar os alunos na busca do conhecimento.

Respeitar horários de aulas e reuniões;

c) Investir na capacitação e formação continuada dos educadores para garantir o fortalecimento e o enriquecimento dos processos de ensino-aprendizagem.

Demandas

- Ter recursos humanos na Escola, como coordenação pedagógica e os previsto no Plano de Carreira do Magistério Municipal;
- Cursos de aperfeiçoamento, oficinas voltadas para as áreas de conhecimento, troca de experiências com outras escolas, visitas a outras realidades, leituras individuais e em equipes e pertinentes às tarefas pedagógicas e de formação humana.
- Oportunizar participação em cursos, palestras, seminários e outros, no mínimo um de 40 horas anualmente, presenciais ou on line;
- Realizar reuniões pedagógicas periódicas respeitando as horas de planejamento e a legislação vigente;

- Acompanhar e fazer cumprir o Plano Nacional e Municipal de Educação e as orientações do DOM.

d) Conscientização os pais da importância de sua participação na vida escolar dos filhos, vindo a escola, pelo menos quando é solicitada a sua presença.

Demandas

- Atividades que envolvam a família dos educandos;
- Assegurar que os pais sejam chamados sistematicamente para momentos de diálogo e formação e sempre que houver necessidade (rendimento, propostas pedagógicas, disciplina, frequência...), dialogando e sensibilizando-os sobre a importância dos mesmos na formação de seus filhos;
- Realizar reuniões administrativo-pedagógico por turma ou geral e palestras envolvendo a equipe diretiva, pais e alunos;

e) Incentivar a conscientização individual e coletiva sobre a preservação do meio ambiente.

Ações:

- Visitas a locais que estão sofrendo degradação ambiental;
- Realizar atividades de conscientização com a comunidade local de forma interdisciplinar;

f) Assegurar que a avaliação na sua íntegra, sirva como diagnóstico dos processos de ensino e da aprendizagem.

Ações:

- Autoavaliação;
- Instrumentos avaliativos que compreendam os processos conceitual, procedimental e atitudinal, reconhecendo as inteligências múltiplas;
- Educar, determinar critérios que possibilitem considerar a diversidade de atividades realizadas nos processos pedagógicos e avaliar coerentemente com as formas que foram trabalhadas;
- Combinar com os alunos os critérios de avaliação, garantindo assim a transparência do processo;

- Não usar os processos avaliativos como forma de punição em função de indisciplinas;
- buscar constantemente o aperfeiçoamento do ato avaliativo;
- Subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática avaliativa;
- Promover no aluno a tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganizar seu investimento na tarefa de aprender.

g) Assegurar o envolvimento ou integração de pessoas ou entidades que auxiliem o desenvolvimento do fazer pedagógico na escola.

Ações:

- Participação da Assistência social, psicólogo, fonoaudiólogo, e CRAS no ambiente escolar com construção de parcerias;
- Proporcionar a valorização das pessoas da comunidade escolar por meio da exposição de suas produções/profissões;
- Implementar um plano de parceria com pais, ex-alunos, instituições de ensino superior, ONG's, etc. para melhoria dos trabalhos da escola.
- Realizar atividades extracurriculares entre os setores da escola e comunidade.

h) Assegurar que a proposta pedagógica seja observada pelo grupo para que não ocorram discrepâncias e divergências que comprometam as propostas deste PPP.

Ações:

- Reuniões de planejamento em conjunto, estudos e leituras em grupo;
- Aperfeiçoamento de acordo com o interesse e necessidade de cada profissional.
- Aprofundar o estudo da Proposta Pedagógica com vista à reavaliação e operacionalização;
- Estabelecer conexões entre os componentes curriculares;
- Trabalhar o currículo de forma contextualizada para que o educando estabeleça relações entre o conteúdo, a prática e sua realidade.

i) Buscar alternativas para tornar a escola atrativa e prazerosa para a comunidade escolar.

Ações:

- Grupos de convivência, trabalhar autoestima;
- Oficinas com cunho profissional e possibilidades de rendimento financeiro;
- Dar ênfase ao processo pedagógico através de conteúdos significativos, interdisciplinares e próximos da realidade;
- Proporcionar o bem-estar no ambiente escolar.
- A gestão escolar deverá dispensar atenção coletiva e individualizada a cada professor(a), acolhimento e celebração sobre a relevância desse fazer tão fundamental.

j) Assegurar que os alunos de 1º ao 9º ano da escola atinjam, pelo menos, a média de desempenho necessária para a sua aprovação.

Ações:

- Revisão de conteúdos, aulas de apoio pedagógico, refazer avaliações;
- Considerar a dotação biológica, história de vida pessoal e o referencial histórico e cultural do aluno;
- Garantir a implementação de mecanismos de recuperação de estudos, através das aulas de Recuperação Paralela, com efetivas aulas de reforço.
- Garantir que os alunos atinjam, no mínimo, os pré-requisitos necessários para cursar o ano posterior;
- Buscar recursos para o desenvolvimento de laboratórios de aprendizagem (anos iniciais e finais) visando sempre a melhoria da qualidade de ensino.

k) Garantir matrícula e educação de qualidade aos povos nômades, migrantes, refugiados e outros, conforme resolução nº 05 do CME/SME, assim de acordo com Resolução CME/SME Nº 05/2022: (Anexo 09)

- Art. 8º, a escola deve assegurar no PPP que crianças e adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados apátridas e solicitantes de refúgio no SME de Silveira Martins, independentemente da situação migratória e ancorado na concepção dos direitos humanos, para além da igualdade de oportunidades, mas sim, pela equidade, recebam acolhimento e respeito às suas diferenças sociais,

culturais, étnicas, raciais, de gênero, físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas, sensoriais, entre outras.

- Art. 9º- As instituições educativas devem prever e oferta do ensino da língua portuguesa para as crianças, adolescentes jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no SME de Silveira Martins, com pouco ou nenhum conhecimento de nossa língua, visando a inserção social.

A forma de acolhimento destes alunos será realizada com receptividade, explorando o contexto do mesmo, serão realizadas atividades e momentos valorizando a cultura pertencente, e trabalhando nas turmas a prevenção ao bullying, racismo e a xenofobia.

l) Garantir nos planos de estudos curriculares, em todas as modalidades de estudos, percursos formativos referentes ao cumprimento das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura africana, Afro-brasileira e Indígena, conforme diretrizes aprovadas pela Resolução nº 04/2022, de 22 de agosto de 2022: (Anexo 04)

- O cumprimento da Resolução supra citada deverá acontecer no cotidiano da escola, em todas as disciplinas, com ações de identificação, reconhecimento, valorização, respeito e divulgação das referidas culturas, estimulando a participação, as informações e literaturas, bem como as manifestações culturais e artísticas pertinentes a essas culturas.
- Elaborar estratégias de ensino e pesquisa para o conhecimento histórico dessas etnias, suas contribuições na formação multicultural da sociedade brasileira, suas contribuições nos diversos aspectos da economia, da cultura, etc.

Observação: O DOM não contempla estudos sobre as duas resoluções supra citadas, por isso é importante os professores apresentarem planos de estudos em separado.

11.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Tomaz Tadeu Silva, quando define o currículo, diz ser o núcleo que corporifica o conjunto de todas as experiências cognitivas e afetivas proporcionadas ao aluno no decorrer de seu processo de educação escolar.

O currículo é o resultado de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressa a organização dos saberes vinculados a construção de sujeitos sociais. O currículo é uma prática em que se estabelece um diálogo entre agentes, educandos e educadores.

Para que haja mudança no currículo é preciso comprometimento de todos os envolvidos no processo bem como muito estudo e embasamento teórico.

A explicação sobre as causas do fracasso passará obviamente pela reflexão de como a escola explica e lida com as desigualdades reais. Entendemos Currículo não apenas como a declaração das áreas e temas – seja ela feita pela administração ou pelos professores -, mas a soma de todo o tipo de aprendizagem e de ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados. Hoje, precisamos analisar dois fatores fundamentais no cotidiano escolar que são: aquilo que os alunos aprendem na situação escolar e também aquilo que deixam de aprender que é o currículo real mais amplo que qualquer documento no qual se reflitam os objetivos e planos que temos. Como afirma Stenhouse (1984,p.27), uma coisa é o currículo considerado como uma intenção, um plano ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse na escola e outra o que existe nela, o que realmente ocorre em seu interior.

O currículo aqui passa a ser entendido como a cultura real que surge de uma série de processos, mais que como objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar; aquilo que é na realidade; a cultura nas salas de aula fica configurado em uma série de processos: as decisões prévias acerca do que se vai fazer no ensino, as tarefas escolares reais que são desenvolvidas, a forma como a vida interna das salas de aula e os conteúdos de ensino se vinculam com o mundo exterior, as relações grupais, o uso e o aproveitamento de materiais, as práticas de avaliação, etc. (Gimeno, 1991; Cornbleth, 1990; Grundy, 1991).

O Currículo, enquanto espaço para o processo pedagógico, tem etapas que necessitam ser pensadas e trabalhadas segundo sua função na construção de modos de aprender. O currículo é ação, caminhada, trajetória construída coletivamente de

acordo com a realidade escolar. Todos os envolvidos no processo curricular não são apenas vistos como sujeitos cognitivos, mas também como sujeitos sociais. A reflexão e a ressignificação do currículo que temos, na busca do currículo que queremos e como queremos, se constitui na oportunidade que a Escola vivencia de proporcionar ao educando a ampliação da sua maneira de ver o mundo, tornando o currículo uma construção social comprometida com os sujeitos, a história, a sociedade e a cultura.

Os currículos escolares vão muito além das disciplinas e dos planos de estudos que transmitem informações e constroem conhecimentos nas diferentes áreas do conhecimento, estabelecidas na legislação e explicitadas na BNCC. Entre as finalidades e propósitos da escolarização, concomitante com o ensino-aprendizagem, está o explícito objetivo, na educação básica, o de CUIDAR E EDUCAR. Isso implica em reconhecer que os processos formativos incluem a participação de toda a comunidade escolar e em todos os momentos e atos das atividades que envolvem a escola, desde o transporte, as tarefas e os cuidados referentes a esses atos, o reconhecimento do trabalho de apoio: monitores, outros servidores que cuidam da limpeza, da burocracia, da manutenção dos equipamentos, da documentação, dos que preparam a merenda, e, obviamente dos professores.

Sobre cada aspecto mencionado, cabe transformar em conteúdo, valorizar e chamar para o debate os sujeitos desses processos, realizar a escuta, a valorização, o respeito. Ao não incluir esses aspectos na formação das crianças e adolescentes, acabamos por contribuir com as concepções que corroboram com as tarefas subalternas e segregadas e olhar para essas pessoas como serviçais. Nossos alunos conhecerem a rede de apoio e dos investimentos dos recursos públicos, que são da comunidade, contribui para que cuidem como coisas que lhes pertence. São aprendizagens de cidadania.

Serão conteúdos a paisagem, a cultura, a educação patrimonial, a educação fiscal, as atividades esportivas, culturais, de proteção especial, entre outras previstas neste PPP, no DOM e no Plano Municipal de Educação.

É pertinente ter presente que o convívio cotidiano dos educadores com as pessoas de nossos alunos, vão se confrontar com suas vidas, em todas as dimensões e manifestações. Entre elas os conflitos, os atos de insubordinação, de discordância e, às vezes, de rebeldia que se manifesta em palavras e gestos inadequados. Esses momentos são importantes oportunidades de aprendizagem também e requerem diálogo, escuta, orientação e acolhimento, pois estão em fase de desenvolvimento

físico, emocional e cognitivo.

No ato de educar, sempre teremos que ter presente em nossas ações a legitimidade de cada pessoa, em todas as idades das crianças e adolescentes. O ATO da criança deve ser corrigido e não o Ser. O julgamento sobre a pessoa não se justifica. Pesquisas de psicólogos e educadores afirmam que só o amor e o acolhimento são capazes de expandir a inteligência. A repressão, a rejeição, a humilhação, como procedimentos disciplinares, causa enormes retrocessos e prejuízos cognitivos nas crianças e pré-adolescentes. Disciplina é bom, mas deve focar em soluções e não em punição e recompensa.

Pelas razões expostas, no cumprimento do currículo, os educadores são preparados para conhecer as fases do desenvolvimento cognitivo de seus alunos e suas manifestações, bem como precisam saber do grau de maturidade que são capazes em cada fase do crescimento físico e emocional e considerar o agir de acordo, com maturidade e sabedoria de educadores. Nas condutas indisciplinadas dos educandos, os educadores deverão priorizar o diálogo, transformando os acontecimentos em ações educativas, sem abrir mão do direito insubstituível de contribuir para a formação humana e de cidadania.

11.2 DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação inclusiva diz respeito à capacidade dos estabelecimentos de ensino de atender a todos os estudantes, sem qualquer tipo de exclusão. Conseqüentemente, a inclusão significa criar escolas que acolham a todos os alunos, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. É um desafio, no sentido de tornar a escola mais compreensiva e acolhedora, reconhecendo as diferenças individuais como um valor a ser levado em conta no desenvolvimento e na materialização dos processos de ensino aprendizagem.

Uma escola inclusiva precisa adaptar-se à diversidade de características, capacidades e motivações de seus alunos, a fim de responder às necessidades educacionais de cada criança, para que todas progredam em sua aprendizagem e participem desse processo em igualdade de condições. Para que isto se efetive, é necessário um projeto institucional que contemple a atenção a diversidade, trabalho em conjunto com o grupo docente e participação em formação continuada na área de Educação Inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trata no Capítulo V, Artigo 58, do conceito de Educação Especial,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Página 28, 1996)

Também é importante destacar que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de escolarização.

O professor de educação especial realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e os professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O público-alvo da educação especial que frequentará o Atendimento Educacional Especializado são os alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e Altas habilidades/superdotação.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são público-alvo:

(...) os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (Página 15, 2008)

O atendimento educacional especializado deve estar inserido no contexto da escola, em espaço próprio, com recursos e materiais adequados e específicos de acordo com as necessidades dos alunos atendidos.

O serviço de atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. Este

serviço disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de línguas e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assitiva, dentre outros. A oferta do atendimento educacional especializado tem como objetivo assegurar meios para o acesso ao currículo, que proporcione a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

As atividades desenvolvidas no atendimento diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas a escolarização.

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Este serviço é oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, conforme descrito na Política Nacional de Educação Especial,

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (Página 16, 2008)

O AEE será realizado na sala de recurso da própria escola onde o aluno está matriculado, sendo o professor de educação especial o responsável por organizar os horários, atividades, número de alunos por atendimento.

A avaliação educacional é um processo dinâmico que considera tanto o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto as possibilidades de aprendizagem, configurando-se em uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual.

Em casos específicos, a escola pode fornecer a Terminalidade Específica aos alunos com severo comprometimento, que não atinjam os critérios necessários para a conclusão do ensino fundamental, como trata a LDB, Art. 59,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
(...) II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (Página 29, 1996).

Assim sendo, a expressão dos resultados dos estudantes com deficiência, TEA e AH deverá ser feita através de notas, como os demais alunos. E no caso dos alunos que necessitem a terminalidade específica, a avaliação será feita através de parecer descritivo elaborado pelo(s) professor(es) da classe comum e professor do AEE, considerando todos os aspectos do desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. A avaliação final deve conter a indicação de permanência ou avanço nos diversos níveis de ensino, estabelecendo consenso entre os professores e equipe diretiva.

A avaliação dos alunos para o acesso ao AEE deve ser realizado por meio de um Estudo de Caso que possibilite reconhecer as características pessoais e desenvolvimento do aluno. O estudo de caso é constituído pela entrevista familiar (anamnese), encaminhamento do professor, pareceres clínicos de outros profissionais, avaliação inicial do aluno que considere as suas capacidades e habilidades, bem como as necessidades específicas que justifiquem o acesso ao AEE.

Após realizado o Estudo de Caso, o professor do AEE deverá repassar à direção sua percepção, podendo incluir o aluno no AEE, se for constatado que faz parte do público alvo da educação especial, ou solicitar que seja encaminhado a outro profissional (neurologista, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, dentre outros) para avaliação mais detalhada do caso.

11.3 COMPOSIÇÃO CURRICULAR

Orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que sugerem o aprofundamento da relação indivíduo-sociedade a prática é construída a partir de uma outra visão dos conteúdos escolares, os quais incluem experiências de vidas dos alunos, sua percepção da realidade, formas culturais e formação integral do cidadão, comprometendo-se com a aprendizagem daquilo que devemos saber (princípios), aquilo que devemos fazer (habilidades) e aquilo que devemos ser (competências).

As áreas de conhecimento são organizadas a partir de Princípios (conceitos) – conjunto de objetos, acontecimentos, situações ou símbolos que se originam de situações-problemas concretos, os conceitos remetem a habilidades (procedimentos) – um conjunto de ações, de forma de agir e de resolver problemas e tarefas. Os

princípios, conceitos e habilidades levam à construção da competência-capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiadas em conhecimentos, sem limitarem-se a eles.

Como forma de organização curricular, a escola adota regime seriado e estabelece:

I – Anos Iniciais do Ensino Fundamental trabalharão quatro (04) horas diárias, respeitando os duzentos (200) dias letivos e oitocentas (800) horas previstas na Lei de Diretrizes e Bases. O horário do recreio, dentro das quatro horas diárias, é atendido por professor da escola, (auxiliado por monitores) que orienta os alunos em relação ao comportamento, atividades recreativas entre outras.

II – Anos Finais do Ensino Fundamental trabalharão num currículo por disciplinas, obrigatórias pela BNCC, respeitando os duzentos (200) dias letivos e oitocentas (800) horas previstas na Lei de Diretrizes e Bases. As disciplinas são distribuídas durante a semana em 5 períodos diários que variam de 45 a 50 minutos. O horário do recreio, dentro das quatro horas diárias, é atendido por professor da escola, (auxiliado por monitores) que orienta os alunos em relação ao comportamento, atividades recreativas entre outras.

11.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO

Quanto à organização curricular, nossa escola organizar-se-á por ano. E, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar conforme o que segue:

-Reclassificação: com base nas normas curriculares gerais (Art. 23, § 1º- LDBEN) a escola poderá reclassificar os alunos oriundos de uma escola com outra modalidade de organização (série, períodos semestrais, ciclos, etapas ou outras). Ocorre entre estabelecimentos situados no país ou exterior mediante mecanismos de avaliação. Não é apenas localização com base na nomenclatura dos componentes curriculares, ou do número de anos escolares cursados, de forma burocrática ou legalista. Idade e competência são fatores relevantes para a reclassificação. Os instrumentos de avaliação são coordenados pela supervisão da escola e equipe designada pela direção. Os resultados deverão constar na pasta individual do aluno e no histórico escolar do aluno, onde são registradas as informações relativas à

situação.

-Classificação: Posicionar o aluno em anos, períodos, semestres, ciclos ou outras formas de organização compatível com sua idade, experiências, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo o processo de avaliação definido no Regimento da Escola. Excetua-se aqui a 1ª ano do Ensino Fundamental antes da efetivação da matrícula. O ingresso nela prende-se apenas à idade cronológica da criança, ficando vedado qualquer tipo de avaliação que vise a classificar aptidões. Por transferência, entre estabelecimentos com a mesma forma de organização escolar, e com comprovante da vida escolar.

A avaliação em qualquer situação apresentada é realizada pela equipe da Coordenação Pedagógica e/ou Orientação Educacional que devem emitir um parecer descritivo que defina o grau de desenvolvimento e experiência. Os registros dessa avaliação devem constar na documentação individual do aluno, através de ata específica.

-Adaptação de Estudos: É o processo mediante o qual a Escola complementa estudos realizados pelo educando, tendo em vista seu novo currículo escolar quanto aos objetivos gerais da escola e conhecimentos, habilidades e atitudes previstas nos Planos de Estudos .

Aos alunos transferidos de outras instituições de ensino com Planos de Estudos diferentes, oferece-se adaptação de estudos, nos componentes curriculares que necessitam de complementação atendendo suas necessidades individuais. Essa complementação é analisada por professores e pela Coordenação Pedagógica, tendo sempre como base a proposta pedagógica da escola. Esse trabalho deve ser desenvolvido através de um plano de trabalho devendo constar: o tempo destinado, os componentes curriculares que o aluno necessita desenvolver, a metodologia, os critérios e instrumentos de avaliação. Entre outras, a escola oferece trabalhos, atendimento individualizado e à distância como forma de adaptação.

-Aceleração de estudos: Constitui-se uma alternativa do problema representado pelos alunos que, devido às repetidas retenções ou defasagens, se desajustam em relação idade-série bem como os que ingressam tardiamente no sistema regular de ensino.

Possibilita a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar oportunizando-os a atingir o nível de adiantamento correspondente a idade, num menor tempo de acordo com o ritmo de aprendizagem. Deve ser regimentado quanto

à organização curricular e avaliação clareando os objetivos, critérios e condições, caso a Escola opte por tal modalidade no percurso dessa proposta.

-Avanço Escolar: O avanço escolar é uma estratégia de progresso individual e contínuo no crescimento de cada aluno. Possibilita o avanço nas séries mediante verificação de aprendizagem. Oportunidade de concluir em tempo a forma de organização escolar, considerando seu nível de desenvolvimento. Aplicável aos alunos matriculados, após identificação da possibilidade de avanço.

-Aproveitamento de Estudos. A escola, de acordo com o Projeto Pedagógico e organização curricular, procederá ao aproveitamento de estudos concluídos com êxito, verificando como os estudos considerados equivalentes podem vir a ser aproveitados e complementados bem como outros aparentes diversos possam vir a sê-lo, tendo em vista sua significação e importância no conjunto das disciplinas que compõem o currículo da escola. Esse trabalho é realizado com base no histórico escolar do aluno pelo serviço de Coordenação Pedagógica.

-Matrículas asseguradas por Lei. Resolução do CME/SME número 05/2022 (em anexo a este PPP, número 09) A escola deverá matricular, sem condicionamentos impeditivos, crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades (Ciganos, Circenses e Parquistas), migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio, no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins.

-Verificação do rendimento escolar: consiste em emitir um juízo de valor a respeito do nível de conhecimentos, competências e habilidades alcançados pelo aluno, em comparação com os objetivos e metas propostos para cada trimestre ou período letivo. É uma atividade vinculada ao processo de ensino, entendida como o conjunto de procedimentos escolhidos pelo professor para que o aluno, através deles, construa seu conhecimento. Tem a função diagnóstica.

-Avaliar por competência requer do professor aperceber-se, além do domínio de conteúdos e conhecimentos, da capacidade de alternativas de solução que o aluno sabe identificar antes às dificuldades que o processo ensino-aprendizagem lhe impõe. A habilidade do aluno neste contexto de avaliação-ensino se caracteriza pela identificação de soluções rápidas, eficientes e eficazes no processo educacional.

Essa avaliação em comparação com a avaliação mais conteudista, estabelece os seus limites principalmente ao nível de exigência qualitativa de desempenho, de intervenção e de contribuição do aluno.

12 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um conjunto de atuações que tem a função de orientar a intervenção pedagógica.

A função nuclear da avaliação é ajudar o aluno a aprender e ao professor, ensinar. (Perrenoud,1999), determinando também quando e em que nível os objetivos estão sendo atingidos. Para isso é necessário o uso de instrumentos e procedimentos de avaliação adequados. (Libâneo, 1994, p.204).

O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades. Cabe ao professor desafiá-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos. (Luckesi,1999).

No entender de Luckesi (1999,p.43), “Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”. O autor afirma que “a avaliação deverá verificar a aprendizagem não só a partir dos mínimos possíveis, mas a partir dos mínimos necessários”. Enfatiza também a importância dos critérios, pois a avaliação não poderá ser praticada sob dados inventados pelo professor, apesar da definição destes critérios não serem fixos e imutáveis, modificam-se de acordo com a necessidade do aluno e professores. Os alunos devem conhecer os critérios de avaliação e esta deve ser coerente com os conteúdos e os procedimentos trabalhados em sala de aula.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que podem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno é um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

A avaliação tem que incidir sobre aspectos globais do processo, inserindo tanto às questões ligadas ao processo ensino-aprendizagem, como as questões que se referem à intervenção do professor, ao projeto curricular da escola, à organização do trabalho escolar, à função socializadora e cultural, à formação de identidades, dos

valores, da ética, etc.

“O importante ‘não é fazer como se’ cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender”. (Perrenoud, p.165,1999)

Avaliar deve servir para cada vez mais permitir a cada um aprender!

A avaliação que se propõe para a escola é:

- Diagnóstica: visa levantar dados para a compreensão do processo de aprendizagem do aluno oferecer subsídios para os professores refletirem sobre a prática pedagógica realizada;
- Formativa: acompanha o processo individual de aprendizagem do aluno;
- Mediadora: intervém no processo de aprendizagem realizadas ou não pelos alunos.

A avaliação será feita através da observação sistemática do desempenho do aluno (lista de controle, diário de classe e registros), acompanhamento e interesse demonstrado na realização das atividades(quadro de habilidades, pareceres), análise das produções dos alunos, atividades específicas para avaliação(testes, trabalhos individuais e em grupos, debates, seminários), autoavaliação dos alunos, propósitos da turma e critérios do professor (participação, organização e convivência).

A avaliação que pretendemos tem funções definidas, claras e procura conduzir todos os educandos à apreensão do conhecimento, em consonância com os objetivos previamente traçados, que devem ser do conhecimento dos alunos e eventualmente dos pais.

12.1 ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO PARALELOS AO PERÍODO LETIVO

A recuperação paralela de estudos será oferecida no decorrer do ano letivo, sendo garantida novas oportunidades de estudo através de novas situações de ensino e com aulas presenciais, quando se fizer necessário.

Todos e quaisquer registros serão feitos no diário de classe do professor, de acordo com a legislação vigente.

A legislação é clara quanto à obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar. A expressão do resultado destes estudos de recuperação deve refletir-se na expressão dos resultados das avaliações seguintes.

Os educandos dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental cujos pareceres descritivos demonstrarem um diagnóstico que não atenda aos objetivos propostos no Plano de Trabalho devem submeter-se aos estudos paralelos de revisão de conteúdos programados pelo professor regente.

Os alunos do Ensino Fundamental serão beneficiados sempre que o professor avaliar o aluno e verificar que não tenham evidenciado nível de aprendizagem de acordo com o previsto no Plano de Estudos sem interferência nos resultados avaliativos paralelos. Realizam ao longo do ano letivo, recuperação paralela de revisão para que o professor possa verificar os avanços, ou identificar as dificuldades; servindo de diagnóstico também para o aluno na medida em que servira de informação em relação ao conhecimento que se espera que ele saiba, compreenda e aprenda de forma a construir e promova a aprendizagem. O professor terá liberdade de elaborar quantos instrumentos julgar necessário para que o aluno consiga alcançar os objetivos que se propõe.

Os registros da recuperação Paralela devem constar no plano de trabalho do professor com resultados obtidos no decorrer do trimestre, servindo, também, como referência para a autoavaliação das ações didáticas do professor.

A avaliação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação deve ser elaborada através de Parecer Descritivo pelo professor da classe comum e do professor do Atendimento Educacional Especializado, considerando todos os aspectos do desenvolvimento da aprendizagem desses alunos. A avaliação final deve conter a indicação de permanência ou avanço nos diversos níveis de ensino, estabelecendo consenso entre os professores, a equipe diretiva e a família dos alunos envolvidos.

12.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A avaliação será registrada trimestralmente:

Para os anos iniciais será emitido PARECER globalizado dos componentes curriculares; para os anos finais será emitido NOTA para cada componente curricular. O professor deverá ter a relação dos conteúdos que precisam ser apreendidos, (individualizados) que orientem as recuperações e que possam ser disponibilizados para os pais ou professores que forem ajudar no reforço e recuperação de aprendizagens.

As convenções adotadas para expressar os resultados são as constantes no Regimento da escola.

A avaliação poderá ser diferenciada para os alunos portadores de necessidades educativas especiais em função das atividades curriculares serem adaptadas.

Para fins de aprovação, os alunos, do 6º ao 9º ano, deverão obter, no mínimo, MÉDIA 60, que será determinado através de uma média dos três trimestres, observando desempenho progressivo da aprendizagem do aluno, após todas as recuperações previstas no Regimento da escola.

O aluno que não atingir a média regimental e uma frequência mínima de 75% poderá ser retido ou avançar ficando com retenção naquilo que não conseguiu superar, conforme determina a legislação e o Regimento escolar, considerando as situações de exceção, como é o caso da Pandemia da Covid 19. Qualquer regime de exceção deverá passar pela aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Os resultados das avaliações serão lançados nos diários de classe, na ficha individual e nos boletins dos alunos, que serão entregues aos seus responsáveis, dialogando com os mesmos e sugerindo formas de superação das dificuldades.

O Conselho de Classe será momento de reflexão e avaliação diagnóstica da ação pedagógica-educativa da escola, feito pelos professores, alunos, direção e coordenação pedagógica. Em momentos especiais, os pais poderão ser convidados a participarem.

Essa avaliação realizada de forma participativa, como construção conjunta, cumpre a função de ajudar na formação da subjetividade e criticidade do professor e aluno.

O Conselho de Classe será trimestral e realizado em dois momentos:

- Pré-Conselho: o professor conselheiro, juntamente com o líder da turma, organizará a participação dos alunos no Conselho Participativo.
- Conselho Participativo: será realizado por turma, no final de cada trimestre, com a presença da equipe diretiva e professores.

A escola adota a progressão continuada do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental de a Progressão parcial, de no mínimo duas disciplinas e no máximo três disciplinas, nos anos finais.

Aos alunos que não atingiram 75 por cento de frequência, poderá ser oferecido aulas de recuperação de frequência.

12.3 PROGRAMAS E PROJETOS - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS - PAE

As ações do Programa de Aceleração de Estudos consistem na reorganização da Proposta Pedagógica e do trabalho docente tendo em vista a organização de turmas específicas de alunos em situação de distorção idade/ano, respeitando os anos de matrícula desses estudantes, conforme Parecer CME/SME nº 04/2022 APROVADO em 28 de dezembro de 2022, visando aperfeiçoar o processo de utilização de recursos e materiais pedagógicos existentes na escola, assim como diversificar os encaminhamentos metodológicos realizados pelos professores dessas turmas.

A proposta tem como objetivo corrigir a distorção idade/ano dos alunos que estão cursando os anos finais do Ensino Fundamental, assim como garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem das turmas de aceleração de estudos.

Conforme os documentos orientadores legais e também de estudos especializados que consubstanciam a opção curricular disciplinar (FRIGOTTO, 2008; LOPES, 2002), cada disciplina escolar tem o seu campo epistemológico que lhe dá suporte e nem sempre mantêm uma relação direta com campos de saber historicamente estabelecidos, pois os conhecimentos escolares são organizados especificamente para fins didáticos (LOPES, 2002, p. 148).

Há disciplinas com objetos de estudo bem definidos e, em consequência, identidades curriculares, muito bem demarcadas; outras se definem pela forma característica em que produzem seus conteúdos; há ainda as que se definem pelas suas finalidades. Estas delimitações buscam caracterizar as disciplinas, seus referenciais teórico-conceituais e seu significado no espaço formativo da escola.

O fato de as disciplinas escolares terem uma identidade, não significa, em absoluto, que os conteúdos curriculares a elas atrelados sejam estanques, que não estabeleçam relações entre si. “Reconhece-se que, além dos conteúdos ‘mais estáveis’, as disciplinas escolares incorporam e atualizam conteúdos decorrentes do movimento das relações de produção e dominação que determinam relações sociais, geram pesquisas científicas e trazem para o debate questões políticas e filosóficas emergentes” (PARANÁ, 2009, p. 28)

Contudo, o estabelecimento das identidades disciplinares no currículo implica,

necessariamente, que o diálogo pedagógico entre os diversos conteúdos escolares, bem como a relação deste diálogo com os contextos em que os currículos são efetivamente realizados respeitem as construções históricas dos conhecimentos, os quais são produzidos socialmente e mediados pela escola. Noutras palavras, as articulações necessárias entre os conteúdos das disciplinas só são pedagogicamente significativas e potencialmente formadoras se forem qualitativamente estabelecidas, respeitando-se parâmetros de correção teórico-prática, pertinência, contextualização, entre outros. Caso contrário, tornam-se relações vazias, espontâneas, óbvias demais para serem objeto de estudo escolar ou, noutro caso, tornam-se justaposições de conteúdos que fogem às orientações expressas nos Documentos Curriculares Escolares.

Nesse sentido, julgamos pertinente a demarcação dos objetos de estudo de cada uma das disciplinas da Educação Básica, uma vez que a proposta apresentada nesse documento possui organização disciplinar, com possibilidade de diálogo interdisciplinar.

13 MATRIZ CURRICULAR DA ESCOLA

O currículo, no que se refere ao ensino de conteúdos programáticos será constituído pelas disciplinas fundamentais das áreas do conhecimento determinadas pela BNCC. Nossa escola adota o Ensino Globalizado nos dois anos de pré-alfabetização e nos anos iniciais que vão do primeiro ao quinto ano. As habilidades e competências são avaliadas diariamente, com registros individualizados. Não são adotadas notas nesse período da vida escolar. Os conteúdos fundamentais não são por disciplinas, mas integrados a percursos formativos que tratam de letramento, pensamento matemático, históricos, geográficos, entre outros. Nesses percursos as prioridades são o desenvolvimento de habilidades e competências que têm prioridade sobre as informações e memorizações. Entre as habilidades estão as de leitura e escrita e outras formas de expressão e comunicação.

Nos anos finais do Ensino Fundamental (sexto ao nono ano) os percursos formativos são organizados por disciplinas: Português, inglês, Artes, Educação Física, Matemática Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso. As disciplinas podem ser trabalhadas em forma de projetos, que, frequentemente articulam-se entre as áreas dos conhecimentos.

Os componentes curriculares estão detalhados em planos de estudos contendo os conteúdos e as habilidades e competências de cada componente curricular: o DOM. Este apresenta conteúdos vinculados às realidades locais e regionais, que são trabalhados nas diferentes disciplinas, já mencionadas anteriormente.

13.1 PLANO DE TRABALHO DOCENTE

O momento de elaboração e execução do Plano de Trabalho representa a concretização da proposta de ensino aprendizagem, trazendo consigo as concepções e decisões tomadas coletivamente e expressas na efetiva prática educativa. É o planejamento a curto prazo, em que a ação pedagógica se materializa, cumprindo-se a função social da escola. É, em última instância, a aula do professor. É o tempo e o lugar do ensino e da aprendizagem. É a relação entre o aluno e o conhecimento, mediada pelo professor, pela sua ação educativa intencionalmente planejada com objetivos previamente definidos. O Plano de Trabalho Docente é a expressão da Proposta Pedagógica Curricular, a qual, por sua vez, expressa o Projeto Político-

Pedagógico. O plano é a representação escrita do planejamento

do professor. Neste sentido, ele contempla o recorte do conteúdo selecionado para um dado período trimestral e anual). Tal conteúdo traz consigo essa intencionalidade traduzida a partir dos critérios de avaliação. Para que isto se efetive, o professor deve ter clareza do que o aluno deve aprender (conteúdos), por que aprender tal conteúdo (intencionalidade–objetivos), como trabalhá-lo em sala (encaminhamentos metodológicos), e como serão avaliados (critérios e instrumentos de avaliação). A seleção dos conteúdos, retomando, não é aleatória. Ela foi feita exatamente com base em alguma intenção.

O Plano de Trabalho dos profissionais deve ser acompanhado pela supervisão escolar, que como mediador deve acompanhar o fazer pedagógico, os diários de classe e todos os processos propostos no plano de trabalho, afim de dar suporte aos docentes de forma contínua na busca do atendimento ao proposto.

13.1.1 Elementos do Plano de Trabalho Docente

Estes elementos podem ser alterados pela orientação da supervisão escolar, com vistas a atender a demanda, devendo neste caso ser registrado em livro de atas da instituição de ensino.

1) ELEMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO:

Identificação do professor, da instituição de ensino, do ano e da turma contemplada pelo PTD, a disciplina e o período de aplicação (quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, entre outros, conforme organização da escola);

2) CONTEÚDOS: descrição dos conteúdos estruturantes, básicos e específicos selecionados para o trabalho no período de aplicação do PTD;

3) JUSTIFICATIVA: motivos e razões pelos quais os conteúdos estão sendo contemplados durante o período de aplicação do PTD;

4) OBJETIVO: são os resultados que se espera alcançar, a finalidade e a intencionalidade pedagógica (esse elemento está diretamente articulado aos critérios de avaliação);

5) ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO: é a descrição detalhada dos procedimentos utilizados no desenvolvimento da aula, no qual deve articular conteúdos recursos e metodologias.

6) RECURSOS DIDÁTICOS: deve elencar os recursos e materiais de apoio necessários para o desenvolvimento da aula.

7) AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS)

*Os critérios representam os objetivos que o professor se propõe a avaliar, a partir dos conteúdos específicos desenvolvidos em sala de aula.

*Os instrumentos são as ferramentas utilizadas pelo professor para verificar o que se pretendeu avaliar. São exemplos de instrumentos de avaliação: avaliações escritas objetivas ou descritivas, avaliações orais, relatórios, apresentações de pesquisas, debates, exposições, saídas de estudos entre outros.

8) REFERÊNCIAS: são as fontes utilizadas na elaboração da sua aula e do PTD. Inclui referências de livros, sítios, filmes, entre outros.

14 ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA

14.1 CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR

Todo o sistema de educação no Brasil é legitimado por leis específicas que tentam viabilizar políticas que possam contribuir para o crescimento da educação pública no país. Essas leis estão contidas na LDB (Leis de Diretrizes e Bases/1996). De acordo com elas a gestão da educação no Brasil está organizada em sistemas de ensino federal, municipal e estadual.

Acreditamos que a Escola deve ser democrática, garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade nas decisões e encaminhamentos. A atual legislação determina que a gestão seja transparente e participativa, incluindo a coparticipação do Conselho escolar. Deve ser sensível às demandas e anseios da comunidade buscando meios de participação, garantindo espaço de discussão e integração onde cada segmento ou grupo possa expressar suas ideias e necessidades sendo um espaço público de construção e vivência da cidadania (Conselho Escolar, Conselho de Pais e Alunos, etc.).

Com relação à dimensão participativa da gestão escolar o trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar. Assim, o envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa, (Luck, Freitas, Girling, Keith, 2002).

É obrigação da escola a gestão das pessoas que integram a unidade. Além da gestão dos recursos financeiros e materiais, a escola precisa gerir o seu maior patrimônio que são as pessoas que trabalham na unidade de ensino. As pessoas são as responsáveis pela cultura de ideias que surgem no interior das escolas. Lidar com o patrimônio pessoal é tarefa primordial na gestão escolar.

A escola deve garantir a democracia em todas as suas instâncias através da eleição direta do diretor, dos membros do Conselho, Associações de Pais e alunos, etc. Deve ser autônoma para decidir seu Projeto Político Pedagógico, segundo as especificidades de sua comunidade, respeitando as diretrizes legais.

Deve garantir o acesso e a permanência/ingresso do educando, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão, ressalvadas as condições físicas e recursos humanos oferecidos pela escola.

A escola deve articular com diferentes parcerias (entidades, secretarias, etc.) para viabilizar sua proposta político-administrativo-pedagógica, valorizando aquelas que fazem parte da comunidade na qual está inserida.

A relação da escola com a entidade mantenedora deve ser baseada nos princípios da democracia, sendo que para efetivar o Projeto Político Pedagógico a entidade deverá garantir à escola recursos humanos e físicos.

Deve garantir e oportunizar a formação permanente dos docentes propiciando espaços para planejamento, discussão, reflexão, estudos e cursos que enriqueçam o trabalho pedagógico da escola.

Deve ser autônoma na definição de prioridades para aplicação de recursos financeiros, a fim de garantir a autonomia administrativo-financeira.

O ingresso do aluno se dará mediante a existência de vagas e com o devido respaldo legal.

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo. Esse poder é resultante da competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando à unidade social vigor e direcionamento firme.

Cabe lembrar que toda pessoa tem poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em falta de consciência do poder de participação que tem; disso decorrem resultados negativos para a organização e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar. Faltas, omissões, descuidos, incompetência são aspectos que exercem esse poder negativo.

Por conseguinte, a participação em sentido pleno é caracterizada por

mobilização efetiva dos esforços individuais para superar atitudes de acomodação, alienação, marginalidade, comportamentos individualistas e estimular a construção de espírito e equipe.

A participação efetiva pressupõe que os professores, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica, em consonância com as propostas deste PPP, que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem um caminho para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção. Portanto os problemas são apontados pelo próprio grupo, e não pelo diretor da escola ou sua equipe técnico-pedagógica.

A ação participativa depende de que sua prática seja realizada a partir do respeito a certos valores substanciais, como ética, solidariedade, equidade e compromisso. A ética é representada mediante a ação orientada pelo respeito ao ser humano, às instituições sociais e aos elevados valores necessários ao desenvolvimento da sociedade com qualidade de vida, que se faz traduzir nas ações de cada um. De acordo com esse valor, a ação participativa é orientada pelo cuidado e atenção aos interesses humanos e sociais como valor.

A solidariedade é manifestada pelo reconhecimento do valor inerente a cada pessoa e o sentido de que os seres humanos se desenvolvem em condições de troca e reciprocidade, em vista do que são necessárias redes abertas de apoio recíproco. A equidade é representada pelo reconhecimento de que pessoas e grupos em situações desfavoráveis necessitam de atenção e condições especiais, para igualar-se a seus semelhantes no processo de desenvolvimento. Vale dizer que os benefícios da atenção são distribuídos de forma diferente, de modo a possibilitar aos que apresentam maior dificuldade de participação condições favoráveis para superar essa dificuldade.

Portanto, a ação participativa hábil em educação é orientada pela promoção solidária da participação por todos da comunidade escolar, na construção da escola como organização dinâmica e competente, tomando decisões em conjunto, orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais elevados, respeitando os demais participantes e aceitando a diversidade de posicionamentos.

O compromisso se traduz na ação dos envolvidos no processo pedagógico, focada e identificada com objetivos, valores, princípios e estratégias de desenvolvimento. Pressupõe o entendimento pleno dessas questões e o empenho pela sua realização, traduzida em melhor aprendizagem pelos alunos.

As atribuições da Direção Escolar estão na Lei Municipal 1627/2022 de 13/09/2022 (Redação dada pela Lei nº 1630/2022) e no Plano de Carreira, com especificações em anexo a este documento.

Figura 1 - Organograma da escola



Fonte: elaborado pelos autores.

14.2 ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES

A equipe diretiva da escola é constituída pelo Diretor, Vice-Diretor e Conselho Escolar. Conforme Lei Municipal 1.627 de 13 de setembro de 2022. (Em anexo número 05).

A autonomia da gestão administrativa do estabelecimento de ensino será assegurada:

- Pela eleição do Diretor;
- Pela escolha de representantes dos segmentos da comunidade escolar para o Conselho Escolar;

- Pela escolha de representantes dos segmentos da comunidade escolar para a Associação de Pais e Mestres;
- Pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar nas deliberações do Conselho Escolar.
- Pela atribuição de mandato ao Diretor eleito e Vice-Diretores escolhidos pela direção eleita.
- Pela destituição do Diretor, na forma regulada por lei.

15 SERVIÇO DE SUPERVISÃO ESCOLAR

A presença obrigatória da supervisão escolar, com tarefas de coordenação dos trabalhos pedagógicos na escola é fundamental. Ter uma visão global do cumprimento deste PPP, sugerindo, propondo e avaliando com os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem é tarefa que precisa ser desempenhada por alguém que conheça a legislação, (LDB, BNCC) e o DOM, bem como o Plano Municipal de Educação. Entre suas tarefas está a de conhecer e orientar para que os objetivos e as propostas pedagógicas do PPP sejam cumpridos e de fato implementadas no fazer pedagógico de cada professor(a).

A escola poderá ampliar o número de supervisores, conforme cresce o número de alunos na escola. Maior detalhamento sobre o plano de carreira desse profissional e suas atribuições estão na legislação anexa.

16 PROFESSORES

O corpo docente é constituído por professores que desempenham a função de regência de classe e/ou função de agente de apoio pedagógico.

A designação dos elementos que compõem o corpo docente é feito nos termos da legislação em vigor. A escola procede ao levantamento de sua realidade funcional para o ano letivo seguinte, encaminhando-o à Secretaria de Município da Educação (SMED), visando adequar recursos humanos às suas necessidades. Os professores têm direito a serem respeitados como pessoas, prestigiados e orientados no desempenho de suas funções. Os direitos e vantagens dos professores estão consubstanciados na Legislação pertinente respeitando a natureza jurídica de sua situação funcional.

São deveres dos professores:

I – Planejar, executar e controlar a programação, pela qual é o responsável, a partir do Projeto Político Pedagógico;

II – Conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Regimento;

III – orientar turmas, dirigir estudos e atividades dos alunos ou professores;

IV – Manter atualizados os diários de classe com anotações referentes à frequência dos alunos, habilidades desenvolvidas, resultados de avaliação e outros, encerrando-os convenientemente, para entregá-los na Secretaria da Escola, dentro do prazo fixado;

V – Comparecer à escola nos horários de trabalho ordinário e extraordinário, quando convocado, executando as atividades que lhe compete;

VI – Cooperar em todas as atividades curriculares que visem a melhoria do processo educativo e integração escola-família-comunidade;

VII – colaborar com a Direção e com todos os serviços e instituições da escola;

VIII – ser assíduo, pontual e manter conduta exemplar de modo a influenciar positivamente seus alunos;

IX – Colaborar na disciplina geral da escola;

X – Integrar comissões, cumprindo tarefas decorrentes;

XI – ocupar integralmente o tempo destinado às aulas no desenvolvimento das tarefas inerentes ao processo ensino-aprendizagem;

XII – respeitar as autoridades superiores, mantendo atitude cordial com a

direção, colegas, alunos e funcionários da escola;

XIII – guardar sigilo sobre os assuntos da escola;

XIV – zelar pelo patrimônio da escola;

XV – Participar da avaliação institucional.

XVI – não manifestar ou incentivar ideias que contrariem a filosofia da escola,

XVII – não aplicar aos alunos penalidades que não sejam de sua competência,

XVIII – não manter atendimento particular remunerado com o objetivo de orientar seus próprios alunos ou rever conhecimentos,

XIX – não fumar em presença de alunos, no recinto da escola.

Pela inobservância de seus deveres estatutários ou normas constantes neste Regimento, fica o corpo docente sujeito às penalidades previstas em Lei.

17 FUNCIONÁRIOS

Os deveres dos funcionários são os genericamente previstos em Lei e, em particular, os que seguem especificados:

- I – Cumprir as ordens superiores;
- II – Conhecer e cumprir o presente Regimento;
- III – comparecer na escola nos horários de trabalho ordinário e extraordinário, quando convocados, executando os serviços que lhe competem;
- IV – Realizar, eficientemente, suas tarefas específicas;
- V – Tratar cordial e respeitosamente a Direção, professores, alunos, colegas e público em geral;
- VI – Zelar pelo patrimônio da escola;
- VII – guardar sigilo sobre assuntos da escola;
- VIII – redigir atas, quando solicitado, das reuniões da escola;
- IX – Participar da avaliação institucional. Pela inobservância de seus deveres estatutários legais ou normas constantes neste Regimento, fica o funcionário sujeito às penalidades previstas em Lei.

18 ALUNOS

O corpo discente é constituído pelo alunado da escola e é o sujeito principal pelo qual este PPP com suas propostas tem razão de ser. Todas as ações pedagógicas e projetos previstos neste PPP tem como objetivo a formação humana dos discentes, buscando sua felicidade e seu crescimento pessoal, em todas as dimensões. Tudo o que está previsto neste PPP faz parte dos direitos dos alunos e em seu benefício foi pensado. (seus direitos e deveres estão especificados no Regimento da Escola)

18.1 DIREITOS DOS ALUNOS

- Receber educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana capaz de torná-lo auto realizado, cidadão consciente e atuante na comunidade em que vive;
- conhecer o Regimento da escola, as propostas deste PPP, as atribuições de cada setor da escola, solicitando, sempre que necessário informações sobre o mesmo;
- apresentar dificuldades encontradas ao respectivo professor, buscando ajuda e orientação;
- solicitar esclarecimentos por escrito à escola, através dos pais ou responsáveis sobre o resultado da avaliação, dentro do prazo estabelecido pela escola;
- ser respeitado em sua individualidade;
- valer-se de salas e serviços oferecidos pela escola;
- participar das atividades curriculares;
- estabelecer diálogo franco e aberto com a direção e professores, para possíveis esclarecimentos e enriquecimento mútuo;
- justificar faltas dentro do prazo de vinte e quatro (24) horas após seu retorno à escola;
- justificar sua ausência, quando da realização de atividade avaliativa, no prazo de quarenta e oito (48) horas, mediante atestado médico ou presença do responsável;
- receber prêmios e dignidades escolares, quando a eles fizer jus;

- participar do Conselho Estudantil.
- Conhecer os critérios de avaliação.
- Ajudar na definição das normas disciplinares.
- Conhecer seus direitos e deveres determinados em Lei, como o ECA.

18.2 DEVERES DOS ALUNOS

- respeitar e cumprir as normas regimentais da escola, que serão formuladas anualmente com a participação de toda a comunidade escolar;
- comparecer assídua e pontualmente a todas as atividades curriculares;
- zelar pela conservação do prédio, mobiliários, equipamento, responsabilizando-se pelos danos causados, individualmente ou em grupo;
- cooperar na manutenção da ordem e higiene do ambiente escolar;
- ter adequado comportamento social, concorrendo para o bom nome da escola;
- tratar com cordialidade e respeito a direção, professores, funcionários e colegas;
- informar aos pais as comunicações da escola;
- prestigiar os colegas investidos nas funções de representantes de turmas;
- respeitar as instruções disciplinares, não deixando de cumprir seus encargos escolares;
- não se ocupar, durante as aulas, com qualquer atividade estranha as mesmas;
- evitar entrar e sair das aulas, sem a permissão do professor;
- não se ausentar da escola durante as atividades curriculares, sem a devida licença da direção ou representantes legais;
- conservar boletins ou outros documentos referentes à sua vida escolar;
- zelar pelo bom nome da escola, evitando o seu uso em qualquer tipo de propaganda, campanha ou promoção, sem autorização;
- não se utilizar de livros, impressos, gravuras e escritos estranhos aos objetos da escola, bem como de armas ou objetos considerados perigosos;
- é vedado praticar ato ofensivo à moral e aos bons costumes;
- não fumar no recinto da escola;
- é vedado agressão física e verbal à direção, professores, funcionários, colegas e público em geral, dentro do recinto da escola.

- Pela inobservância de seus deveres, os integrantes do corpo discente são passíveis as medidas socioeducativas descritas neste documento, nas normas de convivência.

19 ÓRGÃOS COLEGIADOS

19.1 CONSELHO ESCOLAR

O conselho escolar terá função consultiva, deliberativa e fiscalizadora.

As atribuições do Conselho Escolar são:

- I. criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político administrativo-pedagógico e plano de ação da escola
- II. agendar, modificar e aprovar o plano de aplicação financeira, elaborado pela direção da escola sobre programação e aplicação dos recursos necessários à manutenção e conservação da escola;
- III. divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso de recursos financeiros, qualidade dos serviços e resultados obtidos;
- IV. convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou dos seus segmentos;
- V. aprovar o calendário escolar, no que competir à escola, observada a Legislação vigente;
- VI. fiscalizar a gestão administrativo-pedagógica e financeira da escola.
- VII. encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para fins de destituição do Diretor da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente.
- VIII. Na definição das questões pedagógicas deverão ser resguardados os princípios constitucionais, as normas e diretrizes dos Conselhos Federal e Municipal de Educação e da Secretaria de Município da Educação.

20 NORMAS DE CONVIVÊNCIA

As normas de convivência são regras construídas coletivamente sem discriminação física, política, social, religiosa, racial, cultural e econômica. Estão de acordo com o Parecer Normativo nº 002/2011 e em consonância com Constituição Federal de 1988 – CF/88, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069/1990 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, entre outros marcos legais pertinentes.

No contexto escolar e familiar, a convivência com atitudes justas e coerentes, o esclarecimento de regras e o estabelecimento de limites ajudam a constituir uma personalidade pautada nesses princípios. É inegável o impacto que a educação familiar, assim como a educação escolar, tem sobre o indivíduo, do ponto de vista social, cognitivo, afetivo, ético e moral. O poder da educação familiar sobre a formação da personalidade do indivíduo, no entanto, não é absoluto e irrestrito, visto que existem outros espaços de interação significativos, que também poderão influenciar neste processo. E a Instituição Escolar é, sem dúvida, espaço privilegiado de interação e de formação.

A legitimidade dos limites dá-se em função do bem-estar de todos e da convivência saudável. A capacidade de compreendê-los, incorporá-los e respeitá-los também é condição essencial para o desenvolvimento humano, especialmente na formação da personalidade e do caráter. Os limites a serem respeitados, nos quais se delineia o limite normativo, criado e exigido pela sociedade, em geral, são considerados nas definições disciplinares no âmbito da Instituição Escolar. Neles estão as regras sociais de convivência; são aprendidos e adquiridos na convivência social; portanto, tem origem externa ao indivíduo. As regras estabelecidas de convivência devem contemplar: liberdade de expressão, flexibilidade, respeito às diferenças e ao bem comum, compreensão, tolerância, solidariedade: qualificação das relações através da responsabilidade, honestidade às críticas, transparência e diálogo.

A Escola e a família devem construir uma relação de parceria respeitando e estabelecendo papéis que competem a cada uma, buscando uma participação comprometida de todos os segmentos. Essas regras devem ser vistas como forma de organização da vida escolar e não como meio de controle do comportamento.

As regras serão avaliadas e reformuladas, sempre que necessário, para que

reflitam a realidade do grupo, aprofundando a discussão sobre direitos e deveres de todos, buscando a formação do cidadão consciente. As normas de convivência podem ser modificadas ou acrescentadas no PPP anualmente.

Casos omissos serão tratados conforme a legislação.

21 DEFINIÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDOS

Os planos de estudos estão especificados, para cada disciplina, no DOM, incluindo os conteúdos transversais, de acordo com as especificidades da nossa região. Os professores elaboram seus planos de aula, seguindo as orientações do DOM.

Devem ser apresentados a Supervisão Escolar no tempo estabelecido, sendo este o responsável pelo acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, incluindo as testagens de aprendizagens.

22 FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA: OBJETIVOS, PRIORIDADES E METAS

É importante que destaquemos aqui que para uma boa formação continuada, que gere resultados esperados e satisfatórios, é necessário que haja tempo para que os professores estudem, um bom planejamento dos horários de trabalho coletivo, a presença de um formador, seja ele da própria escola ou um convidado, que tenha a confiança e o respeito da equipe. Todos esses elementos fazem parte do que se chama de formação continuada - ou em serviço.

Bem estruturado, o aprimoramento profissional dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino. Portanto, entendemos que os horários de trabalho coletivo devem ter duração suficiente para o desenvolvimento de estratégias formativas, que o coordenador deve priorizar o planejamento das reuniões formativas e as atividades como observação das aulas, seleção de referências teóricas e análise dos registros da prática dos professores para que os encontros reflitam as necessidades dos docentes, sendo ainda importante que o coordenador cuide da própria formação, estudando as novas didáticas e as teorias que embasam a prática docente.

Aliado a isso, temos ainda a percepção do que se pode denominar de tato pedagógico, ou seja, as três capacidades: a de saber ouvir, se comunicar e se relacionar - fundamentais para estabelecer uma relação de confiança e respeito com a equipe, pois a formação será tão eficiente quanto mais ela levar os professores a repensar e transformar sua maneira de ensinar para fazer com que todos os alunos aprendam, uma vez que o grande objetivo final é se chegar à transformação da prática educativa através do conhecimento compartilhado com os pares.

A escola é o lugar onde se evidenciam os saberes e a experiência dos professores. É nesse cotidiano que o profissional da educação aprende, reaprende, estrutura novos aprendizados, realiza descobertas e sistematiza novas posturas nas suas “práxis”. Eis uma relação dialética entre desempenho profissional e aprimoramento da sua formação. A fim de que o cotidiano escolar se torne um espaço significativo de formação profissional é importante que a prática pedagógica seja reflexiva no sentido de identificar problemas e resolvê-los e acima de tudo, seja uma prática coletiva, construída por grupos de professores ou por todo corpo docente da escola. Sendo assim, tem-se uma rica construção de conhecimento em que todos se

sentem responsáveis por ela.

Dentro dos princípios da valorização do trabalho do professor e de sua formação, com vistas à qualidade da educação ofertada aos alunos, damos destaque aos projetos desenvolvidos pelos professores. A proposta de se trabalhar com projetos é justamente a de proporcionar um ambiente favorável ao saber. Por isso propomos que os temas sejam escolhidos juntamente com os alunos, para que esses sintam-se valorizados em suas opiniões e que tenham prazer em estudar e pesquisar aquilo que “querem” e, principalmente, percebam que a sala de aula é um espaço aberto de trocas de conhecimento.

Para isso, é importante que o professor promova espaços para pesquisas, discussões em grupo, montagem de painéis referente aos temas, maquetes, enfim, tudo aquilo que se tornar centro de interesse dos alunos, podendo aprofundar o estudo e o conhecimento a cada dia. E que esses materiais sejam acumulados podendo tornar-se ponto de culminância do estudo na Mostra pedagógica da escola, por exemplo.

A escola desenvolverá projetos diversificados que atendam demandas apontadas neste PPP, bem como outros focos de estudos, conforme desejo e necessidades que vão se manifestando durante as trajetórias e os percursos formativos.

Exemplificando, com a normatização o decreto executivo nº 029/2015, institui o programa de educação fiscal e dá outras providências, (em anexo 07).

23 AVALIAÇÃO DO PPP

A Legislação do ensino que modifique as disposições do presente PPP tem aplicação direta, imediata e automática. Este projeto pode ser modificado sempre que a mantenedora assim o exigir. O PPP desta escola é dado a conhecimento e aprovação aos participantes da comunidade escolar e terá vigência de três anos. Pode ser adaptado no processo as realidades e necessidades que forem surgindo.

Deve ser avaliado obrigatoriamente em 2025, para validação do novo texto em 2026.

24 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. 2017.
- Dalmaso, Alice. Os universos e linguagens das crianças. Instituto Conhecimento Liberta. 2022.
- DOM (documento orientador municipal)
- Ferreira, Liliane Soares. Trabalho Pedagógico na Escola. Ed. C RV.
- Larrosa, Jorge. Tremores, escritos sobre Experiência. Ed. Autêntica.
- LDB 9394
- Legislações anexas.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Coleção Magistério – 2 Grau. Série Formação do Professor. São Paulo. Cortez, 1999.
- LUCK, Eloisa .a Gestão Participativa na Escola. Editora Vozes. 11ª edição. RJ.
- LUCKESI, Cipriano, Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.
- Maturana, Humberto Rezepka Sima, Nizis. Formação Humana e Capacitação. Edit. Vozes.
- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulamentação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- Plano Municipal de Educação....
- Siegel Daniel, Bryson, Tina P. O cérebro da criança. Versos editora – SP
- Silva, Tomás Tadeu. Documentos de identidades: uma introdução às teorias do currículo. Autêntica Editora.
- Soares, Magda; Alfalettar. Toda a criança pode aprender a ler e escrever. Editora Contexto.
- UNDIME e Ministério Público: conferência regional ON LINE. Aprendizagem e busca ativa. Desafios. Outubro de 2022.

25 ANEXO A - CONCEPÇÕES E ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

CONCEPÇÕES E ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

O processo do conhecimento deve ter o educador como orientador e mediador do conhecimento. O professor deve, na sua metodologia, proporcionar, fundamentado na concepção dialética de conhecimento, momentos para que se efetue a aprendizagem, tais como:

- f) Apresentação do problema e motivação para sua realização;
- g) Busca de informações: momento de confronto entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Esse confronto possibilita ao aluno a compreensão das relações internas e externas do objeto. É nessa interação que se dá a construção do conhecimento, por meio da elaboração (formação) de relações cada vez mais abrangentes. O diálogo e a pesquisa são importantes instrumentos de aprendizagem. O erro, sob o ponto de vista metodológico, serve como um instrumento de análise das hipóteses explicativas que o aluno tem, ao mesmo tempo, ajuda ao encaminhamento de novos direcionamentos pedagógicos, pelo professor.
- h) Sistematização do conhecimento: fundamental para a compreensão concreta do objeto de estudo. A sistematização possibilita a incorporação, a fixação e a transferência dos conceitos formados, permite ao professor acompanhar a construção do conhecimento do aluno, através de sua produção.

Quanto à organização metodológica cumpre destacar que um dos nomes expressivos na pedagogia sócio-histórica é Vygotsky(1999), pois seus estudos defendem que todo conhecimento é construído socialmente no âmbito das relações sociais. Partindo dessa premissa e da citação acima, podemos destacar como palavra-chave nestes tempos modernos de educação, a mediação, a interação, a função social, a construção, o processo dialógico, o debate e a ação, que estão embutidos nos principais fundamentos da pedagogia sócio-histórica e no trabalho de projetos. Nesta abordagem define-se conhecimento como algo que se constrói, dinâmico, interativo, que leva ao crescimento educacional. Portanto, o trabalho com projetos, trata-se de uma postura nova metodológica, concepção em que o professor organiza, media, propõe situações de aprendizagem para os alunos, baseados em um conhecimento construído, refletindo sua ação e desenvolvendo sua aprendizagem. A

Pedagogia de Projetos oferece ao professor condições para que ele (re) avalie seu trabalho, sistematizando coletivamente as atividades escolares.

Segundo Lúcia Helena Alvarez Leite(1998):Ao participar de um projeto, o aluno está envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento está integrado às práticas vividas. Esse aluno deixa de ser, nessa perspectiva, apenas um aprendiz do conteúdo de uma área de conhecimento qualquer. É um ser humano que está desenvolvendo uma atividade complexa e que nesse processo está se apropriando, ao mesmo tempo, de um determinado objeto do conhecimento cultural e ser formando como sujeito cultural.

26 ANEXO B – O QUE PENSAMOS

O QUE PENSAMOS...

A escola é a instituição responsável, social e ideologicamente, pelo processo de aprendizagem e de socialização dos indivíduos. Sua função é a de trabalhar certos conhecimentos, formais e não formais e desenvolver determinadas habilidades e atitudes que servirão não só para a preservação como também para uma eficaz modificação da sociedade.

Somos responsáveis, enquanto educadores, pela transformação da realidade, vislumbrando a inclusão dos benefícios e do desenvolvimento para todas as parcelas da sociedade, onde todos possam usufruir desta construção.

Na escola, algumas concepções precisam ser expressas de forma clara para propiciar a real integração da proposta com a prática pedagógica. Acreditamos que a explicitação destas concepções nos auxiliará na construção da escola que queremos e no cumprimento com a prática existente e a construção de um novo currículo. As respostas não estão no discurso eficiente, mas na prática comprometida com a mudança.

Em relação aos princípios que norteiam o presente PPP, damos destaque aos escritos de Gardner, Vygotsky, Piaget e suas respectivas correntes de pensamento na medida em que acreditamos nas ideias que os mesmos preconizam. Os autores citados são três dos principais pesquisadores a respeito do desenvolvimento cognitivo. Possuem teorias essenciais na formação de professores para o aprimoramento do trabalho em sala de aula. O trabalho destes teóricos em muitos aspectos se complementa, pois todos se baseiam no pressuposto de que, para ensinar, é necessário a atenção e o conhecimento da ação do sujeito, observando-se os processos individuais. A partir disso, a seguir será feito um breve relato dos principais aspectos das teorias de cada um deles.

Lev Vygostky foi o primeiro teórico a criar uma psicologia dialética centrada nas relações sociais. Segundo ele, o indivíduo não nasce pronto, nem é cópia do ambiente externo, mas sua evolução ocorre a partir da interação constante e ininterrupta entre os processos internos e as influências do mundo social. O desenvolvimento é fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo, sendo que cada um atribui um significado particular a essas vivências, ou seja, o desenvolvimento não depende

apenas da maturação, e sim resulta do aprendizado do ser humano em relação ao seu grupo social.

Para Vygotsky(1987,1987,1999) o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. As funções psicológicas superiores, essencialmente humanas, são sua preocupação central. Estas funções são construídas ao longo da história social do homem, sendo moldadas a partir da relação deste com o exterior e com os outros seres, dentro de um contexto sócio-cultural. Assim, são rejeitadas as funções mentais como fixas, o cérebro é um sistema aberto, possuindo uma “estrutura” básica de funcionamento, inata, adquirida ao longo da evolução da espécie humana, que é transformada ao longo do desenvolvimento individual. A ideia de mediação, no sentido de que o acesso aos objetos não é direto, mas mediado pelos recortes do real operados pelos sistemas simbólicos de que se dispõe, possibilita as relações mentais de possibilidades, independente das circunstâncias físicas, contribuindo para a abstração e a generalização, criando sistemas simbólicos de origem cultural, e internalizadas para construir uma ordenação e interpretação dos dados do mundo real, o que é essencial ao desenvolvimento do funcionamento psicológico humano.

Já, segundo Piaget(1970, 1974, 1976), o sujeito humano estabelece desde o nascimento uma relação de interação com o meio, a relação da criança com o mundo físico e social é o que promove seu desenvolvimento cognitivo. O conhecimento humano é uma construção contínua, e depende, em grande parte, da manipulação das crianças e da interação ativa com o ambiente. O conhecimento vem a partir da ação do sujeito sobre o objeto, além das relações sociais interferirem no desenvolvimento, pois este ocorre como forma do ser vivo adaptar-se ao meio social.

Partindo do mais alto nível de desenvolvimento, Piaget estabeleceu quatro níveis de desenvolvimento da criança: No estágio sensório-motor, até os 2 anos de idade, a inteligência é essencialmente individual, pouco ou nada devendo às trocas sociais. A ação envolve os órgãos sensoriais e os reflexos neurológicos básicos e o pensamento se dá somente sobre as coisas presentes na ação que desenvolve. A partir da aquisição da linguagem, inicia-se a socialização efetiva da inteligência. Por volta dos 2 anos, ela evolui no estágio pré-operatório (2 a 7 anos), há o emprego de símbolos e representações mentais representando aspectos antes conhecidos somente através da ação, ou seja, a criança se torna capaz de fazer uma coisa e imaginar outra. Nesse

estágio, as trocas sociais ainda não são equilibradas e possuem qualidade precária. No estágio operatório, dos 7 aos 11 anos, as operações concretas substituem o pensamento intuitivo, havendo o desenvolvimento do raciocínio lógico a partir de exemplos concretos ou à medida que esta passa a ser usado para atividades específicas. Nesse estágio, as trocas intelectuais se tornam mais equilibradas, fazendo com que a criança atinja o que Piaget denominou personalidade, o que seria o produto mais refinado da socialização. Finalmente, entre 11 e 12 anos, chega ao estágio operacional-formal, no qual o indivíduo já pensa de forma lógica e abstrata.

Com a relação à Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner, a mesma foi publicada no Brasil em 1994. Embora recente, é muito considerada no estudo do desenvolvimento da criança, pois estabelece que cada ser humano possui certas competências mais acentuadas, sendo por isso necessário perceber as particularidades de cada um. Trata-se de uma teoria importante no sentido de que demonstra que todos têm “talentos” próprios, e auxilia na compreensão das dificuldades apresentadas pelas crianças em sala de aula. Gardner ressalta que todos possuem todas as inteligências, porém estas são mais ou menos desenvolvidas. O que se mostra necessário é o reconhecimento destas competências para a valorização individual e como meio de proporcionar ao aluno melhores maneiras de compreensão dos conteúdos. De acordo com Gardner, estas seriam nossas sete competências:

- **Competência linguística:** envolve sensibilidade para o idioma, falado e escrito, a habilidade para aprender idiomas, e a capacidade de uso do idioma para realizar certas metas. Esta inteligência inclui a habilidade para usar idioma efetivamente para expressar a si mesmo retórica ou poeticamente; além do uso do idioma como meios para lembrar de informações. Escritores, poetas, advogados e oradores estão entre os indivíduos que Gardner vê como tendo inteligência linguística desenvolvida.
- **Inteligência lógico-matemática:** consiste na capacidade de analisar problemas logicamente, resolver operações matemáticas, e investigar assuntos cientificamente. Possuidores dessa competência são hábeis em descobrir padrões, raciocinar dedutivamente e pensar logicamente. Esta inteligência é frequentemente associada com pensamento científico e matemático.

- **Inteligência Musical:** Envolve habilidade na performance, composição e apreciação musical. Inclui a capacidade de reconhecer e compor melodias, tons e ritmos. Segundo Gardner, a inteligência musical ocorre quase paralelamente à inteligência linguística.
- **Inteligência Corporal-Sinestésica:** Vincula-se ao potencial de usar o corpo inteiro ou partes do corpo para resolver problemas. É a habilidade para usar habilidades mentais para coordenar movimentos corporais. Howard Gardner vê as atividades mental e física como relacionadas. Dançarinos, atletas, cirurgiões e mecânicos se valem dela.
- **Inteligência espacial:** Envolve a capacidade de reconhecer e manipular uma situação espacial ampla ou mais restrita, a capacidade de compreender o mundo visual de modo minucioso, a facilidade de localização espacial. É importante tanto para navegadores como para cirurgiões ou escultores.
- **Inteligência interpessoal:** está relacionada à capacidade de compreensão das intenções, motivações e desejos de outras pessoas, permitindo, conseqüentemente, uma boa relação com estes. Professores, vendedores, líderes religiosos e políticos necessitam de uma inteligência interpessoal bem-desenvolvida.
- **Inteligência intrapessoal:** Envolve a capacidade do ser humano de entender a si mesmo, seus medos e motivações, e de usar essas informações para alcançar objetivos pessoais.

Nos propomos, então, a desenvolver um trabalho coerente, refletindo sobre nossa caminhada, buscando compreender, enquanto educadores, aquilo que fazemos, por que fazemos e para quem fazemos. Com isto, buscaremos junto a nossa proposta executar ações concretas durante o processo educativo:

27 ANEXO C – REFLETINDO SOBRE A INFÂNCIA

REFLETINDO SOBRE A INFÂNCIA

1) Um breve histórico sobre a infância.

O entendimento de INFÂNCIA que estamos acostumados, não existia até o século dezenove. Não havia proteção, nem leis que tratassem do assunto. Na idade antiga e medieval a criança trabalhava assim que era desmamada, que tinha um certo porte e um pouco de força. Não tinha direitos como pessoa, não havia consideração. Era propriedade dos adultos e nem a prática do infanticídio era contestada.

Foi em 1948 que a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA, na metade do século XX, com a influência da imprensa, inaugurou, aos poucos, a invenção da infância. (às vezes romantizada). Criança vista como aquela que não conhece preocupações, que tem contato com a natureza, que goza de proteção, amparo, cuidados e amor. Isso nunca se concretizou plenamente: pobreza, abandono, abuso sexual, violência, castigos físicos e maus tratos, indiferença, abandono e até infanticídio, ainda estão presentes, seguidamente, apesar do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

Nossos modos de vida, impostos pelo sistema Mercado, de acumulação, lucros e concentração dos bens e da terra, nos impõem necessidades de consumo, assim como nos retira acesso aos bens fundamentais para a vida: moradia, alimentação, saúde, educação, obrigando-nos a trabalhar sempre mais, mantendo-nos ausentes muitas horas do espaço familiar. Somado a isso, o Mercado foi nos impondo práticas consumistas, modos de viver que modificaram a forma com que criamos e educamos nossos filhos.

Apesar de nossos filhos serem, para a maioria de nós, o que temos de mais precioso, a infância é muito mal tratada. Os mais pobres são ainda mais sofridos: fome, doenças, abandono e violência.

Mesmo as famílias mais abastadas, acabam por alienarem e/ou terceirizarem os cuidados para com seus filhos e são, também, vítimas da indústria médica e medicamentosa, que institucionalizam as ações, de olho nos lucros.

Já no começo da vida, as formas de nascer são pautadas por interesses que contemplam muito mais a estrutura médico hospitalar, do que o bem-estar e a saúde

das mães e dos bebês. E assim segue toda a vida. As famílias são estimuladas a fornecerem alimentos industrializados, carregados de químicos, agrotóxicos, sal em excesso (com sabor e crocância sedutores) e a criança vai crescendo quase sem conhecer a comida de verdade, feita em casa, pelas mãos de seus pais, avós ou cuidadores.

Outro aspecto que se constata é a falta de espaço da vida urbana, que faz com que as crianças permaneçam dentro de casa, de 8 a 10 horas conectadas, sentadas, paradas, assistindo mídias. No meio do cimento e dos ruídos urbanos, é quase impossível a percepção da existência de árvores, flores, pássaros e outros elementos da natureza, o que dificulta que a criança perceba e tenha empatia e amor pela natureza. Esses elementos passam despercebidos. Certamente essas crianças, na vida adulta, não vão se posicionar na defesa do meio ambiente.

Tudo isso dificulta a capacidade de concentração, da tomada de consciência sobre seu corpo, seu ser. O tédio, o vazio, são necessários à criatividade, à invenção, à atenção, à escuta.

Outro fator preocupante é que no tempo em que ficam conectadas, as crianças, tem em média, 4 horas de publicidade, por dia, o que as instigam ao consumo e à ansiedade. Nesse contexto, recebem muito pouca atenção de seus pais. Muitos, nos finais de semana levam seus filhos aos shoppings. Lugar para instigar ao consumo, comer alimentos industrializados e pouco saudáveis, entre outros problemas.

Por outro lado, os pais que podem, enchem as agendas de seus filhos em atividades que os retiram das vivências próprias da infância. Muitos fazem todas as vontades, permitem o reinado da permissividade, e do abandono das orientações necessárias: da cooperação, dos hábitos saudáveis, da organização do tempo, do auxílio nas tarefas, dos limites e da participação dos filhos em tudo o que diz respeito à vida em família. Ajudar, cuidar, colaborar, respeitar, experimentar, são fundamentais na formação das crianças e adolescentes.

Resultado: cresce a obesidade, os diabetes, as TDAH, a medicalização, os problemas nas aprendizagens e nas dificuldades nos relacionamentos com colegas e professores.

Muitos pediatras e psicólogos têm aconselhado: “Já pra rua com seus filhos”. Isto é, passear em parques, manipular terra e água, conviver com plantas e animais,

brincar, comer comida de verdade, deixá-los fazer, arriscar. Tirar tempo para conversar (sem celular e nem televisão), perguntar, escutar. Criar intimidade, empatia e confiança.

Essas práticas vão aumentar o sistema imunológico das crianças, vão deixá-las mais calmas, mais concentradas, mais alegres, mais felizes.

Precisamos nos perguntar: de que infância estamos falando?

Temos múltiplas realidades e nos processos de educar e cuidar, precisamos conhecer e considerar o meio em que elas vivem.

Temos diferentes infâncias: rurais, urbanas, indígenas, das periferias, ribeirinhas, do sertão, que vivem no abandono, entre outros aspectos que precisamos conhecer. Na medida do possível, é preciso olhar para essas infâncias e pensar como trabalhar com essas realidades. A infância da liberdade, de estar na rua e se envolver nos contextos da comunidade, desapareceu. A urbanização crescente obriga ao confinamento. Lidamos com as infâncias das periferias, das tecnologias. Quando se oferece à criança o celular ou o tablet se retira da criança a relação tão importante do brincar, que constrói a estrutura emocional, cognitiva da criança. É brincando que ela faz seus experimentos, repete até acertar, troca experiências com outras crianças. A perda do contato, de interação com estruturas diferentes, com outras crianças, vai criar dificuldades para as crianças a se desenvolverem em todas as dimensões.

O desenvolvimento físico-corporal, psíquico-social, dependerá daquilo que se oferta a elas. O cenário de ofertas tem sido: falta de tempo para elas, ausência de cuidados familiares, presença excessiva das tecnologias, a perda de contato com a natureza, entre outros. A criança perde o ócio, o tempo de curiosidade, de liberdade.

Além de tudo isso existem os problemas sociais: fome, pobreza, violência e precarização das relações. É válido nos perguntarmos: o que as crianças estão pensando, falando. O que elas querem perguntar?

A INFÂNCIA MUDOU:

Nas últimas décadas constata-se alterações significativas na vida das crianças. Alguns autores se perguntam: “a infância, tal como foi concebida, em diferentes épocas, estaria acabando?”

Vivemos a complexidade de nossa época. Constata-se, no entanto que as crianças têm vidas semelhantes à dos adultos em vários quesitos: acesso quase irrestrito às mídias eletrônicas e digitais; Comportamento consumista e vida regrada por agenda, além de stress, obesidade e transtornos psiquiátricos.

No entanto, parece que nunca foram tão valorizadas enquanto projeto de vida dos adultos. Parece, apenas. Muitos autores alertam que se algum dia a infância foi reinventada, agora ela pode estar desaparecendo, devido a alguns fatores, entre eles estão:

- A soberania da mídia, em que as crianças e os adultos se apropriam das mesmas linguagens e das mesmas imagens;
- Mudanças sociais intensas, tais como a presença massiva das mulheres no mercado de trabalho, a redução da idade para ingresso na escola (regras, normas, etc.), o aumento da publicidade e dos mercados voltados para a infância.
- Alta urbanização, medo e insegurança nas ruas, confinamento.
- Desenraizamento, muros e isolamento comunitário;
- Afeto patrocinado e terceirizado.
- Novas enfermidades: 20% das crianças do mundo tem TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), segundo a OMS.
- Colonização consumista das subjetividades infantis.
- Despreparo dos familiares.

Preparamo-nos para as carreiras profissionais e por força da necessidade de estarmos no mercado, mas não nos preparamos para cuidar e educar os filhos. Muitos casais querem filhos, mas não abrem mão da vida de solteiros.

Focamos na dimensão futura de nossos filhos, na continuidade de nosso modo de vida: mercado, sucesso, patrimônio, acumulação, etc. Valorizamos pouco a dimensão presente da criança: cuidado, brincar, inventar, abraçar, conhecer, conviver.

Compensamos nossa ausência com presentes (mais consumo), permissividade, ausência de diálogo, de limites necessários. Evitamos que as crianças participem dos sofrimentos e perdas naturais da vida. Criamos seres egoístas, incapazes e doentes.

NOSSAS AÇÕES

Iniciamos lembrando que cada criança é, também, fruto do ambiente sociocultural. Nos perguntamos: Que crianças chegam à escola? Que modos de vida estão sendo produzidos com as crianças? Conhecemos o desenvolvimento neuro-cerebral das crianças? Como se atribui limites? Certamente, as condutas menos indicadas são os castigos, humilhações e ameaças. A escuta, as negociações amorosas, o diálogo são mais promissoras e evitam ressentimentos, medo e traumas.

Precisamos conhecer um pouco mais os alunos, ouvir os pais, elaborar dinâmicas para que falem, se expressem, para que possamos conhecê-los (oficinas e brincadeiras para que se revelem).

PLANEJAR NOS PERGUNTANDO

O que é possível mudar? O que é possível fazer? O que podemos fazer, que ainda não experimentamos? Precisamos ter escuta, criar vínculos, conexão. Maturana afirma: “o amor expande a inteligência”.

Se não temos um sonho comum para a escola, não temos escola.

Identificamos, em nós, a infância? O que esse lugar de criança pode nos ensinar? O que tem a comunicar? O que esses seres nos convocam a pensar, a criar novas possibilidades de estar no mundo?

Nos potencializa muito experimentar novas relações com a vida, com as crianças: compor, criar laboratórios mentais. Deixar proliferar coisas não pensadas, não formais, suspender julgamentos professorais, doutrinários sobre nossos discentes. Crianças vão agregando coisas pelo caminho.

Universos e linguagens das crianças

Ao pensar as práticas educacionais para as crianças, precisamos considerar os processos de neurodesenvolvimento das crianças e nos perguntar: o que temos produzido, com elas, nos tempos em que estamos com elas?

Os genes desempenham, sem dúvida, um papel importante sobre como serão, mas tudo o que vivemos afeta a forma como nosso cérebro se desenvolve.

Conforme Siegel; Bryson, no livro “O cérebro da Criança”, pais que falam com seus filhos sobre seus sentimentos e emoções, vão ter um resultado muito positivo na criança.

Esses autores, que pesquisam a ciência do desenvolvimento do cérebro, afirmam que as novas descobertas na área da neuroplasticidade reforçam a perspectiva de que os pais (e professores), podem ajudar a moldar o crescimento do cérebro dos filhos conforme as experiências que oferecem. Ressaltam que é importante oferecer experiências diversas, desde a mais tenra infância. Muito cedo elas incorporam mecanismos do ambiente externo, além do que elas trazem da genética.

O cérebro não está maduro. O fator sócio-cultural vai influir muito. A criança precisa de um espaço seguro para se expandir. Pré-adolescentes (10, 11 anos) são crianças e estão em pleno processo de amadurecimento com mudanças muito importantes no seu crescimento físico e psico-social. Manifestam ímpetos de raiva, de choro, de teimosia, e ao mesmo tempo são inseguras, tímidas. Precisamos lembrar que o cérebro está em desenvolvimento até os 25 anos. Confiança, segurança e diálogo, são fundamentais, paciência também. Precisamos ofertar condições para que se expressem. Precisamos de adultos presentes e atentos às necessidades das crianças.

Sugerimos os documentários “O começo da vida” (1 e 2 no Netflix).

Diversos estudiosos afirmam que as crianças precisam de uma rede de pessoas para se comunicar e se expressar. Elas precisam de atos de amor. As crianças, desde pequenas, já manifestam atos de empatia, generosidade e gentilezas. O cérebro não tem uma unidade central de processamento responsável por todo o aprendizado. Diferentes sistemas cerebrais são dedicados a aprender diferentes aprendizados. Parte das tarefas de estudar a aprendizagem, é entender esses sistemas e como eles operam. Cada criança tem o seu ritmo de aprendizagem. Nem todas as áreas do cérebro vão estar preparadas para ler e escrever no tempo que a legislação determina. Algumas poderão ler e escrever com 4, 5, 6, 7 anos ou mais. Em geral isso acontece entre 6 e 7 anos, mas pode ser até aos 9 anos.

É diversa a pluralidade entre os níveis de desenvolvimento das crianças e, como já mencionamos, isso vai depender de múltiplos fatores.

Não se pode converter a criança no que ela não é. Precisamos ofertar experiências, mas não a forçar. Precisamos nos perguntar: se você fosse criança, como gostaria de ser tratada?

Precisamos nos atentar para as 10 necessidades psicológicas de toda a criança:

- 1- Toque carinhoso com quem se sente segura;
- 2- Comunicação assertiva, sem o uso de imposições;
- 3- Se sentir internamente segura com as pessoas à sua volta e nos ambientes que frequenta;
- 4- Receber atenção quando falar ou procurar adulto;
- 5- Receber conforto no momentos de desregulação;
- 6- Compaixão nos momentos que cometer um erro;
- 7- Ser validada e compreendida de acordo com sua idade, entendendo que ela não se comporta como os adultos esperam porque estão em outra fase de desenvolvimento;
- 8- Ter rotinas respeitadas e flexíveis;
- 9- Ser reconhecida pela beleza de suas diferenças;
- 10- BRINCAR COM A CRIANÇA.

Quando falamos em comunicação assertiva, queremos dizer que isso significa levar em consideração o sentimento da criança. Que ela deve ser considerada como sujeito capaz. Não expor, não desmoralizar seu fazer, não a ridicularizar, humilhá-la e ameaçá-la.

Dar atenção, sempre, principalmente quando ela procura. Se procura é porque precisa.

Não adianta “palestrinha” quando a criança está em surto. Não explodir. Lembrar que ela é criança. O auto controle só é possível quando a pessoa estiver amadurecida.

Temos que ter presente a importância do BRINCAR. A brincadeira é a melhor e maior idioma da criança. No brincar com ela nós oferecemos nosso tempo, nossa

presença, nosso afeto e nossa emoção. E nos perguntamos: que tipo de emoção estamos ofertando às crianças? Precisamos recuperar a nossa condição de brincante. Encantar-se pelo encontro, pelo imprevisível. Isso vai gerar vínculo e conexão para o resto da vida.

Estamos perdendo o pertencimento de nossa cultura. Se não fizermos isso, vamos contribuir com uma educação massacrante e contemplar uma sociedade cada vez mais doente. A escola pode ser o espaço que temos para olhar para as crianças, de verdade. Trabalhar com a infância é se perceber.

28 ANEXO D – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Em 2015 a taxa de escolarização (acesso à escola) atingiu 98,6 por cento.

Nos últimos anos, tem-se assegurado a todos o direito à educação ou a democratização do acesso.

No entanto, comparando a taxa de acesso à escola com os resultados da ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização) em 2016, verifica-se que mais da metade (57,7%) das crianças no 3º ano do ensino fundamental foram avaliadas como em nível insuficiente para estarem alfabetizados, incapazes de ler e interpretar pequenos textos.

Historicamente o fracasso em alfabetização tem sido uma constante na educação pública brasileira. Em 1980 mais da metade das crianças da 1ª série, repetiram uma vez, duas vezes, três vezes, até serem capazes de decodificar (ler) e codificar (escrever) palavras.

A resposta pedagógica ao longo dessas décadas de fracasso escolar, tem-se limitado à escolha entre métodos de alfabetização que orientam-se pela mesma concepção restrita de alfabetização: ensinar a ler (leitura entendida como codificação) e a escrever (escrita como decodificação ou decifração e cifração de um código a ser memorizado) em vez de conceber o sistema alfabético como um sistema de representação que precisa ser compreendido.

A partir das décadas finais do século XX estudos e pesquisas sobre relações entre oralidade e escrita desenvolvidas pelas ciências da linguagem: fonética, fonologia e pela psicologia do desenvolvimento e cognitiva, muito contribuíram com evidências sobre o objeto da aprendizagem da língua escrita e o processo dessa aprendizagem. Assim de um lado pesquisas da Psicologia de Desenvolvimento identificaram o processo pelo qual a criança vai progressivamente compreendendo o sistema de representação alfabética. Por outro lado, pesquisas de psicologia cognitiva identificam as operações mentais que levam a criança a essa compreensão. Temos então uma nova concepção do objeto da alfabetização e novas concepções sobre o processo de aprendizagem desse objeto.

Diante destas novas concepções o foco tradicional exclusivo na alfabetização não é suficiente para formar leitores e produtores de texto, embora alfabetizados. Torna-se necessário, aliar a alfabetização conjuntamente com o letramento, isto é: desenvolvimento explícito e sistemático de habilidades e estratégias de leitura e escrita. É preciso conhecer e compreender o sistema alfabético bem como conhecer e aprender seus usos sociais: ler, interpretar e produzir textos. Alfabetizar e letrar integrados: ALFALETRAR.

Um questionamento se evidencia: Por que tantas pesquisas, publicações, eventos, projetos, promovidos em âmbito nacional, estadual e municipal, não tem resultado num ensino de qualidade, justamente nas escolas públicas, onde estão as crianças das camadas populares, exatamente aquelas que mais dependem da educação para lutar por melhores condições de vida econômica, social e cultural?

A resposta muito recorrente tem recebido uma hipótese injustificada: a de que as crianças das camadas populares não teriam as condições necessárias a aprendizagem da leitura e da escrita porque vivem num meio pouco letrado, sem contato com livros, vocabulário pobre, dialetos diferentes da norma culta que a escola espera deles.

Várias experiências pelo Brasil, escolas e professores(as) comprovaram que todas as crianças podem aprender a ler e escrever nas escolas públicas, desde que:

a) foco na aprendizagem, isto é: como a criança aprende e a partir dela definir o ensino.

b) Conhecer e acompanhar o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças dos 4 aos 8 anos.

c) Atenção permanente ao que elas já sabem e já são capazes de aprender.

O que se mostra necessário para reverter o fracasso da alfabetização?

1) mudança do foco da ação docente: processo cotidiano de desenvolvimento profissional dos professores.

2) Definição de metas a alcançar em cada ano construída coletivamente.

3) Análise criteriosa e enriquecimento das práticas de ensino.

4) Orientação dos processos de centralização da língua escrita pelas crianças e de sua progressiva apropriação do princípio alfabético.

5) Desenvolvimento de habilidades de leitura fluente e interpretação e produção de textos desde a educação infantil até os anos iniciais do ensino Fundamental.

6) Apoio de uma biblioteca infantil, com riqueza de livros, centro das atividades de livros.

7) Diagnósticos periódicos de aprendizagem elaborados, aplicados e corrigidos pelos professores (as). (pág. 13 do livro Alfabetização e letramento de Magda Soares, editora Contexto).

CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Diante das pesquisas da psicologia do desenvolvimento, cognitiva e psicogenética, todas as crianças percorrem níveis ou fases de compreensão da língua escrita na representação da fala. Ao testar as crianças desde a pré-escola até os anos iniciais do ensino fundamental, é possível compreender em que fase dessa compreensão entre fonema e grafema ela se encontra, ditando para que escrevam palavras conhecidas de suas falas.

1) A primeira fase com crianças da pré-escola na tentativa de grafar uma palavra ditada, ela vai redigir garatuja, rabiscos, com nenhuma relação com sons da fala, embora as garatuja imitem a escrita cursiva que observam no uso dos adultos.

2) A seguir tendo convívio com material escrito e atividades em sala de aula, a criança escreve palavras da fala sequenciando letras aleatórias. Exemplo JANELA – MBLAFD.

3) Com atividades em sala de aula de segmentação da fala (leitura de rimas, divisão de palavras em sílabas), a criança vai percebendo a relação dos sons da palavra com as letras. Isso a leva à escrita silábica sem valor sonoro, uma letra qualquer, uma letra para cada sílaba. Exemplo: Ge-la-ti-na e ela identifica que são 4 sílabas e escreve 4 letras, aleatórias MFEO.

4- A seguir e à medida que se amplia e aprofunda o conhecimento das letras e de sua relação com os sons das sílabas a criança chega à escrita silábica com valor sonoro,

onde cada sílaba é representada por uma letra que corresponde a um de seus fonemas silábicos. Ex. GIRAFÁ – IAF.

5- Esta compreensão do som da sílaba escrita a um de seus fonemas leva a criança a progressiva identificação da sílaba como um conjunto de sons e a relação destes sons com letras. Consequentemente passa a introduzir em sua escrita silábica letras que representam mais fonemas. Fase esta que corresponde à fase da escrita silábica alfabética. Ex. GELATINA – GLATIA.

6) Pelo desenvolvimento da consciência grafo fonêmica que se inicia na consciência silábica, com valor sonoro, a criança progride nas relações fonemas-letras e atinge a fase alfabética, já incorporando regras iniciais de ortografia. Ex. GELATINA – GLATINA.

7) Com o conhecimento das relações fonema-grafema e com o conhecimento das letras a criança já avança para a fase alfabética-ortográfica. (pág. 139.)

Estas são as fases da psicogenéticas da língua escrita que todas as crianças percorrem, uns com tempos menores, outros com mais tempo no percurso da pré-escola até o terceiro ano do ensino fundamental, para compreender o princípio alfabético à escrita alfabética.

Necessariamente essas fases de desenvolvimento que a criança percorre não acontecem automaticamente. A intervenção do professor(a) é decisiva para a progressão, questionamentos sobre as diversas hipóteses levantadas pelas crianças sobre a escrita e estabilização de progressos compreendidos.

O acompanhamento do professor para perceber o desenvolvimento das crianças, seus ritmos e avanços, precisam ser continuamente diagnosticados para escolher as principais intervenções de ensino para a superação das dificuldades das crianças. A intervenção do professor(a) pode ser coletiva, grupal ou individual, dependendo da turma ou das individualidades de cada um.

Voltando a uma estratégia valiosíssima para constituir uma boa aprendizagem da alfabetização e do letramento que é o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos desde os anos iniciais, podemos dizer que o texto é o eixo central das atividades de alfabetização e letramento.

Mas o que é o texto?

A nossa língua possibilita a interação entre as pessoas no contexto social. Essa função se concretiza por meio de palavras, escrevendo ou lendo textos:

1) No convívio com bebês, crianças e adultos, a criança adquire a fala naturalmente, sem necessidade de ensino explícito. Na interação com os demais, a criança fala palavras, frases e textos. A fala é no ser humano um instinto inato, geneticamente programada.

2) A escrita é uma tecnologia criada. Uma invenção cultural recente da humanidade que precisa ser compreendida.

3) Se fala e escrita se diferenciam, a primeira por ser adquirida naturalmente e a segunda ter de ser aprendida, ambas, porém, se ajudam em sua função interativa: a criança adquire a língua oral ouvindo ou falando textos em eventos de interação com outras pessoas. Da mesma forma, a criança aprende a escrita em eventos de interação com material escrito nos textos.

4) Assim como seria artificial (e impossível) pretender levar a criança a adquirir a fala ensinando-a a pronunciar fonemas, reuni-los em sílabas, estas em palavras e textos para poder interagir na convivência social, também se torna artificial levar a criança a aprender leitura e escrita desligada de seu uso social.

Com isso conclui-se a centralidade do texto na alfabetização e letramento. Ambas habilidades necessitam estar juntas, serem interdependentes, constituem-se como processos distintos de aprendizagem e de ensino mas partem sempre do texto comunicativo para alguém ler e ouvir, tanto os textos de livros infantis como os escritos pelas próprias crianças.

29 ANEXO E – LEI MUNICIPAL PARA ESCOLHA DE DIRETOR DAS ESCOLAS

LEI MUNICIPAL Nº 1.627, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ESTABELECE DIRETRIZES PARA ESCOLHA DE DIRETOR DAS ESCOLAS
PÚBLICAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

FERNANDO CORDERO, Prefeito Municipal de Silveira Martins, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, de conformidade com o que determina a [Lei Orgânica](#) do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º A administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Equipe Diretiva - ED - integrada pelo diretor e pelo vice-diretor; e

II - Conselho escolar

Art. 2º Terão direito a votar, na eleição, todos os professores e funcionários em exercício na unidade escolar, os pais ou responsáveis legais dos alunos perante a escola, os alunos matriculados a partir do 5º ano e os alunos da Educação de Jovens e Adultos. (Redação dada pela Lei nº [1156/2010](#))

Art. 3º Poderá concorrer à Direção da Escola todo o membro do Magistério Público Municipal (professores e especialistas em Educação) no exercício do cargo na rede municipal de Silveira Martins, devendo integrar a chapa e preencher os seguintes requisitos:

I - Possuir formação superior na área de Educação;

II - Ter certificação de curso em Gestão Escolar ou equivalente em administração escolar;

III - Frequentar curso de atualização na área de gestão escolar ou afim, apresentando certificação a Secretaria Municipal de Educação de no mínimo 20 hs.

IV - Ter, no mínimo, três anos de efetivo exercício no Magistério Público Municipal de Silveira Martins;

V - Concordar expressamente com a sua candidatura;

VI - Ter disponibilidade para cumprimento do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, quando for o caso;

VII - Apresentar plano de metas, na forma do art. 16

VIII - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

IX - Não estar, nos cinco anos anteriores à data do pedido de registro da chapa, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

X - Não ter sofrido penalidade disciplinar de suspensão em procedimento disciplinar administrativo em órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, nos cinco anos anteriores à data do pedido de registro da chapa;

XI - Não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível.

XII - Estar em dia com a fazenda municipal de Silveira Martins.

§ 1º Não poderão concorrer à função de diretor ou de vice-diretor os servidores com vínculo precário com o Poder Executivo Municipal, tais como os contratados para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os recebidos em cedência ou permutados.

§ 2º Nenhum candidato a diretor e a vice-diretor poderá concorrer, simultaneamente, em mais de uma chapa e em mais de um estabelecimento de ensino.

§ 3º As Atribuições do Cargo de Diretor e Vice-Diretor estão contempladas no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, Lei [686/2003](#).

Art. 4º Na definição do Resultado Final, os votos dos diversos segmentos escolares terão o seguinte peso proporcional:

Categoria	Escola (percentual)
Professores e Funcionários	50%
Pais	25%
Alunos	25%

Art. 5º A eleição processar-se-á por voto direto e secreto, sendo expressamente proibido o voto por representação.

§ 1º A apresentação dos candidatos far-se-á através de chapas, sendo o diretor das Escolas Públicas Municipais eleitos, direta e uninominalmente, pela comunidade escolar de cada Unidade de Ensino.

§ 2º Será considerado vencedor o candidato da chapa que cumpridos todos os requisitos do Art. 3º desta lei, não computados os votos nulos e brancos, obtiverem a maioria absoluta dos votos, respeitados os pesos proporcionais.

§ 3º No caso de empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato tiver o maior qualificação no Magistério Público Municipal, se persistindo o empate segue-se o critério de maior tempo de serviço no mesmo.

§ 4º Se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta, serão designados para Diretor e Vice-Diretor, pelo Prefeito Municipal, os membros do Magistério que preencherem os requisitos previstos no art. 3º, para o próximo período previsto no Art. 10.

§ 5º Se, da posse ocorrer morte, desistência ou impedimento legal do candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 6º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, permanecer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, classificar-se-á o que tiver maior qualificação no Magistério Público Municipal e, persistindo segue-se o critério de maior tempo de serviço no mesmo.

§ 7º Havendo uma candidatura única e esta não alcançar a maioria absoluta dos votos, serão designados para Diretor e Vice-Diretor, pelo Prefeito Municipal, os membros do Magistério Municipal que preencherem os requisitos previstos no art. 3º, para o próximo período previsto no Art. 10.

Art. 6º Para dirigir o processo eleitoral será constituída uma Comissão Eleitoral, integrada, por no

mínimo, um representante de cada segmento da comunidade escolar, eleitos pelo Conselho Escolar se existir ou escolhidos pelos seus pares.

§ 1º Os professores integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos à Direção da escola.

§ 2º Somente poderão compor a Comissão Eleitoral como representante dos alunos, aqueles que tiverem 16 (dezesseis) anos completos, regularmente matriculados, inclusive.

§ 3º Participará da Comissão Eleitoral um (01) membro da Secretaria Municipal de Educação designado pelo titular da pasta.

Art. 7º Os professores, pais, alunos e funcionários serão convocados pela Comissão Eleitoral, através de Edital, na segunda quinzena de setembro para, na segunda quinzena de outubro realizar-se a eleição.

§ 1º O Edital convocando a eleição e indicando o pré-requisitos e prazo para a inscrição, homologação e divulgação de candidaturas, dia, hora e local de votação, credenciamento de fiscais de votação e apuração, bem como outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral, será afixado em local visível na escola e remetido aos pais ou responsáveis por alunos, com antecedência de trinta (30) dias do pleito eleitoral.

§ 2º A Comissão Eleitoral disporá da relação dos professores, funcionários, alunos e pais pertencentes à comunidade escolar na data de publicação do Edital de convocação da eleição.

Art. 8º A eleição será lavrada em ATA que será arquivada na Escola.

Art. 9º Declarado o resultado das eleições, cumpridos todos requisitos previstos nos Art. 3º e 16º, e os procedimentos legais do processo eleitoral, a Comissão Eleitoral comunicará o resultado oficialmente ao Prefeito Municipal, dentre os 3 mais votados, o Prefeito designará o Diretor da escola.

Art. 10. O período de administração do Diretor será de dois anos, a contar do primeiro dia útil do ano subsequente a eleição, data da posse, sendo admitida somente 01 (uma) recondução. (Redação dada pela Lei nº [1390/2015](#))

Art. 11. Qualquer ato de impugnação em relação ao processo de votação deverá ser seguido à Comissão Eleitoral no ato de sua ocorrência.

Art. 12. Caberá ao Prefeito Municipal designar o Diretor para o período de dois (2) anos, se a escola não realizar o processo eleitoral, por falta de candidatos,

§ 1º Serão designados para Diretor e Vice-Diretor, pelo Pelo Prefeito Municipal, os membros do Magistério Municipal que preencherem os requisitos previstos no art. 3º, para o próximo período previsto no Art. 10.

§ 2º Não havendo interesse por membros do Magistério Municipal para ocupar a vaga de Diretor e vice-diretor na unidade de ensino, mediante manifestação expressa documentalmente, poderá o Prefeito Municipal designar Cargo de Confiança e/ou contratar professor, desde que

cumpridos os requisitos do art. 3º, com excessão do ítem IV, devendo convocar eleição em até dois (02) anos, respeitando o calendário eleitoral previsto no art. 18

Art. 13. Ocorrerá vacância por conclusão de mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento, destituição ou revogação.

§ 1º A destituição do Diretor somente poderá ocorrer motivadamente, após sindicância e/ou processo disciplinar, de acordo com a previsão da Lei Municipal Nº 140/92, que dispõe sobre o Regime Jurídico - Único dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º A proposição para instauração de sindicância poderá advir no próprio Colégio Eleitoral da Unidade Escolar, pelo Conselho Escolar, ambos em decisão tomada pela maioria absoluta dos membros ou pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º A sindicância deverá estar concluída no prazo de trinta (30) dias a contar da data de sua instauração.

§ 4º A critério do Prefeito Municipal, poderá ser determinado o afastamento do indiciado se a Comissão de Sindicância assim recomendar durante o seu trabalho, assegurando-lhe o direito de retorno às funções, bem como a percepção da gratificação durante o período de afastamento, se a decisão final concluir pela não destituição.

§ 5º A Comissão de Sindicância será composta por, no mínimo, um representante de cada segmento da comunidade escolar, eleitos pelo Conselho Escolar, bem como um representante da Secretaria Municipal de Educação e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Art. 14. Ocorrendo a vacância da função de Diretor da Escola completará o mandato o vice-diretor, se houver. Não havendo vice-diretor, cumprirá o mandato um membro do magistério indicado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º Assumindo o vice-diretor a função diretor, passará a ser vice-diretor o membro do magistério escolhido pelo Prefeito Municipal dentre os membros do magistério que preenchem os requisitos previstos no art. 3º desta lei.

§ 2º Ocorrendo a vacância mais de um (01) ano antes do término do período da administração, proceder-se-á uma nova eleição. Os eleitos serão empossados conforme previsto no Art. 10.

Art. 15. O Diretor e o vice-diretor poderão ter seus mandatos revogados por resultado insatisfatório.

§ 1º Considera-se resultado insatisfatório quando, ao final do primeiro ano de mandato, não tiverem sido atendidos 25% dos indicadores do plano de metas, ou se 50% ou mais deles tiverem regredido.

§ 2º Os casos de resultado insatisfatório, podem ser apresentados pela Secretaria de Educação ou pelo Conselho Escolar, garantido o direito a apresentação das razões pela direção e vice-direção da unidade de ensino.

§ 3º Não identificada razoabilidade pela equipe diretiva, analisados pelo Conselho Escolar, os

cumprimentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Parecer CNE 04/2021 que aborda as competências do Diretor Escolar, a Resolução nº 1/2022 ou casos de excessão reconhecidos pelo Ministério de Educação, deve ser apontado pelo Conselho Escolar a necessidade de revogação do Mandato do Diretor e Vice-Diretor da Unidade de Ensino.

§ 4º Sendo revogado o mandado da Gestão Escolar, serão designados para Diretor e Vice-Diretor, pelo Prefeito Municipal, os membros do Magistério que preencherem os requisitos previstos no art. 3º, para a conclusão do mandato.

Do Plano de Metas

Art. 16. O Plano de Metas deverá ser elaborado para o período de 02 (dois) anos correspondente ao mandato, com metas anuais, em consonância com o projeto pedagógico de cada unidade escolar, apresentando como parâmetros, os indicadores de resultados do Sistema de Avaliação da Educação Pública Básica - SAEB, e do Sistema de Avaliação Educacional do município de Silveira Martins.

Parágrafo único. O Plano de Metas deverá conter, no mínimo, metas relacionadas a:

- a) Taxa de aprovação
- b) Horas de formação
- c) Abandono escolar
- d) Frequência escolar
- e) Proficiência dos Estudantes
- f) Distorção idade-série
- g) Número de matrículas
- h) Horas Planejamento da Equipe Diretiva e dos Profissionais Escolares
- i) Participação da Comunidade Escolar
- j) Cronograma de Trabalho da Equipe Diretiva com o Conselho Escolar
- k) Avaliação Interna e Externa dos Profissionais Escolares
- l) Planejamento estratégico e financeiro com a Associação de Pais e Mestres ACPM para utilização dos Recursos recebidos e outros

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino municipais, criados após a publicação desta Lei serão designados pelo Prefeito Municipal para dirigirem a escola, membros do magistério que preencham os requisitos previstos no art. 3º, até a ocorrência da próxima eleição.

Art. 18. As eleições para Diretor e vice-diretor das escolas Municipais seguirão um Calendário único, determinado pela Secretaria de Educação, sendo realizadas a cada dois (02) anos.

§ 2º Os diretores que estiverem no cargo na data da promulgação desta lei, cumprem o mandato a que foram eleitos, devendo atender no prazo de até 6 meses, o artigo 3º desta lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Esta lei revoga a Lei Nº 446, DE 31 DE MAIO DE 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Silveira Martins, aos treze dias do mês de setembro de 2022.

Fernando Luiz Cordero
Prefeito Municipal

30 ANEXO F CPM

ASSOCIAÇÃO CÍRCULO DE PAIS E MESTRES

FINALIDADES

- a) Proporcionar a participação da família na escola e da escola na comunidade;
- b) Atuar como elemento auxílio e complementação da administração escolar;
- c) Auxiliar os órgãos assistenciais e instituições existentes na escola ou proximidades, suprindo-lhes carências;
- d) estimular e participar, junto a Direção, do funcionamento dos cursos e da assistência pré-escolar, em sua área de atuação;
- e) Promover mediante cobrança, colaboração espontânea ou outras promoções ou recursos repassados através da caixa escolar os recursos necessários a complementação da manutenção do funcionamento da escola;
- f) Colaborar na manutenção e recuperação normal do prédio e equipamentos da escola;
- g) Prestar serviço a escola em benefício dos alunos ou processo educacional;
- h) Promover o aperfeiçoamento da formação sócio cultural dos integrantes;
- i) Estimular a transformação da escola em centro de integração e de desenvolvimento comunitário;

COMPETE A DIRETORIA:

- I- elaborar e executar programa anual de atividades;
- II- elaborar e apresentar, à assembleia geral, o relatório anual;
- III- estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;
- IV- entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V- contratar e demitir funcionários;
- VI- convocar a assembleia geral.

- A diretoria reunir-se-á no mínimo duas (2) vezes no ano letivo.

COMPETE AO PRESIDENTE

- I- Representar a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III- convocar e presidir a Assembleia Geral;
- IV- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V- assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

COMPETE AO VICE-PRESIDENTE

- I- Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente;

COMPETE AO PRIMEIRO SECRETÁRIO

- I- secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II- publicar todas as notícias das atividades da entidade;

COMPETE AO SEGUNDO SECRETÁRIO

- I- substituir o Primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

COMPETE AO PRIMEIRO TESOUREIRO

- I- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III- apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV- apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V- apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI- conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII- assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.

COMPETE AO SEGUNDO TESOUREIRO

- I- Substituir o Primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro;

31 ANEXO G – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Silveira Martins
Gabinete do Prefeito

DECRETO EXECUTIVO Nº 029/2015

**INSTITUI O PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO FISCAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

ROZIMAR BOLZAN, Prefeito do Município de Silveira Martins, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO o dever de regulamentar o Convênio assinado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a FAMURS – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL para implementar o PIT – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTARIA,

CONSIDERANDO a importância dos tributos e a relevante compreensão da educação dos contribuintes e população para o bem geral da nossa comunidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS**, a ser desenvolvido de forma sistemática e permanente, nas escolas do ensino fundamental e médio, nos órgãos públicos e em todos os segmentos da sociedade, com os seguintes objetivos:

- a) Geral: Promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno desenvolvimento da cidadania;
- b) Específicos:
 - I - sensibilizar o cidadão para a função econômica e social do tributo;
 - II- levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública;
 - III- incentivar o acompanhamento, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos;
 - IV- criar condições para uma relação harmoniosa entre Estado/Município e cidadão.

Art. 2º A implementação do Programa de Educação Fiscal ficará a cargo da Equipe de Educação Fiscal, com membros da Secretaria da Fazenda e Secretaria da Educação, a ser regulamentada em ato posterior.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Silveira Martins, 23 de junho de 2015.

ROZIMAR BOLZAN

Prefeito Municipal.

Registre-se. Publique-se

32 ANEXO H – RESOLUÇÃO CME/SME Nº 04/2022

Conselho Municipal de Educação – CME de Silveira Martins/RS

Sistema Municipal de Ensino – SME de Silveira Martins/RS

Resolução CME/SME nº 04/2022

APROVADA em 22 de agosto de 2022.

Define Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura africana, Afro-brasileira e Indígena na Rede Municipal de Ensino de Silveira Martins – RS.

HISTÓRICO

Resolução nº4, de 22 de agosto de 2022, dispõe sobre Diretrizes no sistema de ensino municipal de Silveira Martins.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVEIRA MARTINS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº:1544 de 2020, em conformidade com a Carta Magna de 1988 e Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB.

Considerando A LDBN n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996;

Considerando a Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Considerando a Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos;

Considerando a Lei 12.288 Estatuto da Igualdade - Racial, de 20 de julho de 2010;

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013;

Considerando a Lei nº859 de 09/05/2006 que dispõe sobre a política Municipal de promoção da igualdade racial e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVEIRA MARTINS, resolve:

Art. 1º - A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, para a escola do Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins.

Art. 2º - A operacionalização das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena tem por objetivo promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural, com vistas à garantia do respeito aos direitos legais e valorização de identidade na busca da consolidação da democracia brasileira.

Art. 3º Os conteúdos referentes à História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, a Educação das Relações Étnico-raciais deverá ser desenvolvida no cotidiano da escola em todas as disciplinas a fim de:

- I - agir, assumindo responsabilidades por relações étnico-raciais que valorizem e respeitem as diferenças;
- II - divulgar a importância dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira;
- III - promover a participação de diferentes grupos étnico-raciais e da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação de professores, na elaboração e vivência de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade.

Art. 4º - A rede Municipal de Ensino deve contemplar em seu projeto político-pedagógico e seu currículo o desenvolvimento dos conteúdos necessários para atender as finalidades e objetivos expressos nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais incluindo a obrigatoriedade do estudo sobre a temática.

Art. 5º A instituição pertencente ao Sistema Municipal de Ensino deverá

contemplar, em seu Projeto Político-Pedagógico, referências de combate ao racismo e à discriminação racial, por meio da inclusão de: Conteúdos, conceitos, atitudes e valores a serem desenvolvidos na Educação das Relações Étnico-raciais e no estudo de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena; Estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos professores, estudantes e crianças, problematizando-as permanentemente, valorizando aprendizagens significativas vinculadas às relações étnico-raciais práticas pedagógicas de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação de africanos e indígenas e seus descendentes na história mundial e na história do Brasil.

Art.6º O Sistema Municipal de Ensino deverá assegurar a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. A mantenedora destina na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentarias, rúbrica própria para investimentos. Devendo anualmente ser apresentada demanda de necessidades de investimento, pela instituição de ensino, através no Plano de Ação pela equipe diretiva, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas como aquisição de materiais pedagógicos, livros didáticos e paradidáticos que abordem a temática étnico-racial a serem utilizados pelas turmas.

Art. 7º Os conteúdos referentes à História e a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena serão ministrados no âmbito de todas as disciplinas e componentes do currículo, considerando o que orientam as diretrizes curriculares nacionais e municipais para a educação das relações étnico-raciais.

Art. 8º- Os conteúdos e temáticas referidas nesta Resolução devem ser trabalhados de forma interdisciplinar em todas as turmas, sendo Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais, desenvolvido por meio de conteúdos, atitudes e valores, a serem estabelecidos pela escola e seus professores.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Silveira Martins, 22 de agosto de 2022.

Aprovada pelo plenário, em sessão realizada via ferramenta virtual, googlemet.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVEIRA MARTINS

Titulares:

Carolina Emilia Nunes Maffini Cerezer, Simone Eccel Tondolo, Renata Guedes dos Santos, Maria Carmen Soares Favarin, Thaynara Luiza de Vargas, Cesar de David, Rosilene Maia Bolzan, Lúcia Copetti Dalmaso e Aline Berleze Suertegaray.

33 ANEXO I - RESOLUÇÃO CME/SME Nº 05 /2022

Conselho Municipal de Educação – CME de Silveira Martins/RS Sistema Municipal de Ensino – SME de Silveira Martins/RS

Resolução CME/SME nº 05 /2022

APROVADA em 31 de Outubro de 2022.

Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins – RS.

HISTÓRICO

Resolução nº5, 31 de outubro, dispõe sobre o direito de matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos, nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVEIRA MARTINS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº:1544 de 2020, em conformidade com a Carta Magna de 1988 e Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, exara a presente Resolução para normatizar e orientar sobre o direito de matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins – RS atendendo o disposto a seguir:

- Considerando a LDBN n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996;
- Considerando o Artigo 22 da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990;
- Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (§1º e §2º do artigo 1º; artigos 2º; 8º; 11; 18; §1º do artigo 23 e artigo 24);
- Considerando o Artigo 44 da Lei Federal nº 9.474, de 22 de julho de 1997;
- Considerando os artigos 3º, 4º e 77 da Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017;
- Considerando o artigo 22 do Decreto Federal nº 4.246, de 22 de maio de 2002;

- Considerando os Pareceres CNE/CEB nº 14 de 07 de dezembro de 2011, Parecer CNE/CEB nº 1, de 21 de maio de 2020 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVEIRA MARTINS, resolve:

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre o direito de matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades (Ciganos, Circenses e Parquistas), migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins.

CAPÍTULO I

EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA E

ACESSO

Art. 2º A matrícula, de que trata o art. 1º da presente Resolução, deve ser efetivada mesmo sem ter requisito de documentação comprobatória de escolaridade anterior ou tradução juramentada desta, bem como, de documento pessoal, Registro Nacional Migratório (RNM) ou documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM) e sem discriminação.

Art. 3º A matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins será:

- I- assegurada mesmo com situação migratória irregular ou que o tempo de validade da documentação que possuam esteja vencido;
- II- garantida de acordo com a disponibilidade de vagas na Educação Básica e suas modalidades;

- III- facilitada, devido à situação de vulnerabilidade e sem mecanismos discriminatórios.

Art. 4º A classificação de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no SME terá a seguinte organização:

I- Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros na condição de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação/classificação, permitindo-se a matrícula em qualquer ano, série, etapa ou outra forma de organização da Educação Básica, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária.

II-na Educação Infantil e no 1º (primeiro) do Ensino Fundamental se dará de acordo com a faixa etária para essa etapa;

III-Para matrícula a partir do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, as escolas do sistema municipal de ensino deverão avaliar, através da aplicação de procedimentos de avaliação classificatória, a fim de verificação da adequada inserção no ano e/ou etapa escolar, conforme as habilidades constituídas e a faixa etária.

IV- A classificação para inserção no nível e ano escolares adequados considerará a idade e o grau de desenvolvimento do estudante, podendo ocorrer por automática equivalência, quando o estudante apresentar a documentação.

Art. 5º No ato da matrícula, a idade será o indicativo para direcionar em qual ano ou etapa criança, adolescente, jovem e adulto imigrante, povo nômade, migrante, refugiado, apátrida e solicitante de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de Silveira Martins cursará, devendo ser realizada a classificação definitiva no prazo

de até dois (02) meses. Assim sendo, os procedimentos para avaliação inicial das habilidades já constituídas e da classificação para ano ou etapa escolar devem ocorrer no momento da solicitação da matrícula.

Art.6º A matrícula de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio em nossa Rede de Ensino, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino será realizada em classes comuns.

Art. 7º Em relação à organização das turmas, as instituições educativas, deverão ter o cuidado para não agrupar as crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino numa mesma turma, para que não haja a possibilidade de discriminação e separação. Excetuando-se os casos em que houver uma única turma na instituição de ensino.

CAPÍTULO II DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

Art. 8º As escolas devem assegurar no Projeto Político-pedagógico (PPP) que crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no SME de Silveira Martins independentemente da situação migratória e ancorado na concepção dos direitos humanos, para além da igualdade de oportunidades, mas sim, pela equidade, recebam acolhimento e respeito às suas diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais, de gênero, físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas, sensoriais, entre outras.

Art. 9º As instituições educativas devem prever e discriminar na organização do Projeto Político-pedagógico:

- I. forma de acolhimento;
- II. definição dos recursos, apoios e estratégias;

- III. elaboração de atividades visando à valorização da cultura;
- IV. prevenção ao *bullying*, ao racismo e a xenofobia;
- V. oferta do ensino da Língua Portuguesa para crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no SME de Silveira Martins com pouco ou nenhum conhecimento de nossa língua, visando à inserção social.

CAPÍTULO III DA MANTENEDORA

Art. 10º Se necessário, cabe à mantenedora oferecer formação para os profissionais, sobre a prática de inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos imigrantes, povos nômades, migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema de Ensino.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11º Caberá às instituições educativas e profissionais da educação cumprir as determinações desta Resolução.

Art. 12º Caberá ao CME fiscalizar todos os órgãos e instituições pertencentes ao SME de Silveira Martins envolvidos no cumprimento do disposto nesta Resolução.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Silveira Martins, 31 de Outubro de 2022.

Aprovada pelo plenário, em sessão realizada via ferramenta virtual, googlemeet.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVEIRA MARTINS

Titulares:

Carolina Emilia Nunes Maffini Cerezer, Simone Eccel Tondolo, Renata Guedes dos Santos, Maria Carmen Soares Favarin, Thaynara Luiza de Vargas, Cesar de David, Rosilene Maia Bolzan, Lúcia Copetti Dalmaso e Aline Berleze Suertegaray.

Silveira Martins, de de 2022

Carolina Emilia Nunes Maffini Cerezer
Presidente do CME de Silveira Martins

34 ANEXO J – ANAMNESE AEE

ANAMNESE

Nome: _____

Data de Nasc.: ____/____/____ Idade: _____ Ano: _____

Endereço: _____

Nome da mãe: _____

Profissão: _____

Tel: _____

Nome do pai: _____

Profissão: _____

Tel: _____

O aluno possui algum diagnóstico? Qual? _____

Frequenta atendimentos de:

() neurologia () fonoaudiologia () psicologia () T.O () ed. Especial

() fisioterapia () equoterapia () Psiquiatria ()Outros _____

Situação familiar na época da
gestação: ~~~~~ _____

Filho planejado? _____

Fez pré-natal? _____

Condições psicológicas da mãe durante a gestação: (stress, conflitos, ansiedades...) _____

Fez algum tratamento de saúde durante a gestação? Fez uso de medicação? _____

Parto: () normal () cesárea

Algum problema ao nascer? (Faltou oxigênio, amarelão, convulsão, prematuro...) _____

Amamentou? _____

Algum problema na alimentação? _____

Com que idade começou a falar?

Com que idade começou a caminhar? _____

Sono: () tranquilo () agitado

Alergias: Qual? _____

Faz tratamento de saúde? _____

Toma medicação contínua? _____ Qual? _____

Tem problemas de visão ou audição: _____

Passou por algum trauma? _____

Tem medo de alguma coisa? _____

Qual a aceitação da família diante do diagnóstico? _____

Outros casos de deficiência na família? _____

O que mais gosta de fazer fora da escola? _____

Características do aluno: _____

Observações: _____

Responsável

Educadora Especial

Data: ____/____/____